

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANDERSON BEM

**AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA O ESPAÇO AGRÁRIO NA
MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ (1950-2014)**

MARINGÁ - PR
2016

ANDERSON BEM

**AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA O ESPAÇO AGRÁRIO NA
MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ (1950-2014)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia. Área de concentração: Análise Ambiental e Regional, linha de pesquisa: Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais, do Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para o título de Doutor.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria das Graças de Lima.

MARINGÁ – PR

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Bem, Anderson
B455p As políticas educacionais para o espaço agrário na mesorregião oeste do Paraná (1950-2014) / Anderson Bem. - Maringá, 2016. 149 p.

Orientadora: Dr. Maria das Graças de Lima

Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, 2016.

1. Escolas rurais - Oeste Paranaense (Mesorregião : PR). 2. Educação e estado - Oeste Paranaense (Mesorregião : PR). 3. Educação rural. I. Lima, Maria das Graças. II. Título.

CDD 22.ed. 370.19346
CIP-NBR 12899

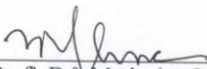
Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539

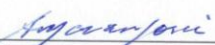
A POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O ESPAÇO AGRÁRIO NA MESORREGIÃO
OESTE DO PARANÁ (1950-2014)


Tese de Doutorado apresentada a Universidade Estadual de
Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor em Geografia, área de concentração: Análise
Regional e Ambiental, linha de pesquisa Produção do
Espaço e Dinâmicas Territoriais


Aprovada em 16 de fevereiro de 2016.

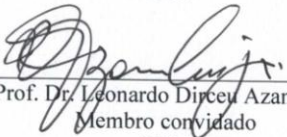
BANCA EXAMINADORA


Prof.^a. Dr.^a Maria das Graças de Lima
Orientadora - UEM
Universidade Estadual de Maringá


Prof.^a. Dr.^a Ana Maria Marques Camargo Marangoni
Membro convidado
USP


Prof.^a. Dr.^a Marli Terezinha Szumilo Schlosser
Membro convidado
UNIOESTE


Prof. Dr. Henrique Manoel da Silva
Membro convidado
UEM


Prof. Dr. Leonardo Dirceu Azambuja
Membro convidado
UEM

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Jesus Cristo, fonte de vida e de esperança eterna.

Aos meus pais, Alzira e Lodacir, por terem transmitido valores de solidariedade e de justiça social.

À minha esposa Marcia, companheira nos momentos mais alegres e difíceis da minha vida.

Às minhas filhas Júlia e Victória, fonte de inspiração diária.

Ao meu irmão Jeferson, que sempre esteve presente na minha caminhada de doutorando.

À Professora Dra. Maria das Graças de Lima pela orientação no trabalho da tese.

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá que oportunizou a realização deste trabalho.

Aos professores visitantes que ofertaram cursos na disciplina de Seminário de Tese no ano de 2012, Hugo Romero (Universidad de Chile), Luis A. B. Venturi (USP) e Eliseu Savério Spósito (UNESP), aos quais tive oportunidade de conhecer um pouco mais de Geografia.

Aos colegas de doutorado Greicy Jhenifer Thiz, Adalberto Dias de Souza, Débora Cristina Ocon, Oséias Cardoso e Vitor Hugo Ribeiro, pela amizade e pelos momentos de compartilhamento de planos e projetos de vida.

Aos professores que fizeram parte das bancas de Qualificação e de Defesa da Tese, Leonardo Dirceu Azambuja (UEM), Ana Maria M. C. Marangoni(USP), Marli T. Z. Schlosser (UNIOESTE), Henrique Manoel da Silva (UEM), Júlio Cesar Damasceno (UEM) e Maria das Graças de Lima (UEM).

Aos professores e agentes educacionais do Colégio Estadual Marechal Rondon pelo apoio.

E por fim, aos parentes e amigos que sempre estiveram presentes na minha vida.

*Saúdo-te, Esperança, tu que vens de longe,
inundas com teu canto os tristes corações,
tu que dás novas asas aos sonhos mais antigos,
tu que nos enches a alma de brancas ilusões.*

*Saúdo-te, Esperança. Tu forjarás os sonhos
naquelas solitárias desenganadas vidas,
carentes do possível de um futuro risonho,
naquelas que ainda sangram as recentes feridas.*

*Ao teu sopro divino fugirão as dores
como tímido bando de ninho despojado,
e uma aurora radiante, com suas belas cores,
anunciará às almas que o amor é chegado.*

Pablo Neruda.

RESUMO

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA O ESPAÇO AGRÁRIO NA MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ (1950-2014)

É corrente na literatura acadêmica o cenário de crise da Educação Rural. Do ponto de vista da erradicação da Escola Rural em marcha, a crise da educação rural é um fato inconteste. Todavia, o investimento público voltado para a Educação Rural no Brasil, ao longo da história, demonstra duas políticas educacionais: uma para a grande propriedade agrícola e outra para a pequena propriedade agrícola. Ao estudarmos a política educacional voltada para o Espaço Agrário da Mesorregião Oeste do Paraná, identificamos duas fases da política educacional. Na primeira fase a construção de Escolas Rurais, que foi intensa entre 1950-1970 e orientou-se na colonização de terras baseada no sistema de pequenas propriedades agrícolas. Esta etapa esgotou-se com a mecanização do uso dos solos e o conseqüente êxodo rural iniciado no final dos anos de 1970 e intensificado durante a década de 1980. Na segunda fase a expansão de cursos superiores e técnicos direcionados para o Agronegócio _ política educacional que se torna nítida já nos anos de 1990. Com o desenvolvimento do agronegócio na Mesorregião Oeste do Paraná, verificou-se a criação e expansão de uma infraestrutura pública de ensino técnico e superior mantida por instituições de nível federal e estadual. Os municípios de Medianeira, Palotina e Marechal Cândido Rondon são aqueles em que se observa de forma mais nítida a relação entre o desenvolvimento do agronegócio em nível local/regional e a política educacional. A própria formação espacial dos municípios se confunde com a história das empresas do setor agroindustrial. A política educacional dirigida ao espaço agrário na Mesorregião Oeste do Paraná nas últimas décadas buscou atender as demandas do desenvolvimento regional baseado no agronegócio, este sustentado pelo modelo agroexportador de alimentos. Este fato fica evidenciado pelo surgimento de cursos de nível superior e técnico, localizados próximos à indústria alimentícia, em especial a de carnes e a de lácteos e com estreita relação com o setor produtivo. Já a política educacional destinada ao segmento social da pequena propriedade agrícola, é a que se refere ao transporte escolar.

Palavras-chave: Políticas Educacionais, Escola Rural, Espaço Agrário, Agroindústria, Mesorregião Oeste do Paraná.

ABSTRACT

EDUCATIONAL POLICIES FOR AGRARIAN SPACE IN THE WEST MESOREGION OF PARANÁ (1950-2014)

It is common in the academic literature the crisis scenario of the Rural Education. From the point of view of eradication of Rural School in process, the crisis of rural education is an incontestable fact. However, public investment focused on Rural Education in Brazil, throughout history, demonstrates two educational policies: one for large farm and one for the smallholding. To study the directed education policy for the Agrarian Space in West Mesoregion of Paraná, we identified two phases of educational policy. In the first place the construction of Rural Schools was intense between 1950-1970, and guided in the colonization of land-based small farm system. This phase ended with soil mechanization and the consequent exodus started in the late 1970s and intensified during the 1980s. In the second place the expansion of higher and technical courses targeted for Agribusiness _ educational policy that becomes clear already in the 1990s. With the development of agribusiness in West Mesoregion of Paraná, there was the creation and expansion of a public infrastructure of technical and higher education maintained by the federal and state level institutions. The municipalities of Medianeira, Palotina and Marechal Cândido Rondon are those where there is more clearly the relationship between the development of agribusiness in local / regional and educational policy. The very spatial formation of the municipalities is intertwined with the history of the companies in the agribusiness sector. The educational policy directed to the agrarian space in West Mesoregion of Paraná in recent decades sought to meet the demands of regional development based on agribusiness, model sustained by food export. This fact is evidenced by the emergence of higher-level courses and technical, located near the food industry, especially of the meat and dairy and close relationship with the productive sector. Already the educational policy for the social segment of the smallholding is the school transport.

Keywords: Educational Policies, Rural School, Agrarian Space, Agro-industry, West Mesoregion of Paraná.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA

Figura 1: Museu Regional Casa dos Ottoni - Prédio do antigo Patronato

Agrícola (1918-1930)28

FOTOS

Foto 1: Planta de localização da Escola Municipal Rural em Missal61

Foto 2: Escola Rural Municipal construída na década de 1960 em Missal – PR62

Foto 3: Escola Rural Municipal Epitácio Pessoa. Localização: Linha Jacutinga –

Missal (PR)72

Foto 4: Vista parcial da Linha Jacutinga – Missal (PR)73

Foto 5: Vista parcial da Linha Cabeceira do Cedro – Missal (PR).....74

Foto 6: Placa indicando a localização das linhas rurais – Missal (PR)74

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de Escolas Municipais Rurais no Paraná (1980-2013)	44
Gráfico 2: Evolução da área ocupada por grupos de área em hectares, na Mesorregião Oeste - PR (IBGE, 2006)	59
Gráfico 3: Escolas Rurais Municipais desativadas: municípios selecionados da Mesorregião Oeste do Paraná (1970-1990)	65
Gráfico 4: Município de residência dos alunos do Colégio Agrícola de Toledo em 2014.....	100
Gráfico 5: Gênero dos estudantes do Colégio Agrícola de Toledo – 2014	101
Gráfico 6: Condição do pai do aluno proprietário de terras – Colégio Agrícola de Toledo – PR (2014)	101
Gráfico 7: Condição do pai do aluno residente na zona rural – Colégio Agrícola de Toledo (2014)	102
Gráfico 8: Local de residência dos alunos do Colégio Agrícola de Toledo – PR (2014)	103
Gráfico 9: Produção Agropecuária nos estabelecimentos em que o filho do proprietário de terras reside na zona rural – Colégio Agrícola de Toledo – PR (2014)	104
Gráfico 10: Perspectivas futuras dos alunos do Colégio Agrícola de Toledo – PR, após concluírem o Curso de Técnico em Agropecuária – 2014	106
Gráfico 11: Área ocupada em hectares nas Microrregiões do Oeste do Paraná, segundo o tipo de exploração (IBGE, 2006)	113
Gráfico 12: Utilização das terras nos estabelecimentos da Mesorregião Oeste do Paraná (IBGE, 2006)	114
Gráfico 13: Produção segundo o tipo de exploração agrícola na Mesorregião Oeste do Paraná (IBGE, 2006).....	116

Gráfico 14: Mesorregião Oeste: Valor Bruto da Produção Agropecuária

por produto (2011)118

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização do objeto de estudo – Mesorregião Oeste do Paraná	21
Mapa 2: Localização da Mesorregião Oeste do Paraná.....	47
Mapa 3: Divisão política do Paraná em 1950.....	50
Mapa 4: Mesorregião Oeste do Paraná em 1970.....	52
Mapa 5: Mesorregião Oeste do Paraná em 1990	54
Mapa 6: Mesorregião Oeste do Paraná em 2010.....	55
Mapa 7: População rural dos municípios da Mesorregião Oeste do Paraná.....	68
Mapa 8: Porcentagem de alunos matriculados em Escolas Rurais do Ensino Básico na Mesorregião Oeste do Paraná.....	70
Mapa 9: Indústria de carnes na Mesorregião Oeste do Paraná (2013).....	88
Mapa 10: Área ocupada pela agricultura familiar na Mesorregião Oeste do Paraná.....	112
Mapa 11: PIB agropecuário dos municípios da Mesorregião Oeste do Paraná (2012).....	119
Mapa 12: Indústria de carnes e cursos superiores voltados para o Agronegócio na Mesorregião Oeste-PR	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução do Ensino Superior em Ciências Agrárias no Brasil até 1989	30
Tabela 2: Evolução das Matrículas no Ensino Superior nas áreas de Agricultura e Veterinária e Processamento de Alimentos	31
Tabela 3: Taxas de analfabetismo e a população no Brasil (1960-1980)	34
Tabela 4: Infraestrutura nas Escolas do país (2011).....	34
Tabela 5: Evolução populacional do Paraná (1940 -2010).....	41
Tabela 6: Evolução demográfica e criação de municípios na Mesorregião Oeste do Paraná (1950/2010).....	53
Tabela 7: Pequena propriedade agrícola no Oeste do Paraná (1960-1970).....	58
Tabela 8: Número de Escolas Municipais na Mesorregião Oeste do Paraná (2013).....	67
Tabela 9: Criação de cursos técnicos e superiores voltados para o agronegócio na Mesorregião Oeste do Paraná	81
Tabela 10: Produção agropecuária de Cascavel e Toledo em 2012	83
Tabela 11: Produção agropecuária de Marechal Cândido Rondon e Palotina em 2012	91
Tabela 12: Procedência dos concluintes do curso técnico em agropecuária do Colégio Agrícola de Foz do Iguaçu (2012)	97
Tabela 13: Procedência dos concluintes do curso Técnico em Agropecuária do Colégio Agrícola de Foz do Iguaçu (turmas de 2010, 2011 e 2012)	98
Tabela 14: Procedência dos concluintes do curso Técnico em Agropecuária do Colégio Agrícola de Toledo (2012)	99
Tabela 15: Comparativo de produção agropecuária – Mesorregião Oeste em relação às demais Mesorregiões do Paraná (2012)	115
Tabela 16: Valor das exportações de empresas selecionadas do setor do agronegócio da Mesorregião Oeste do Paraná (2014)	120

Tabela 17: Agroindústria e implantação de unidade industrial de Aves na Mesorregião Oeste do Paraná (2015)	121
Tabela 18: Grau de urbanização de municípios da Mesorregião Oeste -PR (2010)	124
Tabela 19: Cursos superiores privados e públicos voltados para o agronegócio na mesorregião Oeste do Paraná (2014)	127

LISTA DE SIGLAS

BRF	Brasil Foods S.A
C.VALE	Cooperativa Agroindustrial C.Vale
COPACOL	Cooperativa Agroindustrial Consolata
COPAGRIL	Cooperativa Agroindustrial Copagril
COOPAVEL	Cooperativa Agroindustrial Copavel
FAG	Faculdade Assis Gurgacz
FRIMESA	Frimesa Cooperativa Central
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
LAR	Cooperativa Agroindustrial Lar
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MARIPÁ	Companhia Madeireira Rio Paraná S/A
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SADIA	Sociedade Anônima Concórdia
SEAB	Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná
SEED	Secretaria de Estado da Educação do Paraná
UDC	União Dinâmica de Faculdades Cataratas
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNIAMÉRICA	Faculdade Uniamérica
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1- POLÍTICA EDUCACIONAL DIRIGIDA À EDUCAÇÃO RURAL:	
BRASIL E PARANÁ	25
1.1 - A educação rural no Brasil	25
1.1.1 A Educação rural voltada para a grande propriedade	26
1.1.2 A Educação rural para a pequena propriedade	31
1.2 A escola rural no Paraná	35
1.2.1 As frentes de ocupação do território paranaense e a escola rural	36
1.2.2 A conjuntura política e econômica pós-1970	39
1.2.3 A Política Educacional para a Escola Rural	41
2- A FORMAÇÃO DA MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ E A REDE	
ESCOLAR RURAL.....	46
2.1 A formação da região	46
2.2 A organização do espaço agrário	56
2.3 Criação e expansão da rede escolar rural	60
3. O DECLÍNIO DA ESCOLA RURAL E A EXPANSÃO DE UMA	
INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL DIRIGIDA AO AGRONEGÓCIO	
NA MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ.....	64
3.1 O declínio da Escola Rural	64
3.1.1 Algumas exceções à regra	69
3.1.2 A Escola Rural em Missal	71

3.1.3 Consequências da extinção da escola rural para a população	75
3.2 O desenvolvimento do agronegócio na região.....	77
3.3 Criação e expansão dos cursos técnicos e superiores voltados para o agronegócio	79
3.3.1 Agronegócio e a infraestrutura pública de ensino em Cascavel e Toledo	82
3.3.2 Agronegócio e a infraestrutura pública de ensino em Medianeira	85
3.3.3 Agronegócio e a infraestrutura pública de ensino em Marechal Cândido Rondon e Palotina	90
3.4 Os cursos de Técnico em Agropecuária na Mesorregião Oeste do Paraná.....	94
3.4.1 A pesquisa e coleta de dados nos Colégios Agrícolas	97
4. O ESPAÇO AGRÁRIO DA MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ:	
AGRICULTURA, INDÚSTRIA E POLÍTICA EDUCACIONAL.....	110
4.1 Os tipos de exploração agrícola e o uso do solo	110
4.2 Reestruturação produtiva do capital e agroindústria na Mesorregião Oeste	117
4.3 A especialização da região e a política educacional	122
4.4 A produção agrícola e a formação profissional	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS	137
ANEXOS	143

INTRODUÇÃO

Problema e Hipóteses

A formulação do problema tem relação direta com a Educação Rural. É corrente na literatura acadêmica e também nos documentos oficiais, abordar o problema da organização da educação rural (LEITE, 2002), (WEREBE, 1994), (MENNUCCI, 2006), (MAIA, 1982), (BRASIL, 1977). Da perspectiva da Escola Rural a crise da educação é um fato inconteste, pois se desenrola um processo de erradicação em marcha das escolas no espaço agrário.

No entanto, um dos temas que não tem sido aprofundado nos estudos é o desigual investimento das políticas educacionais destinado aos diferentes segmentos sociais do espaço agrário.

Uma das hipóteses levantadas para a presente pesquisa, é que historicamente foram se constituindo duas políticas educacionais voltadas para o espaço agrário brasileiro: uma para a grande propriedade agrícola e outra para a pequena propriedade agrícola. Ao mesmo tempo em que ocorre a extinção das escolas em zonas rurais, verifica-se a expansão de um ensino superior e técnico no espaço urbano, voltado para atender as demandas do agronegócio brasileiro.

Essa diferenciação da política educacional voltada para o Ensino Rural não é algo novo na história do país, ela foi se constituindo desde o século XIX, na época do Brasil Imperial.

Para evidenciar essa hipótese, tomamos como objeto estudo, o recorte espacial da Mesorregião Oeste do Paraná (ver mapa 1), com intuito de demonstrar esse processo em nível regional. A Mesorregião Oeste do Paraná é a mais recente formação territorial do Estado, tendo sido objeto de colonização dirigida nas décadas de 1950 e 1960, período em que a construção de escolas rurais foi intensa devido ao crescimento populacional da região.

No âmbito da legislação educacional brasileira, a LDB de 1961 e a Lei 5.692 de 1971 transferiram a responsabilidade do Ensino Fundamental, séries iniciais, para os municípios, o mais fraco para a implementação de políticas públicas. Essa política educacional enfraqueceu a permanência das Escolas nas zonas rurais. Já o Ensino Médio e o Ensino Superior foram se expandindo sob a responsabilidade de políticas estaduais e federais, tendo como locus privilegiado o espaço urbano.

Como em outras partes do país, a modernização agrícola alterou as formas de produzir na agricultura. No caso específico, na segunda metade da década de 1970 e na década de 1980, evidenciou-se intenso êxodo rural, culminando com o fechamento de escolas rurais. O desenvolvimento do agronegócio em nível regional culminou com a especialização produtiva no território, expressa na relação de integração entre agricultura e indústria, sob os moldes de uma política agrícola de exportação e também de produção para o mercado interno.

Ao mesmo tempo em que ocorria o êxodo rural, localizado na pequena propriedade e tendo como consequência a concentração de terras, ocorria também o fechamento de escolas nas zonas rurais. Todavia, com o processo de industrialização da agricultura, passaria a ser criada uma infraestrutura pública de ensino técnico e superior para atender às demandas de um ensino voltado para o agronegócio.

Na presente pesquisa, parte-se do pressuposto de que na contramão da erradicação da Escola Rural vai se desenhando uma política educacional para o espaço agrário, que é realizada no espaço urbano. Essa política social vai ao encontro do modelo econômico regional baseado na agroindústria e com influência das grandes e médias propriedades agrícolas, que estão associadas a uma lógica internacional de produção de alimentos.

A concepção de Geografia da Pesquisa

A concepção de geografia presente na pesquisa norteia-se numa visão de ciência geográfica que tem por objetivo desvendar a trama de relações espacialmente organizadas numa determinada porção territorial, uma região.

A ciência não pode ficar refém de visões dogmáticas expressas em ortodoxias que obstaculizam a comprovação e formulação de hipóteses. Na investigação, os conhecimentos e

hipóteses devem ser colocados em movimento, no caso da Geografia à luz de uma realidade socioespacial¹.

Concordamos com George (1972, p. 6) ao destacar três (3) características fundamentais da Geografia:

1 - “Apresenta-se como uma ciência que mobiliza o conhecimento dos métodos e dos resultados de um bom número de ciências associadas...”

2 - “... pretende ser uma modalidade de expressão de valores que se aplicam de maneira contínua ao espaço terrestre...”

3 - “... uma ciência extremamente sensível à conjuntura...”

As observações de George (1972) destacam não só o trabalho exaustivo da Geografia, que é a mobilização de conhecimentos de disciplinas auxiliares; como os elementos que lhe conferem uma particularidade em relação às demais ciências – que é o estudo da superfície terrestre sob a ótica da ação humana. Nesta compreensão o espaço geográfico é uma continuidade espacial _ que são as heranças do passado² _ e também é um ambiente sensível às mudanças conjunturais de ordem social, política e econômica, que provocam modificações na paisagem e na organização espacial de um determinado local, região ou país.

Concordamos com Corrêa (2007) ao destacar que o objeto de estudo da Geografia é a organização espacial. É a partir dessa compreensão que a ciência geográfica procura entender o movimento da sociedade que é impresso no espaço.

De acordo com George (1972, p.8), a pesquisa geográfica é heterogênea, pois cada lugar ou região possui um tempo espacial distinto que precisa ser levado em conta pelo pesquisador: “Num lugar determinado, a realidade geográfica é constituída pela convergência

¹ A noção de formação socioespacial se refere à produção social do espaço ao longo do tempo histórico. Foi Santos (1982) que primeiro trouxe essa compreensão para a geografia, tendo como referencial a conceitualização de formações sócio-econômicas estudadas por Lênin e Lefebvre.

² Essa compreensão está presente em Santos e Silveira (2001, p. 250): “A presença humana e a presença econômica são matizadas segundo os diversos momentos de início da ocupação e conforme as respectivas densidades atuais. É assim, a partir das heranças, isto é, das solicitações originais e próprias a cada momento do passado, e da participação das diversas parcelas do país nas lógicas econômicas, demográficas e políticas contemporâneas produz-se o verdadeiro mosaico de regiões que hoje constitui a formação socioterritorial brasileira”.

ocasional de processos evolutivos, cada um dos quais é específico e se diferencia dos demais por sua dimensão, por seu ritmo, tanto quanto por sua natureza”.

A análise geográfica deve levar em conta as transformações sociais processadas na paisagem ao longo da história, como nos adverte Monbeig (2004, p. 111)³ “... a paisagem não é mais considerada como um produto da geologia e do clima, mas como reflexo da técnica agrícola ou industrial, da estrutura econômica ou social...”

Mais adiante o autor destaca a necessidade do geógrafo em decifrar as paisagens, desde a questão da sua formação natural até as mudanças provocadas pelo uso das técnicas. “Ver como a paisagem é o reflexo da civilização, tal é umas das principais tarefas do geógrafo; é um trabalho de análise que ele precisa fazer para distinguir o que provém do solo, do clima e também da técnica agrícola, da organização social”. (idem, p.117)

Na concepção de Geografia de Monbeig, o geógrafo deve estar atento à observação e descrição da paisagem, bem como analisar e identificar a teia de relações que não são visíveis, mas confere à paisagem uma organização social peculiar⁴. Nesta perspectiva, o trabalho de campo é um dos fundamentos da pesquisa geográfica. Dollfus (1972, p.12), também destaca o papel da observação na análise geográfica: “Ao analisarmos o espaço geográfico, partimos do visível, do que se patenteia, para avaliarmos a importância dos legados e a rapidez das evoluções, assim como para decifrarmos os sistemas que constituem as estruturas atuantes sobre o espaço”.

Santos (1997a, p. 46), aponta para a necessidade de entender uma região a partir de sua relação com a escala mundial, priorizando na análise as ações das instituições e dos diferentes atores hegemônicos:

Compreender uma região passa pelo entendimento do funcionamento da economia ao nível mundial e seu rebatimento no território de um país, com a intermediação do Estado, das demais instituições e do conjunto de agentes da economia, a começar pelos seus atores hegemônicos.

A Geografia do ponto de vista epistemológico precisa estar atenta ao processo de organização espacial, suas conseqüentes transformações contemporâneas, bem como as

³ Texto publicado originalmente em 1940 na obra: “Ensaio de geografia humana brasileira”.

⁴ Esta compreensão é uma herança e evolução do pensamento geográfico de Vidal de La Blache.

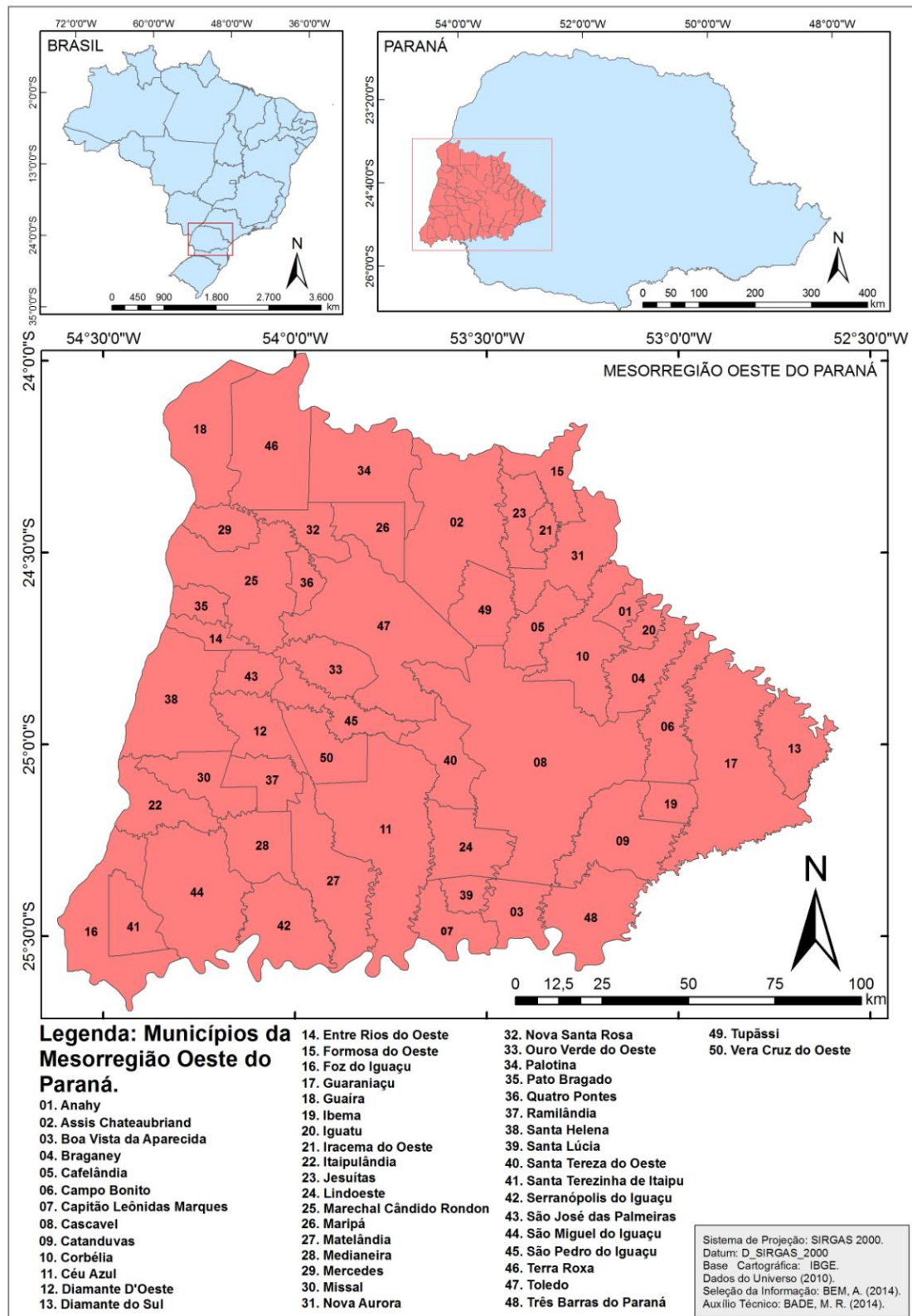
articulações de escalas: local-regional, nacional e planetária (SANTOS, 1997b). Nesse novo contexto, as regiões vão se re-definindo pela globalização econômica, que produz especializações dos territórios, estas que por sua vez, demonstram as formas de inserção do lugar e da região no mundo.

A política econômica vai se materializando no espaço geográfico. “A organização do território representa o reflexo no espaço geográfico de uma política econômica e de suas conseqüências sociais...” (DOLLFUS, 1972, p. 120). Assim, a organização espacial vai sendo moldada pela política econômica, onde a paisagem é uma materialização desse processo. Neste contexto, quando há mudança social induzida por uma política econômica também ocorre a “mudança dos lugares”. (SANTOS, 1997a, p. 73).

Entender essas mudanças na organização espacial é uma tarefa árdua que exige uma investigação das formas geográficas (objetos naturais e sociais) e do seu conteúdo social (SANTOS, 1997a). Esses atributos eram destacados por George (1972), quando se refere à ciência geográfica como uma ciência de síntese.

Na presente pesquisa, a organização espacial é um conceito fundamental para explicar como o fenômeno geográfico se apresenta em nível regional, no caso a Mesorregião Oeste do Paraná, e como essa porção territorial se articula com o espaço nacional e o global.

Mapa 1: Localização do objeto de estudo – Mesorregião Oeste do Paraná



Procedimentos Metodológicos e o Objeto de Estudo

Primeiramente, procuramos evidências de fontes bibliográficas e dados oficiais do INEP e do IBGE, que demonstram a existência de duas políticas educacionais voltadas para o espaço rural: educação rural para a grande propriedade agrícola e a educação rural para a pequena propriedade agrícola.

Com intuito de localizar o debate sobre a educação rural, realizamos um breve histórico da educação rural no Paraná. Neste momento, refletimos sobre a peculiaridade da evolução e involução das Escolas Rurais, seu caráter seletivo e sua relação com as frentes de ocupação do território paranaense.

Na etapa seguinte da pesquisa destacamos o processo de formação da Mesorregião Oeste do Paraná, a sua localização, os aspectos físicos, a organização do espaço agrário e a criação da rede escolar rural. Continuando a investigação sobre a Escola Rural, nos atemos a Mesorregião Oeste do Paraná, destacando as etapas de criação e expansão das escolas nas zonas rurais. Neste momento, levantamos dados empíricos junto às secretarias municipais de educação, a saber: Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon e Palotina. O critério para escolha dos municípios foi a ordem cronológica de emancipação, dada a formação recente da Mesorregião. Assim, foram selecionados os locais emancipados antes de 1970. Devido a problemas com o arquivo de documentos de alguns municípios, os mesmos foram descartados da análise.

À medida que foram sendo tabulados dados oficiais do INEP sobre as Escolas Rurais da Mesorregião Oeste do Paraná, os dados de alguns municípios chamaram atenção por terem mantido a escola na zona rural; é o caso de Missal, Três Barras do Paraná, São Miguel do Iguaçu, Guaraniaçu e Braganey. Com base nessa informação, foi selecionado o município de Missal, onde foi realizado um trabalho de campo para conhecer a “Escola Rural Municipal Epitácio Pessoa”.

Na etapa seguinte, procuramos evidenciar as relações entre o desenvolvimento do agronegócio regional e a expansão de cursos superiores e técnicos voltados para o Ensino Rural. Neste momento, destacamos como essa relação entre o agronegócio regional e a política educacional vai se materializando em alguns contextos locais. Essa expansão da agroindústria em nível regional foi delineando o processo de erradicação da escola no espaço agrário.

Para o levantamento de dados referentes à criação de cursos técnicos e superiores, o critério de seleção foi: os cursos que expressam uma relação direta com a agricultura, a pecuária e a indústria alimentícia. Os cursos que possuem relação indireta foram descartados da análise, pois eles possuem conexões com outros setores da economia regional, o que esvaziaria a proposta de pesquisa.

Outro procedimento metodológico adotado para entender a relação entre o modelo de desenvolvimento regional e a expansão dos cursos superiores em ciências agrárias e áreas afins, foi leitura e análise dos Projetos Pedagógicos dos cursos das instituições públicas, a saber: UTFPR, UFPR e a UNIOESTE.

Para concluir essa etapa da pesquisa, analisamos também os Colégios Agrícolas da Mesorregião Oeste do Paraná. Selecionamos o Colégio Agrícola de Toledo para aplicação de questionários, total de 88, determinado pelo cálculo de amostragem da pesquisa social de Gil (1987).

Na análise do espaço agrário da Mesorregião Oeste do Paraná, utilizamos a classificação de exploração agrícola: agricultura familiar e não familiar do IBGE, tendo como intuito aproveitar os dados tabulados pelo referido órgão oficial.

Os dados brutos do IBGE, IPARDES, INEP auxiliaram no avanço da pesquisa. Para a confecção dos mapas contamos com o auxílio técnico do geógrafo Maicol Bade.

Descrição dos capítulos

No capítulo 1: “Política educacional dirigida à educação rural: Brasil e Paraná”, apresentamos dados e informações que demonstram a existência de duas políticas educacionais para a educação rural construídas historicamente no país: uma para a grande propriedade agrícola e outra para a pequena propriedade agrícola. Em seguida, damos ênfase às políticas educacionais para a educação rural no Estado do Paraná, investigando as principais etapas da Escola Rural no Paraná: início, expansão e a retração. Destacamos dados verificados por outros autores que demonstram a relação entre escola rural, as frentes de ocupação do Estado, o direcionamento das políticas educacionais e a relação com as conjunturas econômicas.

No capítulo 2 “A formação da Mesorregião Oeste do Paraná e a rede escolar rural”, destacamos o processo de formação histórica, a dinâmica econômica, o crescimento populacional e o surgimento de municípios na região. Em seguida, analisamos a organização do espaço agrário atual e a expansão da rede escolar rural. A colonização de terras por empresas privadas no modelo de pequenas propriedades imprimiu ao espaço agrário uma densidade demográfica considerável, fato este que direcionou a implementação de uma política educacional manifestada na construção de Escolas primárias unidocentes e multisseriadas na zona rural entre o período de 1950-1970.

O terceiro capítulo “O declínio da escola rural e a expansão de uma infraestrutura educacional dirigida ao agronegócio na Mesorregião Oeste do Paraná”, inicia destacando o processo de desativação das Escolas Rurais, bem como algumas exceções à regra geral de erradicação, e também, as consequências sociais da saída da Escola do meio rural.

Ainda no capítulo 3, relacionamos o crescimento econômico regional _ baseado na agricultura de exportação e na indústria de carnes _ com a política educacional. Identificamos a criação dos cursos técnicos e superiores que possuem relação direta com a agricultura, a pecuária e a indústria alimentícia, principalmente a de carnes e de lácteos. Também identificamos o contexto local em que emergem esses cursos _ relação entre o desenvolvimento dos municípios e a gênese das indústrias alimentares _ fato evidenciado nos municípios de Toledo, Cascavel, Medianeira, Marechal Cândido Rondon e Palotina. Para finalizar o capítulo, realizamos uma pesquisa nos Colégios Agrícolas da Mesorregião, para saber a procedência dos estudantes e a finalidade do Curso de Técnico Agropecuário na Mesorregião.

No quarto capítulo “O Espaço Agrário da Mesorregião Oeste do Paraná: Agricultura, Indústria e Política Educacional”, procura-se identificar o modelo de desenvolvimento agrícola regional, o tipo de exploração agrícola, a relação entre a produção agropecuária e industrial do espaço regional e, sua articulação com as escalas nacional e internacional. É nesse contexto socioeconômico que vai se desenhando a política educacional dirigida ao Espaço Agrário da Mesorregião Oeste do Paraná no período pós-1990.

Nas considerações finais apresentamos uma síntese dos resultados conseguidos na realização da pesquisa, enfatizando como a política educacional para a educação rural foi se constituindo historicamente no Brasil e qual o seu reatamento no espaço agrário da Mesorregião Oeste do Paraná.

1- POLÍTICA SOCIAL DIRIGIDA À EDUCAÇÃO RURAL: BRASIL E PARANÁ

O objetivo do presente capítulo é demonstrar a política social que foi dirigida para a educação rural no Brasil. Essa política data desde o século XIX e vai se redesenhando no século XX e inícios do XXI, à medida que o espaço agrário e a sociedade brasileira foram passando por transformações. Todavia, esses desencadeamentos não denotam uma crise da educação rural, mas sim uma política desigual para os diferentes segmentos sociais do espaço agrário brasileiro.

Neste capítulo também destacamos a peculiaridade da formação espacial paranaense e os seus desdobramentos na efetivação das políticas para a escola rural; fases de expansão da rede escolar no meio rural e o início de sua retração, processos estes investigados no contexto das conjunturas econômicas e os seus impactos no espaço geográfico.

1.1 - A educação rural no Brasil

Historicamente no Brasil, as políticas públicas voltados para o meio rural foram desiguais. Ao contrário do que nos fazem crer⁵, o meio rural foi contemplado por investimentos públicos, todavia com ações bem direcionadas, de maneira a atender interesses específicos dos atores hegemônicos do país. As elites agrárias fizeram e continuam a fazer parte ativamente da política econômica do país e seus interesses não vão ao encontro dos anseios da pequena propriedade, ou seja, da agricultura familiar.

Com a instauração da República no Brasil em 1889, agora nos moldes do Estado Moderno com a inserção do trabalho assalariado, associado aos ganhos financeiros advindos

⁵ É comum encontrarmos na literatura acadêmica uma visão generalizada sobre o meio rural como algo marginalizado e secundário. Citemos como exemplo essa passagem: “A educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores...” (LEITE, 2002, p. 14)

da expansão da cultura do café no século XIX, as preocupações com o desenvolvimento do país se tornaram mais calorosas. Nesse contexto, já estava clara a divisão da sociedade em dois segmentos:

A nova fase [Período Republicano 1889-1930] não vai modificar propriamente as estruturas de poder: de um lado, mantém-se a classe dominante, detentora das terras e dos meios de produção, e, de outro, a maioria da população, excluída dos ganhos, da melhoria do nível de vida e dos progressos do desenvolvimento econômico.

E assim “dois Brasis” já se distinguem bem: o desenvolvimento social e econômico beneficia apenas as camadas mais favorecidas, enquanto a maioria da população sobrevive em condições precárias. (WEREBE, 1994, p. 38)

Essa divisão social influenciará a elaboração das políticas públicas dirigidas ao ensino rural no Brasil durante o século XX; e um ensino para filhos de pequenos proprietários de terras e uma política dirigida aos grandes proprietários de terras do país.

Desde o período imperial até os dias de hoje, ainda perduram duas políticas sociais para o espaço rural: uma voltada para atender os reclames da grande propriedade e, outra, dirigida à pequena propriedade.

1.1.1 A Educação rural voltada para a grande propriedade

A preocupação com a grande propriedade rural data desde a invasão portuguesa no Brasil, momento em que se estabelece a empresa colonial com base no trabalho escravo e na exploração dos recursos naturais, voltada para a exportação de matérias primas para o mercado internacional.

De acordo com Cimino (2013), desde a vinda da família real para o país, assistiu-se a criação de escolas e institutos agrícolas voltadas à transmissão de conhecimentos e técnicas de agricultura. A introdução de disciplinas de agricultura nos Liceus e a criação de cadeiras de Botânica e Agricultura no Ensino Normal aconteceram de forma localizada nas províncias brasileiras, a saber: Bahia (1812, 1845, 1862, 1872, 1876, 1877), Paraíba (1839) Belém (1839) Maranhão (1844, 1863, 1873, 1884), Pernambuco (1858, 1859, 1875, 1878), Paraná (1857, 1876, 1883), Rio de Janeiro (1850, 1860, 1868, 1872, 1884, 1886), Minas Gerais (1840, 1875, 1880, 1881, 1884) dentre outros. (CIMINO, 2013)

As escolas e os institutos agrícolas foram criados no período imperial como forma de disseminar práticas agrícolas modernas desenvolvidas em outros países da Europa. Até então, pratica-se em solo brasileiro uma agricultura da prática e do costume.

A partir da década de 50 [1850], pretendeu-se sanar a lacuna com a criação de instituições em várias províncias, as quais, assentadas na iniciativa particular e oficial, sob os moldes do Asilo Agrícola, ou Fazenda Normal, ou Instituto de Agricultura, destinavam-se a promover a melhoria dos processos da lavoura. Procurava divulgar os conhecimentos das modernas máquinas utilizadas na agricultura, em outros países, sementes e mudas importadas, processos racionais de cultivo, noções de zootecnia... (CANABRAVA, 1997, p. 131)

Em 1860 é criado o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas para atender os interesses da economia agrária. Teve como resultados a criação do primeiro curso técnico agrícola do Brasil na Bahia, em 1875, e a Escola de agronomia de Pelotas, no Rio Grande do Sul, em 1883.

A criação das escolas agrícolas e dos cursos de agronomia aconteceu com intensidade na segunda metade do século XIX, antecedendo a abolição da escravidão no Brasil em 1888. Na conjuntura da época, término do regime escravagista, a sobrevivência da grande propriedade rural estava assentada em duas estratégias: a política imigratória e a qualificação do trabalhador nacional. Esta segunda demandava esforços na formação profissional pela via da educação.

Proprietários rurais demandavam a intervenção do governo em propostas para educar e qualificar a mão-de-obra, assim como a migração subvencionada. Para os negros e pobres, recém libertos, formulavam-se propostas de mobilização da mão-de-obra. A dos proprietários rurais incidia sobre a infância e concebia a educação enquanto capaz de qualificar parcelas dos trabalhadores. (OLIVEIRA, 2004, p. 131)

Em 1910 foi publicado o decreto 8.319, estabelecendo a regulamentação e estruturação do ensino agrícola no país, organizado em quatro categorias: Ensino Agrícola Superior, Ensino Agrícola Médio, Aprendizados Agrícolas e Ensino Primário Agrícola.

Essa política dirigida ao ensino rural tinha duas finalidades:

- _ Criação de novos cursos de agronomia e medicina veterinária;
- _ Formação do trabalhador agrícola.

Para Oliveira (2004), no contexto da República Velha, a educação era concebida como forma de profissionalizar o trabalhador agrícola brasileiro, este visto naquela época, pelas elites, como um sujeito apático, preguiçoso e apegado a praticas atrasadas.

Nesse contexto, a formação do trabalhador agrícola mereceu tratamento especial. Foram criados Aprendizados e Patronatos Agrícolas entre 1918 e 1930, nas regiões Sul, Sudeste, Norte e Nordeste do país. Os primeiros eram destinados aos filhos de agricultores entre 10 a 16 anos. Os segundos foram criados como alternativa em relação às instituições prisionais urbanas, abrigando jovens de 14 até 18 anos. Em ambas as instituições, transmitia-se aos jovens técnicas agrícolas modernas. Além da formação profissional se assegurava o controle social pelas elites agrárias (MENDONÇA, 2007).

Figura 1: Museu Regional Casa dos Ottoni - Prédio do antigo Patronato Agrícola (1918-1930)



Prédio Localizado na cidade do Serro – MG. Fonte: <http://www.conhecendomuseus.com.br/museu-regional-casa-dos-ottoni/>

Embora tenha sido impulsionada por investimentos públicos, a educação superior na área de ciências agrárias pouco expandiu. Werebe (1970) destaca que desde o período imperial boa parte das escolas agrícolas fechou por falta de estudantes. As elites desprezavam o trabalho na agricultura, tido como algo para os escravos e primitivos. Muitos cursos superiores foram criados no período e tiveram pouca duração⁶ devido à falta de demanda de matrículas.

⁶ De acordo com dados de Molina (2012), entre 1877 até 1936, foram extintos 18 cursos superiores de agronomia. Para o referido autor, esse fato retratava o caráter conservador da agricultura brasileira da época.

A conjuntura política pós 1945 seria marcada pelos acordos bilaterais entre Brasil e os EUA. O acordo firmado entre o Ministério da Agricultura Brasileiro e a Fundação Inter-Americana de Educação (AIA), resultou na criação da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR). As ações entre os países tinham por finalidade:

a) desenvolver relações mais íntimas com docentes do ensino agrícola dos Estados Unidos; b) facilitar o treinamento de brasileiros e americanos especializados em ensino profissional agrícola; c) possibilitar que fossem programadas atividades, no setor de educação rural, do interesse das partes contratantes. (MENDONÇA, 2007, p. 70)

Essa política bilateral Brasil-EUA foi delineada no contexto da Guerra Fria. As ideias modernizadoras da ideologia do progresso disseminavam-se na zona rural por meio da introdução de novas práticas agrícolas, antecipando o processo de mecanização da agricultura brasileira, que seria intensificado nas décadas de 1960 e 1970.

Em 1946 é criada a lei Orgânica do Ensino Agrícola, objetivando a reorganização dos antigos estabelecimentos de formação agrícola, que agora passariam a ser organizados em cinco modalidades: Escolas de Iniciação Agrícola – fase inicial do curso primário regular; Escolas Agrícolas – fase final do ensino primário regular; Escolas Agrotécnicas – responsáveis pela formação de técnicos e professores; Cursos de Aperfeiçoamento – especialização, extensão para formar quadros do Ministério da Agricultura; Centros de Treinamento – preparação de capatazes.

O Ensino Agrícola cumpria o papel essencial de disseminador das práticas agrícolas modernas, e principalmente, um espaço para formação do trabalhador rural para a grande propriedade.

Para além de seu cunho “profissionalizante” e tecnicista, as novas instituições de Ensino Agrícola criadas sob a vigência da CBAR priorizaram a formação do trabalhador rural, afirmando-se enquanto escolas para o trabalho, embora algumas delas se dedicassem também ao aperfeiçoamento dos quadros administrativos do Ministério. (ibidem, p. 73)

No período militar (1964-1985), aprofundou-se a preocupação com a formação do trabalhador rural. Assistiu-se a expansão dos cursos de técnico agropecuário⁷, e também, a criação de uma infraestrutura pública voltada para o Ensino Superior em Ciências Agrárias, conforme observa-se na tabela a seguir.

⁷ Entre 1960 a 1973, as matrículas do Ensino Agrícola de nível Secundário, cresceram 825%. (BRASIL, 1976)

Tabela 1: Evolução do Ensino Superior em Ciências Agrárias no Brasil até 1989

Época de criação dos cursos	Público	Privado	% Público em relação ao total	% Privado em relação ao total
Até 1960	19	0	100	0
Década de 1960	17	4	80,95	19,05
Década de 1970	44	10	81,48	18,52
Década de 1980	20	13	60,60	39,40
Total	100	27	78,74	21,26

Fonte: Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (1995). Organizado pelo autor.

A área de Ciências Agrárias envolve os cursos de Agronomia, Zootecnia, Engenharia Agrícola, Medicina Veterinária, Engenharia Florestal e Engenharia da Pesca. Descartou-se da tabulação o curso de Economia Doméstica.

Como se nota na tabela acima, durante a década de 1970 o poder público criou 44 cursos superiores em Ciências Agrárias, contra 10 na iniciativa privada. Como dito anteriormente, a existência de poucos cursos superiores na agricultura, algo que perdurou até 1960, se dava pela extinção ocorrida e falta de matrículas, visto o conservadorismo de parcela das elites agrárias que elegiam como prioridade para seus filhos os cursos de Direito e de Medicina.

Se somarmos os números referentes às décadas de 1960 e 70, chegamos ao número de 61 cursos de nível superior. Na década de 1980, nota-se uma retração do investimento público e um crescimento da iniciativa privada. A partir de 1980 o investimento privado no setor educacional cresce estimulado por uma política de financiamentos. Neste período implantaram-se 20 novos cursos de nível superior em ciências agrárias.

A tabela 2 traz informações sobre a evolução recente das matrículas no Ensino Superior nas áreas de Agricultura e Veterinária e, Processamento de Alimentos. Este último engloba as áreas de carnes, laticínios e vinhos, e é ofertado na modalidade de Tecnólogo.

Tabela 2: Evolução das Matrículas no Ensino Superior nas áreas de Agricultura e Veterinária e Processamento de Alimentos

Áreas de concentração	Censo de 2005			Censo de 2011			Crescimento das matrículas: 2005/2011 em %	
	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Público	Privado
Processamento de Alimentos	10478	6998	3480	20422	16108	4314	130,18	23,96
Agricultura e Veterinária	97280	57133	40147	153447	97562	55885	70,76	39,20

Fonte: INEP- Censos do Ensino Superior de 2005 e 2011. Organizado pelo autor.

A oferta de matrículas no Ensino Público na área de Ciências Agrárias se mostra superior ao ofertado pela iniciativa privada⁸. Na área de Agricultura e Veterinária as matrículas saltaram de 97.280 em 2005, para 153.447 em 2011, registrando um crescimento de 57,73% em apenas 6 anos.

Esse crescimento do número de vagas ofertadas ao Ensino Superior no setor de Ciências Agrárias possibilitou a expansão de uma mão de obra qualificada, que visa atender à nova conjuntura da agricultura, principalmente àquela desenvolvida pela grande propriedade, que fazendo uso de tecnologias modernas, utiliza reduzida quantidade de mão de obra.

Os dados levantados até este momento, no presente capítulo, procuram demonstrar que historicamente foi construído um Ensino Rural voltado para atender à grande propriedade, que do ponto do investimento público, nunca esteve desamparada.

1.1.2 A Educação rural para a pequena propriedade

A educação rural destinada à pequena agricultura se processou de forma marginal ao longo da história da formação da sociedade brasileira.

A pequena propriedade agrícola nasceu no Brasil nas bordas da grande propriedade (empresa colonial portuguesa), fornecendo gêneros alimentícios para a reprodução da sociedade escravagista. E teve seu florescimento no Centro-Sul do país com a política

⁸ Para termos de comparação, do total das matrículas em cursos superiores presenciais ofertadas no Brasil em 2011, 72,23% ficavam a cargo da iniciativa privada (INEP, 2012).

imigratória no final do século XIX. Constituiu-se como um segmento social destinado a abastecer com gêneros alimentícios, o mercado interno do país.

A educação rural destinada à pequena propriedade rural evolui no Brasil de forma lenta na República Velha (1889-1930). O funcionamento das escolas rurais no país na década de 1920 era precário. Maia (1982) destaca que essa situação era uma consequência do fortalecimento da política dos governadores, associada ao desinteresse das elites agrárias em difundir o ensino no meio rural, por considerá-lo inferior.

As décadas de 1920 e 30 foram marcadas pelo debate em torno da educação nas zonas rurais. Sud Mennucci, principal representante do Ruralismo Pedagógico⁹, travou intenso debate com os escolanovistas¹⁰ a favor da expansão das escolas e da criação de infraestrutura pública no campo.

Toda a nossa organização de nossos serviços públicos ou de utilidade coletiva é feita e processada à revelia da zona rural e como se ela não existisse. E os nossos reformadores estão tão fortemente imbuídos desse conceito fundamental da “polis” que nem sequer chegam a percebê-lo. (MENNUCCI, 2006, p. 37)

Sud Mennucci criticou a concepção urbana da educação brasileira, que resultava na estrangeirização segundo outros modelos europeus. Propunha a criação de escolas rurais e formação de professores qualificados como forma de romper o êxodo rural no contexto da incipiente industrialização do país, incapaz de absorver o contingente populacional residente nas cidades. Vale ressaltar que na época, a maioria da população estava nas zonas rurais.

Embora o pensamento do Ruralismo Pedagógico tenha se difundido no ambiente político, a sua concepção¹¹ não se traduziu na elaboração de uma política educacional específica.

⁹ Também mereceram destaque Carneiro Leão, Alberto Torres e Manoel Bergstrom Lourenço Filho. Embora o Ruralismo Pedagógico surgisse num contexto de preocupação das elites brasileiras com a economia agrária, ele contrapunha-se ao processo de urbanização da civilização, onde os autores do movimento procuravam demonstrar as peculiaridades do Brasil e a necessidade de pensar formas originais para os problemas que o mesmo enfrentava na época.

¹⁰ Adeptos do movimento da Escola Nova no Brasil. Eles viam a industrialização e a urbanização como um processo civilizatório que provocaria mudanças na estrutura educacional do país.

¹¹ Um dos pilares do Ruralismo Pedagógico era a formação diferenciada do professor de acordo com o contexto geográfico: “Entendo que é indispensável uma profunda modificação no aparelhamento escolar primário, normal e profissional, de maneira a estabelecer três quadros profissionais de professores inteiramente distintos, exercendo funções perfeitamente diferentes e apesar de tudo complementares. Temos de separar o ensino das cidades, do ensino dos meios rurais e do ensino da zona litorânea” (MENNUCCI, 2006, p. 122).

A intensificação do processo industrial brasileiro a partir de 1930 e, mais tarde, a difusão do pensamento da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) criada em 1948, que via na industrialização o único caminho para superar o subdesenvolvimento, vão relegar a um segundo plano as políticas públicas voltadas a atender a educação rural, para a pequena propriedade agrícola.

Em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde, e em 1934, a educação passaria a ser um direito de todos. Nos anos de 1930 e 40 assiste-se a expansão da rede escolar. Em 1947, com Eurico Gaspar Dutra na presidência, o governo lançou um programa de Campanha de alfabetização no meio rural, passando a investir na ampliação da educação primária. No entanto, verificavam-se na década de 1940, vários problemas no ensino rural, representados: “... nos altos níveis de evasão e repetência, nível de qualificação dos professores (...), na precariedade das instalações escolares, na falta de material e equipamento”. (MAIA, 1982, p.28)

Esses problemas vão se perpetuar no meio rural, onde muitas vezes a escola era improvisada na fazenda, local em que ocorria o estudo das primeiras letras dos seus filhos ou, pela associação comunitária de grupos de sítiantes que se posicionava a favor da construção de escola e ajudavam na construção dela.

De acordo com Werebe (1970, p. 111), o quadro social e físico da Educação Rural até os anos de 1960, era extremamente precário:

A escola rural luta com dificuldades às vezes insuperáveis. As instalações, via de regra, são deficientes; a clientela escolar apresenta-se, geralmente, em estado deplorável: crianças maltrapilhas, com retardo social e físico, doentias, mal alimentadas, sem higiene, indolente por culpa das verminoses e, naturalmente, sem nenhum estímulo para estudar.

A respeito da situação de carência alimentar nas zonas rurais brasileiras, Antônio Cândido, em seu livro “Os parceiros do rio Bonito” (1987), desconstrói o mito de fartura alimentar das populações rurais brasileiras; investigando comunidades caipiras de São Paulo, entre 1947 e 1954, demonstrou o quão pobre era a dieta alimentar dos sítiantes paulistas, que labutam diariamente para não passar fome.

A precariedade da instalação escolar era e continua sendo um dos problemas da escola rural. Porém, o maior deles estava na falta de escolas nas zonas rurais. Esse cenário se perpetuava nas décadas de 1970 e 80, culminando em altas taxas de analfabetismo no espaço rural, como se observa na tabela a seguir.

Tabela 3: Taxas de analfabetismo e a população no Brasil (1960-1980)

Censo	População Rural	% de analfabetos na Zona Rural	População Urbana	% de analfabetos na Zona Urbana
1960	38.987.527	66,08	32.004.817	33,14
1970	41.603.839	49,03	52.904.744	34,10
1980	38.566.297	52,60	82.013.375	22,30

Fonte: IBGE. Censos demográficos de 1960, 1970, 1980. Organizado pelo autor.

Somente em 1970, é que a população urbana tornou-se maior que a rural no Brasil. Os altos índices de analfabetismo na zona rural em 1960, demonstram claramente a falta de investimento público para proporcionar a oferta de escolaridade a esta população, em um país que era predominantemente rural.

A década de 1970 e inícios dos anos de 1980 foram marcados pelo constante êxodo rural, personificados na crescente urbanização do país, com o fenômeno de metropolização dos centros urbanos, marcado pelo crescimento populacional nas periferias. O decréscimo populacional da população rural a partir do final da década de 1970 culminaria na política educacional de erradicação das escolas rurais. A pouca importância dada às políticas agrícolas da época também levaram a isso.

A falta de políticas sociais voltadas para atender o segmento da pequena propriedade rural repercute na qualidade da educação nas zonas rurais. A tabela 4 traz informações sobre a infraestrutura do ano de 2011, confrontando escolas rurais e urbanas.

Tabela 4: Infraestrutura nas Escolas do país (2011)

Local	% Energia Elétrica	% Abastecimento de água	% Biblioteca	% Laboratórios de Informática	% Laboratório de Ciências
Escolas Urbanas	100	100	48	55	16
Escolas Rurais	85	90	11	19	1

Fonte: INEP. Censo Escolar 2011. Organizado pelo autor.

Do total das escolas rurais, somente: 11% possuem bibliotecas, 19% possuem laboratórios de informática e apenas 1% laboratório de ciências. O fator mais agravante, é que 10% não possuem abastecimento de água e 15% não possuem energia elétrica. A maior parte dessas escolas está localizada nas regiões Norte e Nordeste do país, muitas são escolas unidocentes e algumas funcionam na casa da professora. Em sua maioria, os estabelecimentos

escolares rurais brasileiros são públicos. Os dados demonstram claramente a desigualdade de infraestrutura conforme a localização geográfica da escola, deixando nítida a precariedade das escolas nas zonas rurais quando comparadas com as urbanas.

Além da desigualdade de investimentos públicos, as escolas rurais vêm sendo desativadas no Brasil. De acordo com dados recentes do censo escolar, tabulados pelo jornal Folha de São Paulo, entre 2003 a 2013, no país, foram fechadas 32.500 escolas, registrando uma média de 8 escolas rurais fechadas por dia e um decréscimo de 31,4% em 10 anos.(CANCIAN, 2014)

Entre 2000 e 2010, a população rural diminuiu 6,3%. A conclusão a que se chega é que as escolas rurais fecham antes da população sair do campo. É como se as políticas públicas destinadas à educação rural estivessem antecipando o êxodo rural.

Partindo de uma concepção econômica, os gestores municipais e estaduais têm optado pelo investimento em transporte escolar como forma de reduzir gastos com a educação básica. Com isso, os alunos das zonas rurais passaram a ser transportados para as escolas urbanas.

A escola rural está inserida numa dinâmica de configuração territorial, do habitat rural, que expressa uma cultura peculiar (GEORGE, 1972). Neste sentido, a escola representa um valor social de representação espacial dos sujeitos. A retirada da escola da paisagem rural altera as relações sociais que se dão no lugar.¹² Quando a escola é retirada do espaço rural, as relações tecidas entre os sujeitos que envolvem diferentes conhecimentos e práticas, tornam-se menos densas.

Os dados demonstrados até o presente momento procuram sinalizar que historicamente se constituíram duas políticas sociais destinadas à educação rural: uma para atender os interesses da grande propriedade agrícola, com a criação de escolas técnicas agrícolas e de cursos superiores nas áreas de ciências agrárias; e outra, direcionada a pequena propriedade rural, a escola dos “mínimos” e o transporte escolar.

1.2 A escola rural no Paraná

A expansão da escola rural no Paraná esteve atrelada ao processo de ocupação do território, em especial com as frentes de colonização que foram intensas no período compreendido entre 1920 e 1960.

¹² “Quando há uma mudança social, há também mudança dos lugares (...)”. (SANTOS, 1997a, p. 73).

Ao longo de sua trajetória a escola rural foi alvo de políticas educacionais seletivas que priorizaram algumas regiões, no caso específico do Paraná, a região dos Campos Gerais e as áreas próximas à capital do Estado, Curitiba.

A nova rearticulação da agricultura brasileira ao capitalismo internacional na década de 1960 provocou profundas transformações na agricultura paranaense, inviabilizando a manutenção de parcela considerável dos pequenos proprietários de terras e produzindo, conseqüentemente, o êxodo rural, fenômeno este que gerou o declínio da Escola Rural no Estado.

No âmbito nacional a Escola Rural já havia entrado em refluxo pela edição da LDB de 1961, que transferiu os encargos da Escola Primária para os municípios, que na época contavam com poucos recursos para a manutenção dos estabelecimentos escolares.

As políticas econômicas e as políticas educacionais conduziram o processo acelerado de erradicação da escola nas zonas rurais no Paraná. Embora haja no espaço agrário paranaense mais de 1 milhão de habitantes, na maioria dos municípios a Escola Rural foi fechada.

1.2.1 As frentes de ocupação do território paranaense e a escola rural

O Paraná é um Estado de ocupação recente, suas fronteiras agrícolas só foram “fechadas” no final da década de 1960. No processo histórico de sua formação distinguem-se três frentes de ocupação:

- 1) A formação do Paraná Tradicional iniciada com a exploração de ouro nas proximidades de Curitiba e do litoral paranaense (1640-1660), e estendendo-se ao desenvolvimento da atividade do Tropeirismo (séc.XVIII e XIX), em que a porção Centro-Oriental do Paraná era local de passagem e descanso para as tropas que transportavam mantimentos e mulas do Rio Grande do Sul até as Minas Gerais;
- 2) A formação do Norte do Paraná oriunda do transbordamento da economia cafeeira consolidada em Minas Gerais e São Paulo, principalmente entre os anos de 1920-1940, estendeu-se para essa região do Brasil; e por fim:
- 3) A formação do Sudoeste do Paraná ocorrida nos anos de 1940-1960 com a migração da população dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Essa migração, realizada para a sobrevivência da unidade de produção familiar no local de origem, caracterizava-se por uma estrutura fundiária sustentada sobre a pequena propriedade e no trabalho familiar.

As frentes de ocupação do território paranaense condicionaram uma ocupação mais intensa do espaço rural, sobretudo no século XX, contexto histórico marcado por constantes debates sobre a expansão da escola na zona urbana e rural.

A grande propriedade foi uma característica da formação espacial do Paraná Tradicional, onde se desenvolveu a pecuária extensiva. No Norte e no Sudoeste do Estado houve fragmentação dos latifúndios mediante a comercialização de terras por companhias colonizadoras, embora, na época, a grande propriedade se mantivesse no campo, só que em número menor.

No final do século XIX ocorreu a expansão da escola pública nas áreas urbanas do Paraná¹³, com escolas instaladas na capital, cidades, vilas e povoados. (OLIVEIRA, 2001, p.148). A criação das escolas em zonas rurais ocorreu nos anos de 1920. De acordo com Schelbauer (2014), havia 1288 escolas rurais isoladas no Paraná na década de 1930. A mesma autora salienta a preocupação dos governos do Paraná da época em construir escolas em zonas rurais para atender as frentes de colonização.

O debate nacional dos anos de 1920 e 30 a respeito da política educacional a ser gestada para as zonas rurais, envolvendo o Ruralismo Pedagógico e a Escola Nova, também repercutiu nas políticas educacionais do Estado do Paraná. No período entre 1934 e 1953 foram criadas as Escolas de Trabalhadores Rurais, tendo por finalidade a disseminação de ensino voltado para a capacitação profissional dos filhos de pequenos agricultores, mediante o estudo de técnicas e práticas agrícolas capazes de proporcionar o aumento da produção agrícola e a integração do homem rural à vida moderna.

Nas Escolas de Trabalhadores Rurais, além do conteúdo de língua portuguesa e matemática, apreendiam-se noções gerais de contabilidade agrícola, botânica, química, técnicas de cultivos de solos, zootecnia, dentre outros. Essa oferta curricular contribuía para a formação de técnicos agrícolas, associada a um contexto de sociedade rural e possibilitava a oferta de mão de obra qualificada para os grandes proprietários de terras do Paraná.

A proliferação das escolas primárias no campo também era uma política do Estado paranaense para fixação do homem no campo e a integração do mundo rural à economia do Estado, visto que a agricultura era a sua principal fonte de geração de riqueza.

¹³ A oferta de escolarização pública estava atrelada ao espaço urbano. “A estratégia de fixar o número de escolas pautou-se pela demanda urbana, com base na média de frequência escolar de alunos das escolas das diferentes categorias de localidades...” (OLIVEIRA, 2001, p. 148)

... a escola primária rural foi pensada com uma política estadual, por dois fatores: primeiro relaciona-se à demanda criada, à formação das novas gerações que pudesse garantir a riqueza do estado associada ao rural; segundo, civilizar a população que habitava no meio rural, ensinar não só a ler, escrever e contar, mas hábitos de higiene e valorização da vida no campo. (SCHELBAUER, GONÇALVES NETO, 2013, p. 88)

Embora houvesse preocupação dos governantes do Paraná em promover a expansão da escola no meio rural, as políticas públicas para este segmento da educação se mostraram seletivas e insuficientes. Bareiro (2007) destaca que as Escolas de Trabalhadores Rurais criadas na década de 1940 se concentraram na região do Paraná Tradicional e que as regiões recém ocupadas não foram contempladas pelas políticas públicas.

[as] escolas foram implantadas em regiões de pouca agricultura e áreas maiores para a pecuária. Neste contexto o Norte do Paraná vivia o auge de sua colonização e seus sítios, chácaras e fazendas possuíam escolas. Além disso, essas escolas estavam localizadas nos municípios próximos das grandes cidades como, Curitiba, Ponta Grossa, Paranaguá e Castro e que possuíam maiores contingentes populacionais na época.

As políticas do Estado voltadas para as Escolas Rurais não atendem as regiões Norte e Sudoeste do Paraná naquele período e sim às regiões de colonização mais antiga como o litoral e a região colonizada pelo tropeirismo e extração da erva-mate e que já possuía um maior contingente populacional. (BAREIRO, 2007, p. 48)

Relegadas a um segundo plano, as populações rurais das regiões Norte e o Sudoeste tiveram que encontrar soluções práticas para a resolução dos problemas relacionados à educação nas zonas rurais. Assim, foi comum o surgimento de escolas no campo por iniciativas de fazendeiros, de comunidades de pequenos agricultores e também por parte de empresas colonizadoras, na colonização do Norte e do Oeste paranaenses.

Na região Norte do Paraná, ocupação que precede a do Oeste paranaense, as primeiras escolas primárias rurais próximas a Londrina foram construídas por estrangeiros, em geral europeus e japoneses, recém chegados, durante as décadas de 1920 e 1930. Estas escolas foram fechadas no final da década de 1930 e substituídas por escolas públicas. O avanço da cafeicultura de 1920 até 1950 proporcionou uma ocupação efetiva do território, condicionando a expansão das escolas nas zonas rurais por iniciativa particular ou pela iniciativa pública.

... a medida que a colonização foi ocorrendo no Norte do Paraná também foram sendo implantadas escolas para oferecer um mínimo de qualificação e educação para a população, e como esta estava em sua maioria no campo a

criação e a construção de escolas rurais foi em grande escala. (BAREIRO, 2007, p. 54)

Na região Oeste do Paraná as escolas rurais surgiram nos anos de 1950 por iniciativa de colonos sulistas, visto que a escola fazia parte da sua cultura no local de origem, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, nas décadas de 1930 e 1940. As primeiras escolas rurais foram construídas por meio de mutirão de pequenos agricultores. Em algumas localidades, as Companhias Colonizadoras construíram escolas nas zonas rurais e nas vilas para facilitar a comercialização de pequenos lotes agrícolas. A existência de escola na zona rural tranquilizava a família dos migrantes sulistas. (EMER, 2012).

Após o processo de emancipação do município, a Escola dos Colonos se transformava em Escolas Rurais Municipais que, em geral, o município aproveitava-se da estrutura física construída e arcava com os custos de manutenção e o salário do professor.

Nos centros urbanos desde o período da colonização ocorria a criação de escolas públicas mantidas pelo governo estadual, além de escolas privadas de cunho religioso: católica ou luterana.

O surgimento das escolas rurais do Paraná esteve diretamente relacionando ao avanço das frentes de ocupação do território, estas intensas até o início da década de 1960. “As escolas rurais estiveram ligadas às frentes colonizadoras no Estado, à medida que essas frentes evoluíam as escolas também aumentavam na mesma proporção da produção agrícola e da estrutura fundiária das regiões...” (BAREIRO, 2007, p. 70).

As políticas educacionais implantadas pelo Estado do Paraná entre os anos de 1920 até 1960, para a zona rural, priorizaram a expansão das escolas rurais primárias unidocentes e classes multisseriadas¹⁴, colocando a escolarização no espaço rural num patamar inferior à escolarização no espaço urbano.

1.2.2 A conjuntura política e econômica pós-1970

A conjuntura política e econômica pós 1970 acarretou enormes transformações sociais no Paraná, provocando intensa modificação na distribuição da população de acordo com a localização geográfica.

¹⁴ Escola unidocente é aquela em que apenas um professor leciona geralmente numa classe multisseriada, ou seja, várias séries reunidas em apenas uma sala de aula.

A política de erradicação do café no Paraná adotada entre 1965 e 1967 (PADIS, 1981), e a conseqüente modificação do uso do solo por lavouras temporárias e pastagens no Norte do Estado gerou significativo êxodo rural. Nas regiões Oeste e Sudoeste do Estado, a tradição da policultura dos pequenos agricultores sulistas passou a ser substituída pela introdução de monocultivos para exportação, em especial, a soja e o trigo. Estava em curso uma nova rearticulação da agricultura paranaense com o mercado internacional.

A forma encontrada pelo sistema capitalista para rearticular a propriedade da terra no Paraná ocorreu por meio da introdução de novas tecnologias e técnicas no processo de produção agrícola. (...) Colonizado com base na pequena propriedade, o Paraná assistiu às mudanças agrícolas impressas a partir de 1970 que reformularam a estrutura fundiária paranaense, apoiando-a nessa nova conjuntura de exportação. (LIMA, 2011, p. 128)

A imposição da mecanização e modernização da agricultura mediante a compra de insumos (fertilizantes, agrotóxicos, sementes melhoradas, maquinários), direcionou os investimentos públicos para a agricultura de exportação e de certa forma, inviabilizou os minifúndios e as pequenas propriedades agrícolas do Paraná. Não é que a pequena propriedade seja avessa à inovação tecnológica, o problema estava nos custos de produção que a tornava inviável de competir mediante a aquisição constante de insumos modernos. Este segmento social necessita uma política agrícola diferenciada em relação à grande propriedade, esta historicamente a grande beneficiada pela política agrícola brasileira.

A transformação na base técnica da agricultura paranaense ocasionou a diminuição do pessoal ocupado nas atividades agropecuárias de 2.079.174 em 1975, para 1.855.063 em 1985, de 1.287.632 em 1995, para 1.097.438 em 2006. Esse movimento de redução da população ocupada no campo produziu impactos diretos sobre a escola rural, pois acentuou o “esvaziamento” demográfico nas áreas rurais, decorrência da concentração de terras. A tabela 5 demonstra essa modificação do comportamento demográfico da população rural e urbana do Paraná.

Tabela 5: Evolução populacional do Paraná (1940 -2010)

Época	Rural	%	Urbana	%	Total
1940	934.004	75,55	302.272	24,25	1.236.276
1950	1.587.259	75,03	528.288	24,97	2.115.547
1960	2.962.312	69,09	1.305.927	30,91	4.268.239
1970	4.425.490	63,60	2.504.378	36,40	6.929.868
1980	3.156.831	41,07	4.472.561	58,93	7.629.392
1991	2.250.760	26,65	6.197.953	73,35	8.448.713
2000	1.777.374	18,50	7.876.084	81,50	9.563.458
2010	1.531.834	14,70	8.912.692	85,30	10.444.526

Fonte: IBGE- Censos demográficos. Organizado pelo autor.

Até 1970 o Paraná era um Estado de preeminência rural, totalizando 63,60% do total da população. Em menos de 10 anos, 1970-1980, a zona rural perderia mais de 1 milhão de pessoas e a zona urbana sofreria um acréscimo populacional de quase 2 milhões de pessoas. Vale ressaltar que até a década de 1970 as taxas de natalidade eram altas, o que indica a migração considerável de jovens do meio rural para os centros urbanos das cidades pequenas e médias do próprio Paraná e também, a migração em busca de novas terras para a região Norte do país e para o Paraguai.

1.2.3 A Política Educacional para a Escola Rural

As transformações sociais acentuadas no Paraná durante a década de 1970 devido à nova conjuntura econômica manifestada no processo de urbanização, industrialização e rearticulação da agricultura ao capitalismo internacional, produziram um grande excedente populacional no campo.

Neste contexto, concordando com Pereira (2002, p. 46): “A rápida urbanização no Estado do Paraná transformou a sociedade de predominantemente rural para urbana. Essa mudança causou sérios problemas sociais nos setores de habitação, saneamento básico, abastecimento de água, serviços de saúde e educação”. Diante desse novo cenário, as políticas educacionais do Estado passaram a se concentrar nas áreas urbanas, as quais receberam novas escolas equipadas e as antigas instalações escolares foram reformadas.

Nessa época as escolas rurais paranaenses eram extremamente precárias e carentes. Geralmente eram escolas de uma sala de aula, unidocente e multisseriada. O professor tinha

pouca instrução, variava do 1º a 2º grau completo¹⁵. Estes estabelecimentos de ensino eram mantidos pelas prefeituras.

A Lei 5.692 de 1971 ampliou a obrigatoriedade do Ensino Primário de 4 para 8 anos, transferindo para os municípios a sua implementação. Em nível estadual foi lançado em 1975 o Plano Estadual de Educação e Cultura para o período de 1976-1979, tendo como uma de suas metas a transferência das responsabilidades do Ensino Fundamental para os municípios.

-Transferir, progressivamente a responsabilidade municipal os encargos e serviços educacionais com a Rede Física e Administração e Manutenção do Ensino, especialmente de 1º grau, que passam a ser realizados mais satisfatoriamente pelas administrações locais, após estruturação administrativa do Setor de Educação do Município. (PARANÁ, 1975, p.234)

Essa descentralização do sistema educacional havia sido prevista pela lei 4.024 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) de 1961. Para Leite (2002), a referida LDB produziu uma crise na educação rural no Brasil.

Deixando a cargo das municipalidades a estruturação da escola fundamental na zona rural, a Lei 4.024 omitiu-se quanto à escola no campo, uma vez que a maioria das prefeituras municipais do interior é desprovida de recursos humanos e, principalmente, financeiros. Desta feita, com uma política educacional nem centralizada nem descentralizada, o sistema formal de educação rural sem condições de auto-sustentação _ pedagógica, administrativa e financeira _ entrou num processo de deterioração, submetendo-se aos interesses urbanos. (LEITE, 2002, p.. 39)

A educação rural primária foi relegada a segundo plano pela política educacional brasileira. A municipalização acentuou a deterioração da precária escola no meio rural.

Diante dessa situação de debilidade e marginalidade da escola rural criou-se em 1975 o PROMUNICÍPIO (Projeto de Cooperação Técnica e Financeira Estado/Município), com o intuito de revitalizar a educação nas áreas rurais. A ideia principal consistia na nucleação das escolas como forma de ampliar o espaço físico, melhorar a qualidade do ensino, facilitar a qualificação do professor e retirá-lo do seu isolamento _ possibilitar a oferta de material didático, construção de bibliotecas, entre outros. A nuclearização das Escolas Rurais já havia sido pensada nos Estados Unidos no final do século XIX como forma de melhorar o ensino nas áreas de comunidades rurais distantes das cidades. Esse modelo também foi implantado

¹⁵ São equivalentes hoje ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio.

por outros países no decorrer do século XX, como a Nova Zelândia, Costa Rica, Líbano entre outros. A nuclearização:

Trata-se de um procedimento político-administrativo que consiste na reunião de várias escolas isoladas em uma só, desativando ou demolindo as demais. O princípio fundamental é a superação do isolamento e abandono, ao qual as escolas rurais isoladas experimentam e vivenciam em seu cotidiano e oferecer aos alunos rurais uma escola de melhor qualidade. (SILVA; BOF e MORAIS, 2006, p. 116)

O Paraná foi o primeiro Estado a adotar o PROMUNICÍPIO, fato que aconteceu em 1976 e ficou conhecido como Movimento das Escolas Consolidadas. Anos mais tarde, 1979, foi criado o PRORURAL (Projeto Integrado de apoio ao Pequeno produtor Rural). De acordo com Pereira (2002), a meta inicial do Governo do Paraná em 1980 era construir, manter e equipar 39 Escolas Consolidadas em 28 municípios. Todavia, mais uma vez, as políticas públicas eram destinadas à região de ocupação antiga do Estado, o Centro-Sul, o Sul e o Sudeste, só que agora, privilegiando as áreas rurais de pequenos agricultores e de influência de descendentes de imigrantes europeus. Anos mais tarde, alguns municípios do Oeste e Sudoeste do Estado também se beneficiaram com a construção de escolas nucleadas nas zonas rurais.

Todavia, essa política de revitalização das escolas no meio rural não teve continuidade:

Em 1983, apesar do apoio dado para a continuação do projeto das escolas consolidadas pela Secretaria de Educação do Paraná, por meio do Grupo de Planejamento Setorial/GPS/SEED, uma divisão dessa Secretaria considerou a experiência de consolidação de escolas rurais pequenas como sendo altamente negativa, segundo declarações de alguns grupos (Assembleia Legislativa do Estado do Paraná). (PERREIRA, 2002, p. 77)

As políticas públicas destinadas à escola rural foram desaparecendo à medida que a modernização agrícola aumentava o contingente populacional expropriado do campo. A escola multisseriada e unidocente passaria a ser a única política educacional do Paraná para a população rural, salvo algumas iniciativas municipais pontuais.

Com a ampliação e modernização das escolas urbanas, a precária escola rural, unidocente e multisseriada, passou a ser vista pela própria comunidade como inviável do ponto de vista didático e pedagógico, pois representava o atraso do sistema escolar brasileiro.

A má gestão da escola rural pelos municípios resultou no reconhecimento de sua inviabilidade. A política destinada à grande propriedade vencia o debate travado em torno da educação rural.

O gráfico 1 apresenta dados referentes à involução das escolas municipais rurais no Paraná no período entre 1980-2013.

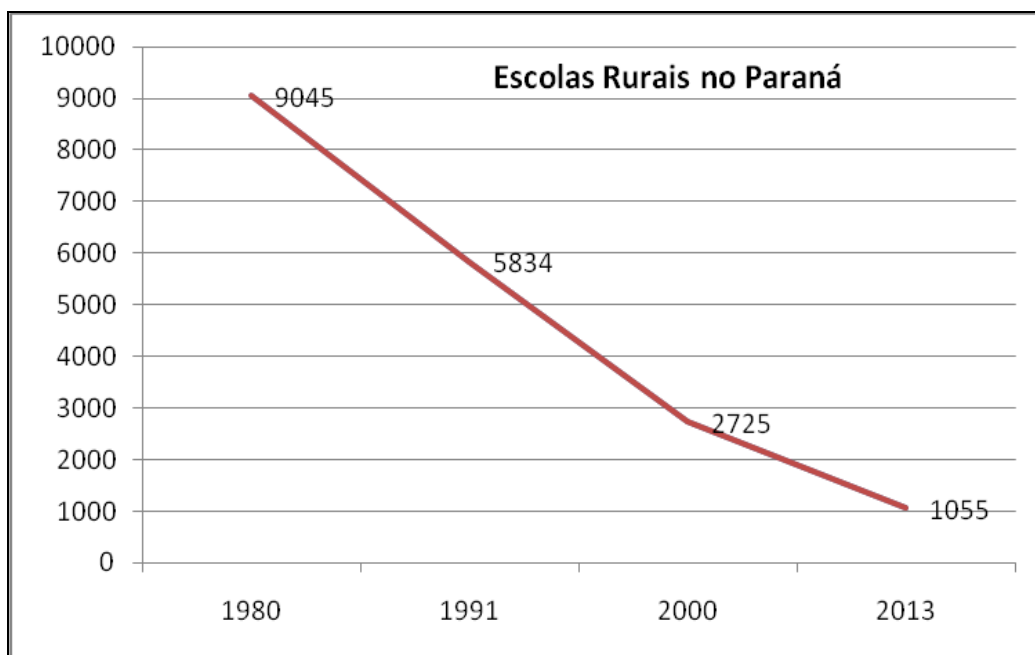


Gráfico 1: Número de Escolas Municipais Rurais no Paraná (1980-2013)

Fonte: FUNDEPAR e Censo Escolar/INEP. Organizado pelo autor.

De acordo com dados do Censo Escolar de 2013, além das 1055 escolas rurais municipais, existem outras 426 estaduais, uma federal e 12 privadas, totalizando 1494 Escolas Rurais de Ensino Básico no Paraná.

Para efeito de comparação, em 1980 foram matriculados 397.334 alunos na rede municipal de ensino em escolas rurais, contra apenas 59.615 em 2013.

A solução encontrada pelos municípios diante do cenário de diminuição da população do campo e as novas necessidades do mundo moderno, foi a erradicação das escolas nas zonas rurais e o investimento nas escolas urbanas.

Como o fechamento das escolas unidocentes no campo, os alunos das comunidades rurais passaram a ser transportados em ônibus para as escolas da cidade. Essa política educacional descentralizada, municipal, é uma cristalização de uma opção já feita na década de 1930, pela política educacional brasileira, que foi a urbanização da escola.

Apesar do avanço na legislação educacional, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996, que conferiu a educação rural um papel destacado, ao reconhecer a peculiaridade do ensino na zona rural, como descrito no texto a seguir:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 2014, p.21)

Há um desencontro entre a legislação educacional recente e a implementação de políticas públicas para as zonas rurais. Assim, a população rural que mais necessita da escola, os filhos de pequenos agricultores, ficam desprovidos do serviço público de educação nas proximidades de sua residência, sendo obrigados a ficarem horas dentro do ônibus escolar para serem transportados até o espaço urbano.

No capítulo 2 (dois), continuamos a presente investigação sobre a escola rural priorizando o movimento histórico e a formação espacial da mesorregião Oeste do Paraná.

2- A FORMAÇÃO DA MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ E A REDE ESCOLAR RURAL

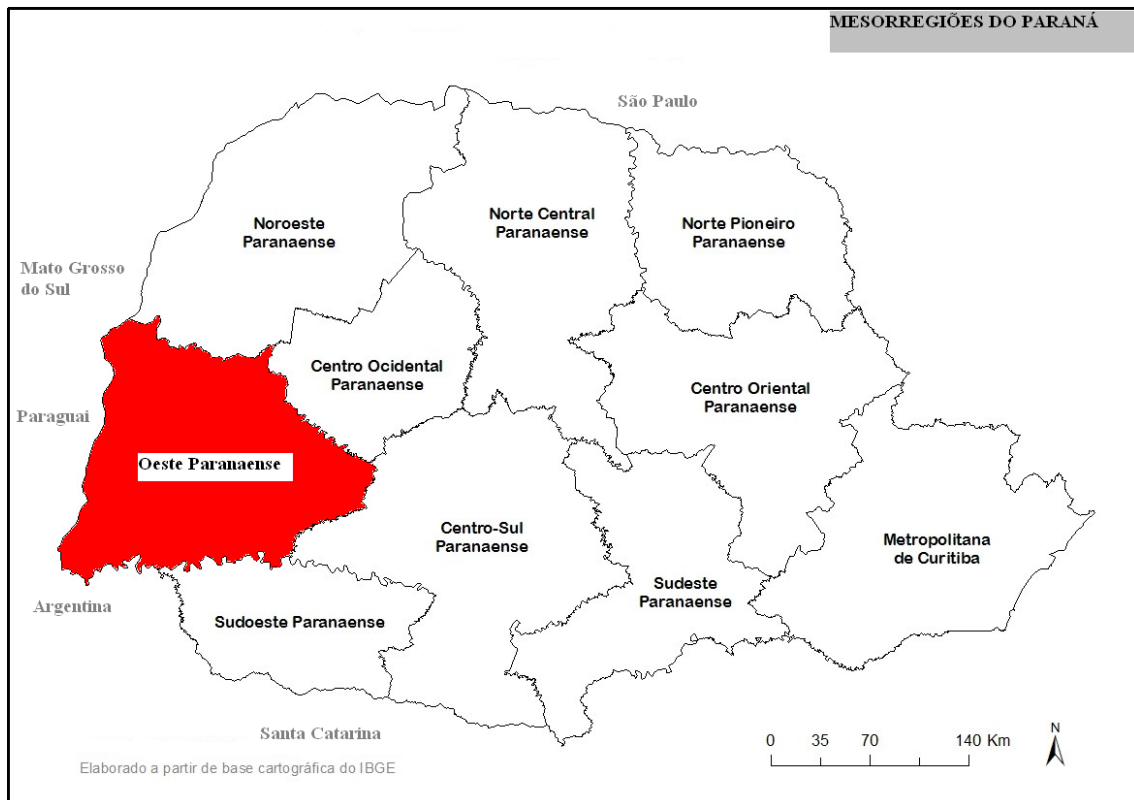
A Mesorregião Oeste do Paraná possui uma formação espacial recente quando comparada às demais regiões do Estado ou a história da formação espacial brasileira. Dentre os objetivos do presente capítulo, está o processo de formação peculiar da região objeto de estudo, como a organização do espaço agrário e o avanço da rede escolar rural.

Enquanto que nas regiões Norte e Noroeste do Paraná as escolas rurais eram fechadas na década de 1960, na mesorregião Oeste, elas estavam em franca expansão, dado seu processo de colonização por empresas privadas acontecer tardiamente.

2.1 A formação da região

A Mesorregião Oeste do Paraná limita-se a oeste com o Paraguai, a sudoeste com a Argentina, a Sudeste com a Mesorregião Sudoeste do Paraná, a Leste com a Mesorregião Centro-Sul do Paraná, a Nordeste com a Mesorregião Centro-Occidental do Paraná, a Norte com a Mesorregião Noroeste do Paraná e a Noroeste com o Estado do Mato Grosso do Sul. Possui uma extensão territorial de 22.851 Km², área superior ao Estado de Sergipe, e uma população de 1.219.558 habitantes. A mesorregião é formada por 50 municípios. A figura da página seguinte traz a localização da Mesorregião.

Mapa 2: Localização da Mesorregião Oeste do Paraná



Do ponto de vista físico, localiza-se no 3º planalto paranaense originado do derrame de lavas vulcânicas no período cretáceo, quando Gondwana fragmentou-se. A rocha extrusiva predominante é o basalto, que deriva solos férteis para a agricultura como o latossolo vermelho. O relevo em geral apresenta pouca declividade, com feições planas e leves ondulações. As altitudes estão entre 200 e 800 metros, vão diminuindo na borda leste do 3º Planalto em direção ao Rio Paraná. Predomina nas baixas altitudes o clima Subtropical Úmido (Cfa), com verões quentes e geadas pouco frequentes, e nos divisores de águas, proximidades do município de Cascavel, o clima Mesotérmico e Subtropical (Cfb), com verões frescos e inverno com geadas frequentes. As chuvas são bem distribuídas ao longo do ano, variando o índice pluviométrico entre 1300 a 1700 mm.

A vegetação original era composta pela Floresta Pluvial (*Floresta Estacional Semidecidual*) e pela Floresta de Araucárias (*Ombrófila Mista*), que ocupava, até 1930, 65% do Oeste do Paraná. Atualmente, apenas 12,2% da vegetação original estão preservadas, da qual a maior parte se concentra no Parque Nacional do Iguaçu. (IPARDES, 2003)

A rede hidrográfica é composta pelos rios principais: Paraná, Iguaçu e Piquiri em seus limites territoriais. Os canais de 2ª e 3ª ordem são numerosos e deságuam nos rios

supracitados. As cataratas do Iguazu e a usina hidrelétrica de Itaipu constituem-se em impedimentos para o transporte hidroviário. O rio Paraná a montante da usina, embora apresente boas condições para uso da navegação é pouco aproveitada pelos poderes públicos.

O território que hoje compreende a Mesorregião Oeste do Paraná era ocupado predominantemente pelos índios Guarani que se concentravam desde 1300¹⁶, pelo menos nas proximidades dos rios Piquiri e Paraná (AUGUSTO SOBRINHO, S/d). Os Guarani além da caça e da pesca, dominava técnicas de navegação fluvial, de cerâmica, técnicas agrícolas (milho e mandioca) e o plantio e corte da erva-mate.

O domínio espanhol da região Oeste do Paraná ocorreu a partir de 1554 com a fundação da Vila de Ontiveros nas proximidades de Foz do Iguazu e com a fundação da Ciudad Real Del Guahyrá, na foz do rio Piquiri no rio Paraná. “O Território Del Guahyrá, abrangia Guaíra, baixo Paranapanema, Guarapuava e Iguazu (...) era ocupado por cerca de trinta mil índios...” (AUGUSTO SOBRINHO, S/d, p. 111). Naquele período, essa porção territorial era denominada província Del Guahyrá e estava sob o controle da coroa espanhola. Essa situação se manteve até a destruição das reduções jesuíticas entre 1627-1632, pelos bandeirantes. Com isso, boa parte dos índios Guarani foi assassinada ou escravizada, e outros, fugiram para o Paraguai, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul.

Atualmente, os índios Guarani possuem aldeias nos municípios de Diamante do Oeste e São Miguel do Iguazu. Todavia, vários grupos indígenas não aldeados lutam por demarcações de terras no Oeste do Paraná.

Até a segunda metade do século XIX, a região Oeste do Paraná era habitada por segmentos sociais que ocupavam terras que pertenciam ao Estado, as terras devolutas, e pouco interesse despertavam em relação à economia paranaense e brasileira. O espaço regional era praticamente coberto por mata nativa (Floresta Estacional Semidecidual).

Na década de 1850, o governo imperial brasileiro assinou acordos com a Argentina, permitindo o acesso por meio da navegação, às costas paranaenses. Como resultado desses acordos de direitos de navegação pelo rio Paraná, algumas décadas mais adiante, a exploração de erva-mate e de madeiras, realizadas no norte da Argentina (região de Corrientes e Misiones), alcançou o Oeste paranaense.

¹⁶ Não existem dados que comprovem com exatidão a concentração do povo Guarani no Oeste do Paraná. A principal suposição indica que eles saíram do Mato Grosso do Sul pelo rio Iguatemi em direção à foz do rio Piquiri. De acordo com registros antropológicos do Museu paranaense, há evidências que eles chegaram ao Paraná há cerca de 2000 anos.

... a partir de 1881, são detectadas as primeiras penetrações dessa frente extrativa no extremo Oeste do Paraná, ou seja, na margem esquerda do rio Paraná (...) O argentino adquiria uma propriedade ou obtinha uma concessão do governo paranaense a preços baixíssimos, ou mesmo sem documentação alguma, como a maioria, e iniciava a penetração no Oeste do Paraná. (WACHOWICZ, 1982, p. 45).

No final do século XIX, década de 1890, estava implantado nas terras do Oeste paranaense o sistema de *Obrages*, que se caracterizava pela exploração da erva-mate e da madeira, presente nas matas subtropicais, dos territórios argentino e paraguaio. As *obrages* instaladas no Oeste paranaense eram de capitais argentino e inglês; utilizavam mão-de-obra paraguaia de origem guarani para o trabalho braçal, em regime de semi-escravidão; exploravam a extração da erva-mate e da madeira.

Diante dessa conjuntura de estrangeirização da população, no final do século XIX, o governo brasileiro passou a se preocupar com a fixação do homem brasileiro no território do oeste paranaense. Em 1889 foi criada a colônia militar de Foz do Iguaçu tendo como objetivo fixar a população no território. No entanto, a intervenção estatal não teve êxito, e a população que era pequena acabou se dispersando para outras regiões do Brasil e dos países vizinhos.

Essa forma de ocupação do território, baseada na prática predatória da natureza, e sustentada pelas concessões de terras para o sistema de *Obrages* não proporcionava o povoamento: “No oeste paranaense, as concessões feitas, no início do século [XX], às empresas privadas, estrangeiras, não resultaram na ocupação efetiva da terra”. (WESTPHALEN, PINHEIRO MACHADO, BALHANA, 1988, p.25).

Em 1940, no Oeste paranaense, havia apenas 387 propriedades, ocupando uma área de 567.319 hectares, e um único município: o de Foz do Iguaçu (WACHOWICZ 1982, p. 153). A região era dominada por latifúndios de capitais estrangeiros, em sua maioria, argentinos e ingleses. O mapa da página seguinte apresenta os municípios que havia no Paraná no ano de 1950.

Mapa 3: Divisão política do Paraná em 1950



Esse cenário passaria a mudar com a nova conjuntura política a partir de 1930, embasada num discurso nacionalista, dando origem a uma política federal de povoamento, a marcha para Oeste, em 1939. Em inícios dos anos de 1940, companhias madeireiras e colonizadoras, de capitais oriundos do Rio Grande do Sul, passaram a se instalar no Oeste paranaense. (WACHOWICZ, 1982).

Até o final da década de 1940, as companhias colonizadoras destinaram-se à exploração e comercialização de madeiras para abastecer a construção civil em São Paulo e à reconstrução da Europa. (GREGORY, 2002). Além das colonizadoras havia grandes propriedades pecuaristas e, também, os posseiros que praticavam uma agricultura de subsistência, com comercialização de parte dos produtos. A comercialização dos lotes agrícolas se intensificaria na década de 1950, momento de grave crise econômica do Rio Grande do Sul.

A população, expulsa da zona rural, seja pelo agigantamento, seja pela minimização da propriedade, incapaz igualmente de ser absorvida pelo setor urbano da economia gaúcha, viu-se a braços com o espectro do desemprego. E outra alternativa não teve, [além] de cruzar as fronteiras do Estado em busca de trabalho em outras regiões. Isso intensificou-se a partir de 1952, agigantando-se depois de 1956 e permanecendo por cerca de mais uma década. (PADIS, 1981, p. 155).

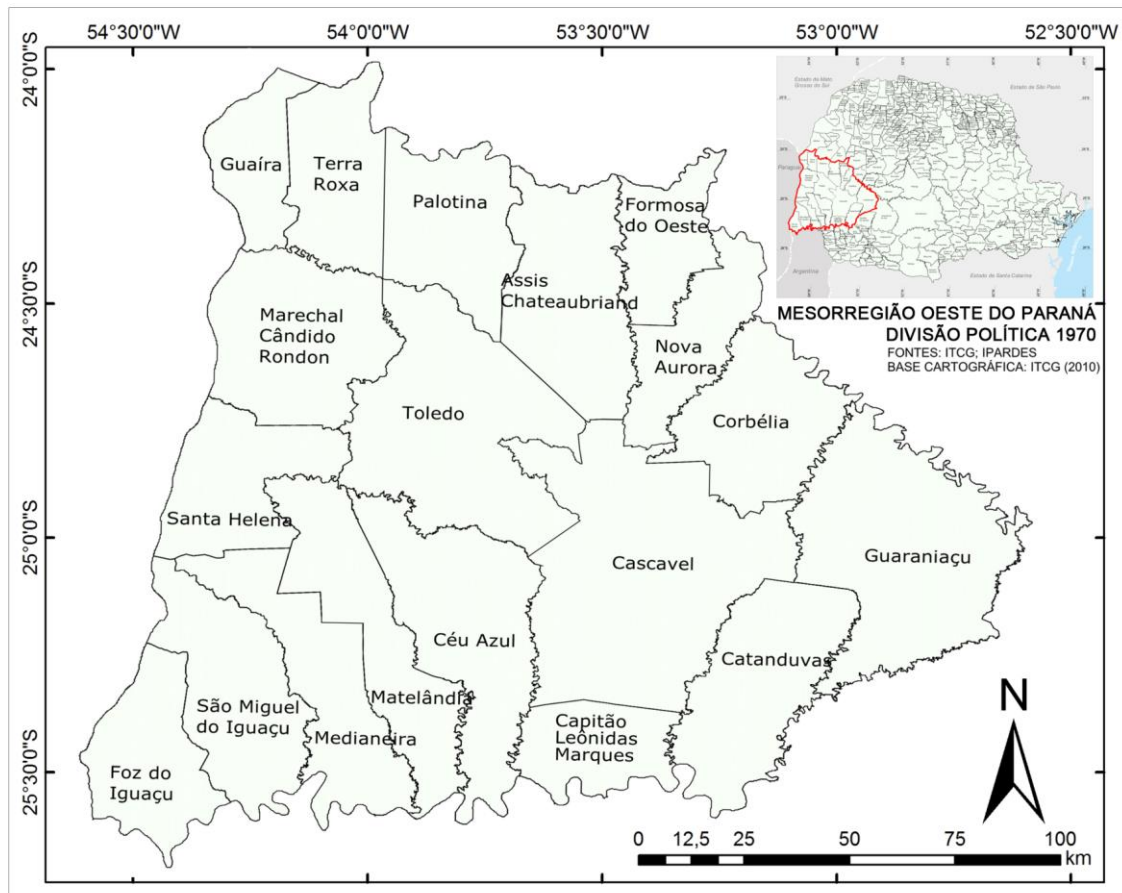
Essa população expulsa do Rio Grande do Sul viu nas terras da região oeste do Paraná uma das possibilidades de recriação do sistema de pequena propriedade agrícola mercantil, como era em sua origem: trabalhada a partir da mão de obra familiar. O preço dos lotes vendidos pelas colonizadoras na região do Oeste paranaense possibilitou a migração de pequenos agricultores dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Segundo Colodel (1988, p. 197) o preço dos lotes “chegava a atingir até três vezes menos do valor pago” nas terras do Rio Grande do Sul. O baixo preço da terra estimulou a migração: “... a venda de um alqueire de terra no Rio Grande do Sul permitia em média, a compra de 2,5 alqueires no Oeste do Paraná”. (SILVA, BRAGAGNOLLO E MACIEL, 1988, p. 89)

Dentre as colonizadoras, destacaram-se a MARIPÁ (Companhia Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A) em Toledo, Pinhos e Terras em Céu Azul, Colonizadora Matelândia dando origem ao nome do local, a Industrial Agrícola Bento Gonçalves em Medianeira, a Colonizadora Gaúcha em São Miguel do Iguçu, entre outras.

Em 1952 foram criados quatro (4) municípios no Oeste do Paraná: Cascavel, Toledo, Guaíra e Guaraniaçu. Com avanço da colonização, surgiam pequenos núcleos populacionais que mais tarde se transformariam em municípios: Medianeira (1961), Marechal Cândido. Rondon (1961), Catanduvas e Corbélia (1961), Céu Azul e Santa Helena (1968).

Na década de 1960, além de uma forte indústria madeireira, a região Oeste do Paraná, era a maior produtora de suínos e de milho do Paraná. (PIERUCCINI, TSCHÁ, IWAKE, 2003) O transbordamento da economia cafeeira no Norte do Paraná daria origem às cidades de Terra Roxa (1962), Assis Chateaubriand (1967), Nova Aurora (1968). Em 1970 havia 19 municípios na região Oeste do Paraná, conforme se observa no mapa a seguir (mapa 4).

Mapa 4: Mesorregião Oeste do Paraná em 1970



A década de 1960 foi marcada pela criação de uma infraestrutura regional, materializada na construção da ponte da Amizade (Brasil-Paraguai) em 1965 e pela pavimentação da BR-277, ligando Foz do Iguaçu a Curitiba. Até 1970, predominava a população rural, em geral pequenos agricultores oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Esse contexto passaria a mudar com a mecanização agrícola intensificada na década de 1970 e com o início da construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu em 1973.

A tabela 6 traz dados sobre a evolução populacional, criação de municípios e população residente na mesorregião Oeste do Paraná.

Tabela 6: Evolução demográfica e criação de municípios na Mesorregião Oeste do Paraná (1950/2010)

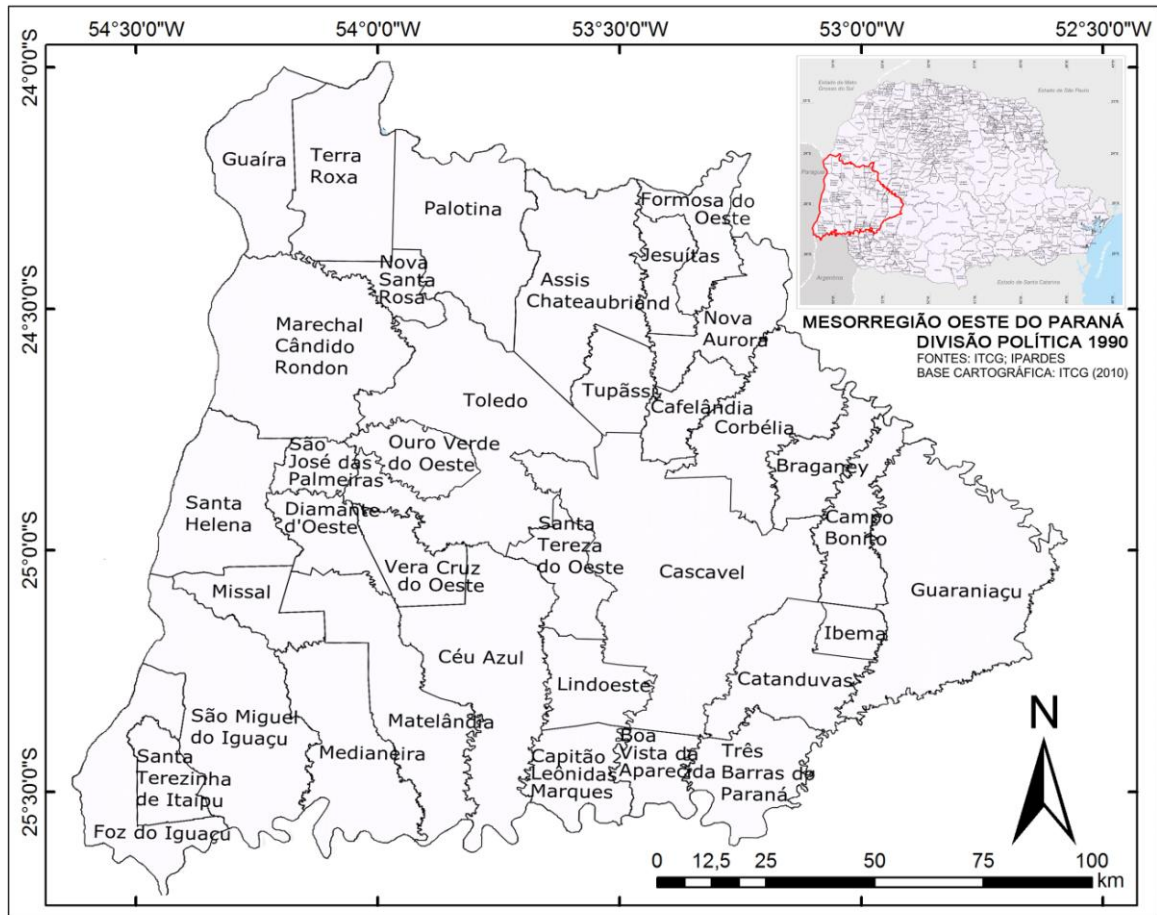
Censo	Número de Municípios	População Total	População urbana	População rural	Grau de urbanização (%)
1950	1	16.421	3.104	13.017	20.73
1960	4	113.752	29.843	84.412	26.24
1970	19	763.723	152.354	611.948	19.95
1980	20	953.364	490.662	452.902	51.47
1991	35	1.017.300	738.136	279.164	72.56
2000	49	1.140.315	937.484	202.831	82.21
2010	50	1.219.558	1.044.091	175.467	85.62

Fonte: IPARDES e IBGE. Organizado pelo autor.

A colonização das terras entre 1950 e 1970 possibilitou uma intensa ocupação da zona rural, saltando de 13.017 habitantes em 1950 para uma população de 611.948 em 1970. Já em 1980 verifica-se uma retração da população rural e um aumento da população urbana. O município de Foz do Iguaçu possuía em 1970 uma população de 33.666; e em 1980 alcançaria 136.231 habitantes. O crescimento regional fez atrair não somente agricultores, mas também profissionais que “ia do pequeno comerciante, prestador de serviços, até os profissionais liberais de formação universitária”. (PADIS, 1981, p.172)

O final da década de 1970 e o início da década de 1980 foram marcados por uma nova conjuntura, de abertura política do país, que de acordo com (ALVES, 2006), favoreceu a criação de novos municípios. Em 1977 foi criado o município de Nova Santa Rosa. Em 1983 surgiram 8 municípios na região Oeste do Paraná, são eles: Tupãssi, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Três Barras do Paraná, Cafelândia, Missal, Santa Terezinha de Itaipu e Vera Cruz do Oeste. O mapa a seguir (mapa 5), traz os 35 municípios existentes na mesorregião Oeste do Paraná em 1990.

Mapa 5: Mesorregião Oeste do Paraná em 1990

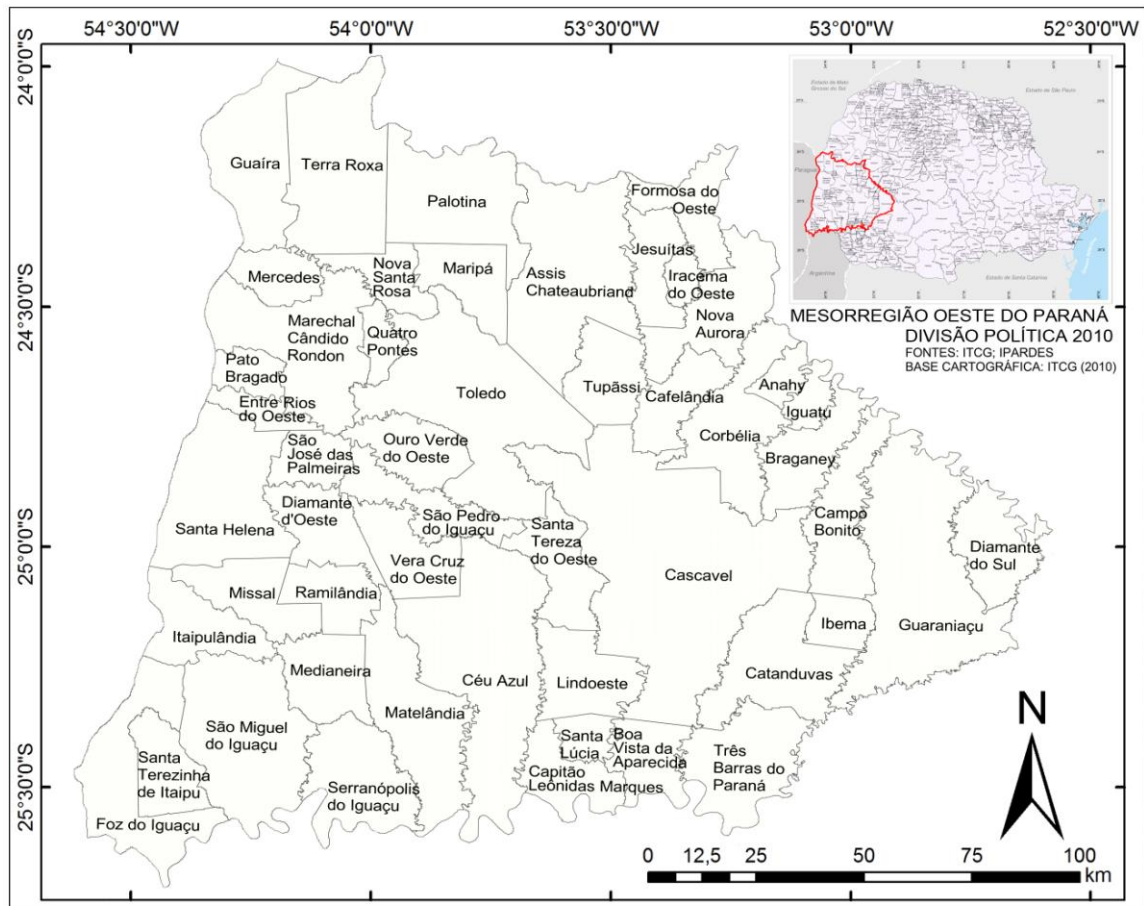


Em 1991 o grau de urbanização atingia 72,56% do total da população da mesorregião. Isto se deve em grande parte ao crescimento populacional das cidades de Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo e às migrações da população rural em direção ao Paraguai e ao norte do país nas décadas de 1970 e 80. Além da mecanização agrícola, em 1983 a Itaipu Binacional entrou em funcionamento, tendo como resultado o alagamento de terras dos municípios lindeiros ao rio Paraná.

Com a elaboração da Constituição brasileira de 1988, criou-se um ambiente favorável para emancipação de municípios no Brasil. Só no Paraná surgiram 81 novos municípios, dentre os quais 20 foram instalados na mesorregião Oeste do Paraná, são eles: Campo Bonito e Diamante do Oeste (1989), Ibema, Santa Tereza do Oeste, Lindoeste e Ouro Verde do Oeste (1990), Entre Rios do Oeste, Iracema do Oeste, Maripá, Mercedes, Pato Bragado, Quatro Pontes, São Pedro do Iguaçu, Anahy, Diamante do Sul, Iguatu, Santa Lúcia,

Itaipulândia e Ramilândia (1993) e por fim, Serranópolis do Iguaçu (1997). Estes municípios são pequenos, possuem em geral menos 10.000 habitantes. No mapa a seguir (mapa 6), estão localizados os 50 municípios que compõem atualmente a mesorregião.

Mapa 6: Mesorregião Oeste do Paraná em 2010



Com exceção de Foz do Iguaçu, que tem suas receitas econômicas atreladas ao turismo e à produção de energia, a mesorregião Oeste do Paraná tem sua economia baseada na agroindústria. As indústrias alimentícias respondem pela maior fatia da riqueza gerada. Os principais produtos exportados são: soja e derivados, carne suína e de frango, destinados principalmente para a China, União Europeia e Oriente Médio. A produção de milho e de leite atende o mercado nacional.

A produção agrícola é realizada em pequenas propriedades familiares, nas médias e grandes propriedades patronais, sendo estas últimas, concentradas na microrregião de Cascavel.

A população rural é mais significativa nos municípios pequenos com menos de 50 mil habitantes.

Cascavel, Toledo e Foz o Iguaçu são as cidades que polarizam a rede urbana regional, registrando maior oferta de comércio e de serviços. As duas primeiras são marcadas por um crescimento econômico associado ao agronegócio, voltado para a produção de alimentos do mercado interno e principalmente o externo. E Foz do Iguaçu apresenta uma espacialidade fronteiriça com o Paraguai e a Argentina, associada ao comércio e ao turismo internacionais.

2.2 A organização do espaço agrário

As **obrages**, empresas estrangeiras de capital argentino e inglês, foram os primeiros agentes que promoveram a organização espacial desse território, baseada na extração da erva-mate e da madeira. Todavia, registrava-se também uma ocupação irregular de posseiros e fazendeiros provindos da região de Guarapuava e dos Campos Gerais, que foram se instalando no caminho entre Cascavel e Foz do Iguaçu.

Em relação à organização do espaço agrícola, George (1982) chama atenção para dois aspectos fundamentais: questão dos métodos aplicados para se deixar o espaço agrícola em condições de produzir¹⁷; e a questão das conjunturas que vão modificando as paisagens rurais¹⁸.

A conjuntura política brasileira pós-1930 repercutiu na organização espacial da região Oeste do Paraná. O discurso nacionalista do período vigente se consolidou com o decreto nº 19842, de 12 de dezembro de 1930, exigindo que dois terços dos trabalhadores de empresas estrangeiras fossem brasileiros. (SPERANÇA apud in GREGORY, 2002, p. 91). Esse fato iria, alguns anos mais tarde, condicionar a falência das **obrages** e sua posterior aquisição por empresas brasileiras de capitais oriundos do Rio Grande do Sul.

¹⁷ “Os elementos constituintes da paisagem rural provêm, em grande parte, dos métodos aplicados para deixar o espaço agrícola em condições de produzir” (GEORGE, 1982, p. 75)

¹⁸ “A paisagem rural não é imutável, nem mesmo onde parece ser muito antiga. A conjuntura a modifica, embora ela resista durante muito tempo às pressões circunstâncias.” (idem, p. 79)

A organização do espaço agrário regional passou a ser realizada por empresas colonizadoras, sob a orientação do Estado, que tinha interesses na ocupação e no desenvolvimento econômico, com base na pequena propriedade mercantil, como já ocorrerá nas décadas anteriores na região Norte do Paraná.

Os planos, de uma forma geral, contemplavam objetivos semelhantes. O Oeste do Paraná, a exemplo do Norte do Estado, teve alguns empreendimentos colonizadores bem sucedidos e outros, também, com problemas de conflitos de terras e com levantes de posseiros e colonos. As empresas foram se estabelecendo na região, que, mais ou menos, implantam uma colonização sistemática e seletiva. Dedicaram-se inicialmente as atividades extrativas e, depois, atraíram pequenos produtores expulsos de regiões agrícolas dos outros dois estados da atual região sul do Brasil, onde ocorrera anteriormente a colonização sob o regime da pequena propriedade familiar. (GREGORY, 2002, p. 94)

As ações das colonizadoras em sua fase inicial, final da década de 1940 e inícios dos anos de 1950, se concentraram na extração da madeira, atividade altamente lucrativa na época. Na segunda metade da década de 1950, passaram a ser comercializados lotes de terras, em sua maioria no regime de pequena propriedade, 25 hectares. A população expulsa do Rio Grande do Sul pelo agigantamento do latifúndio, ou pela pressão do minifúndio, via a migração com uma saída (PADIS, 1981). Gregory (2002) acrescenta que a migração era uma condição necessária para continuar a ser colono¹⁹, recriando a pequena propriedade familiar.

As empresas colonizadoras fizeram uma venda seletiva das terras, de acordo com critérios étnicos e geográficos. Os migrantes provinham de algumas cidades do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que havia sido objeto de colonização anterior. Predominavam os grupos étnicos descendentes de alemães e de italianos, que tinham tradição no desenvolvimento da policultura. Criavam porcos, lidavam com vacas de leite, galinhas, hortaliças, frutas e cereais, típica produção de pequena propriedade.

As populações de outras áreas do território brasileiro foram excluídas do processo de colonização por não atenderem os atributos destacados acima. Um dos exemplos é a população da parte setentrional do país: “... o nortista foi afastado da colonização, porque não entendia do tipo de agricultura, praticado pelo sulista. Estava acostumado com a agricultura cafeeira, tropical. Pouco entendia da agricultura temperada de subsistência”. (WACHOWICZ, 1982, p. 175)

¹⁹ É a denominação dada ao pequeno agricultor na região Oeste do Paraná. No plano de colonização das terras no espaço regional, uma colônia de terra era equivalente a 25 hectares.

A colonizadora Maripá vendeu mais de 10.000 lotes rurais (WACHOWICZ, 1982). Outras colonizadoras como a Industrial Agrícola Bento Gonçalves, a Colonizadora Matelândia, a Colonizadora Pinho e Terras LTDA, a Colonizadora Gaúcha, praticaram ação colonizadora similar nos anos de 1950 e 1960, só que em número menor que a Maripá.

A região Oeste do Paraná que registrava em 1940 apenas 387 propriedades passaria por uma drástica mudança na sua estrutura agrária e demográfica. A tabela seguir, tabela 7, retrata a modificação na estrutura fundiária regional.

Tabela 7: Pequena propriedade agrícola no Oeste do Paraná (1960-1970)

Evolução da pequena propriedade no Oeste do Paraná por extratos de área						
Ano	10 a menos de 50 há		50 a menos de 100 há		Totais dos extratos	
	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área
1960	8.818	216.138	838	102.245	9.656	318.383
1970	36.761	745.574	2.525	173.703	39.276	919.277

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários 1960; 1970. Organizado pelo autor.

O número de estabelecimentos agropecuários com 10 até 100 hectares de 9.556 em 1960 foi para 39.276 em 1970. A área ocupada em hectares neste extrato subiu de 318 mil para 919 mil, um crescimento de quase 300%. Também do ponto de vista demográfico houve grande modificação. A população total saltou de 16.421 em 1950 para 768.971 habitantes em 1970. Em linhas gerais e repetindo os processos de colonização implantados por companhias privadas, estava-se construindo uma estrutura fundiária de pequenas propriedades mercantis, com a redução do número de latifúndios e a consolidação de uma ocupação efetiva do espaço rural e, conseqüentemente, o desenvolvimento de uma economia regional. A partir da década de 1970, a Mesorregião passaria por um intenso processo de mecanização agrícola, produzindo mudanças na base produtiva, principalmente nas unidades de mão de obra familiar. Nesse período intensifica-se o cultivo do binômio soja-trigo em detrimento de outros cultivos como milho, batata, feijão, mandioca e outros, típicos de pequena propriedade, e destinados ao mercado interno.

A mecanização agrícola inviabilizou de certa forma as pequenas propriedades, principalmente os minifúndios. O extrato de área de 1 até 10 hectares que em 1975 somava 50.267 estabelecimentos, em 1996 contava somente com 23.447. A área ocupada desse extrato em 1975 representava 277.447 hectares e em 1996 reduziu-se para 124.638 hectares.

O gráfico a seguir (gráfico 2), indica as modificações recentes da área ocupada de acordo como os grupos de área.

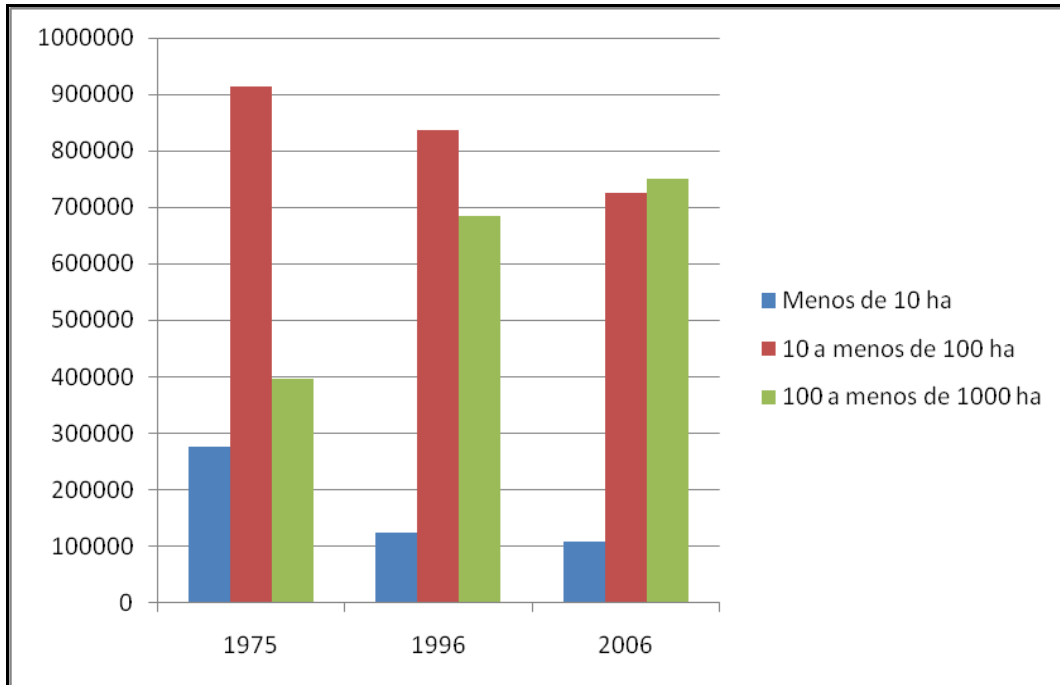


Gráfico 2: Evolução da área ocupada por grupos de área em hectares, na Mesorregião Oeste - PR (IBGE, 2006)

Organização dos dados: BEM, A. (2014)

Os dados do gráfico demonstram o aumento na concentração de terra na região Oeste do Paraná no período de 1975 a 2006. O êxodo rural no Paraná tornou-se nítido desde a década de 1960. Todavia, devido à ocupação recente do Oeste e Sudoeste do Paraná o pico de pessoal ocupado na agricultura aconteceu em 1975, registrando um total de 2.079.174 pessoas. Já em 1985 esse contingente reduziria-se para 1.855.065 e em 1996 para 1.287.632 pessoas, ocorrendo nesse intervalo, o maior decréscimo de pessoal ocupado: 567 mil pessoas a menos na agricultura paranaense.

Esse decréscimo tem relação direta com o tipo de agricultura. George (1982) chama atenção para as formas de exploração do solo, diferenciando a pequena da grande propriedade rural. A pequena propriedade se caracteriza pelo uso do trabalho familiar, em que propriedade e empresa se confundem. A grande propriedade pertence a proprietários geralmente não-residentes no campo que fazem uso de contratação de mão de obra, podendo a propriedade da terra ter diversos usos do solo: agricultura extensiva, especulação imobiliária, agricultura mecanizada, entre outros.

2.3 Criação e expansão da rede escolar rural

A primeira escola rural criada na Mesorregião Oeste data de 1934 e funcionava junto a uma capela da igreja católica em Cascavel (SANTANA, 2006). Em geral, as escolas rurais foram surgindo nos anos de 1950, como já salientado, por iniciativa de colonos sulistas, visto que a escola fazia parte da sua cultura no local de origem, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, nas décadas de 1930 e 1940. Estes estabelecimentos escolares foram construídos por meio de mutirão de pequenos agricultores.

Em relação ao processo de escolarização, Emer (2012) destaca que o mesmo era valorizado pelas comunidades dos descendentes de europeus. As primeiras famílias sulistas que chegaram a Santa Helena, nas décadas de 1920 e 30, ensinavam seus filhos a ler e escrever e também as operações matemáticas básicas. O material didático utilizado era o carvão e uma tábua de madeira.

Em algumas localidades, como foi o caso de Toledo e Marechal Cândido Rondon, a Companhia Colonizadora construiu escolas em zonas rurais para facilitar a comercialização de pequenos lotes agrícolas: “A Companhia MARIPÁ teve a preocupação de estruturar as atividades educacionais junto aos núcleos de colonização, responsabilizando-se da remuneração dos professores e construção de escolas nas vilas recém organizadas”. (SAATKAMP, p. 176, 1984)

A existência de escola na zona rural tranquilizava a família dos migrantes sulistas. Havia preocupação da população vinculada à tradição religiosa das igrejas luterana e católica para a criação e viabilização de escolas nas vilas e zonas rurais. Maccari (1999, p. 103-4) observou que na época da colonização de terras no Oeste paranaense, “o professor deveria ser uma pessoa religiosa, bem relacionada com o pastor ou o padre, uma vez que, além de professor e catequista, era a pessoa que dirigia os ritos religiosos na ausência das [autoridades] da igreja na localidade”.

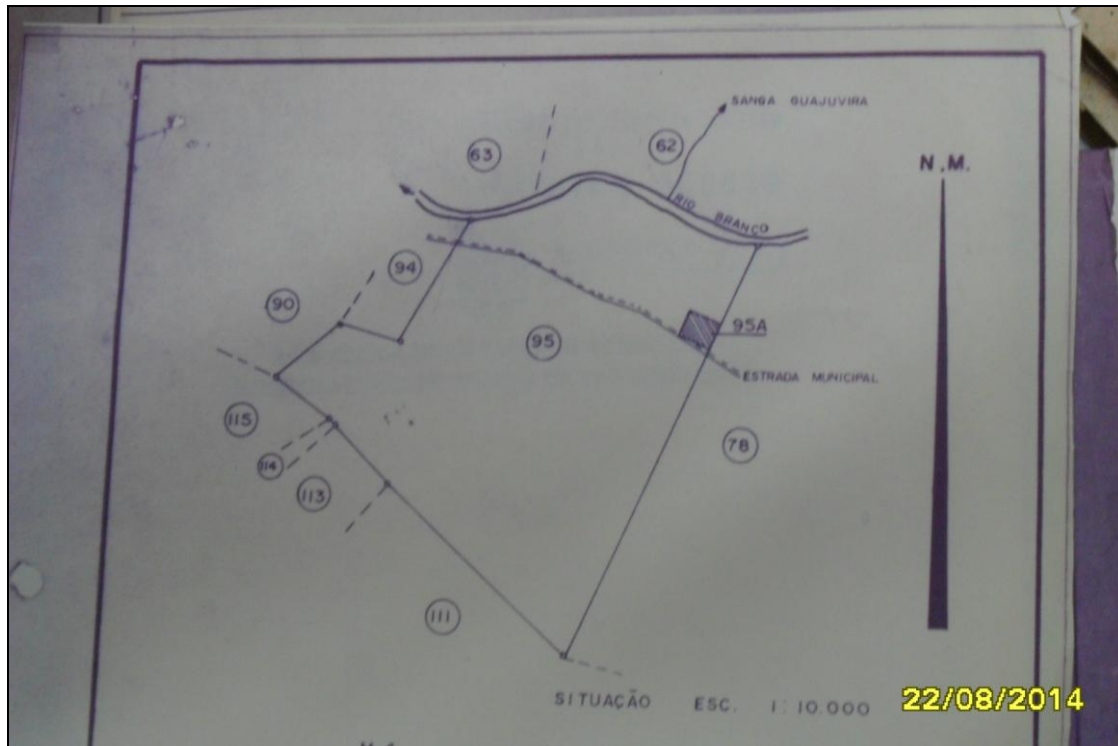
Colodel (1998), ao analisar a colonização do Oeste do Paraná, em especial de Santa Helena, observou que uma das características da colonização de origem italiana é a organização da comunidade rural em volta da capela/igreja, algo comum nas zonas rurais italianas no final do século XIX. A escola era construída posteriormente ao lado da igreja.

A capela sempre constituiu-se em um fenômeno bastante típico e intenso da imigração italiana e os descendentes desses imigrantes lograram prosseguir, mesmo migrando para outras regiões como foi o caso de Santa Helena, na

valorização de sua importância cultural e social dentro dos quadros constitutivos da comunidade. (COLODEL, p.246, 1988)

A valorização cultural da escola pelos colonos descendentes de germânicos, italianos e poloneses foi o principal fator para criação de escolas em áreas rurais recém povoadas e ainda precárias. Assim, nasciam escolas nas linhas e travessões. Linha é o nome dado a uma porção territorial geralmente constituída por um conjunto de pequenas e médias propriedades. Até hoje, nos municípios do Oeste do Paraná, é comum a denominação “linha” para as áreas rurais. Travessão é o ponto em que duas estradas rurais se cruzam. A foto abaixo, foto 1, é uma planta de localização de uma escola rural no município de Missal. O número 95 A representa a localização da escola, entre a estrada rural municipal e uma estrada secundária.

Foto 1: Planta de localização da Escola Municipal Rural em Missal.



Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal de Educação de Missal. Trabalho de campo realizado pelo autor em Agosto de 2014.

A foto abaixo, foto 2, é um dos registros de uma Escola Rural na zona rural de Missal; a imagem retrata bem o que era uma escola rural isolada: uma pequena edificação, geralmente, com apenas uma sala de aula, a cozinha improvisada e um banheiro, localizada numa vila ou encruzilhada.

Foto 2: Escola Rural Municipal construída na década de 1960 em Missal - PR



Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal de Educação de Missal. Trabalho de campo realizado pelo autor em Agosto de 2014.

Esse modelo foi o que se perpetuou nas zonas rurais brasileiras até a década de 1980, momento que a população rural do país ainda era muito representativa.

Com o processo de emancipação dos municípios, as Escolas dos Colonos se transformavam em Escolas Rurais Municipais. Algumas construções antigas datadas da década de 1950 foram substituídas por novas construções na década de 1970. O que geralmente se encontra hoje nas paisagens rurais são as escolas construídas nesse período e, que hoje servem mais para atividades comunitárias, como as festas, jogos e bingos, dentre outros, e não mais para a educação formal.

A expansão da escola processou-se de forma intensa em quase toda a região Oeste do Paraná na medida em que aumentava a população rural. De acordo com dados levantados nas secretarias municipais de educação da mesorregião, as décadas de 1960 e 70 foram marcadas pela construção de escolas isoladas nas zonas rurais. Só no município de Cascavel foram construídas 186 escolas nesse período. Nos demais municípios da Mesorregião também ocorreu à expansão das escolas rurais nessa época.

A alteração e reorganização do espaço agrário provocada pela mudança da política agrícola nacional foram sentidas de forma mais nítida na década de 1970, momento de intensa mecanização do uso do solo e introdução do cultivo de soja e trigo para a exportação. Como resultado dessa política econômica, destaca-se a concentração de terras e o êxodo rural. A partir desse momento, as escolas rurais entraram em refluxo.

3. O DECLÍNIO DA ESCOLA RURAL E A EXPANSÃO DE UMA INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL DIRIGIDA AO AGRONEGÓCIO NA MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ

O processo de desativação da Escola Rural na Mesorregião se inicia na década de 1970, momento em que há ocorrência da expansão da rede escolar rural na maioria dos municípios. A década de 1980 marca um processo contínuo de fechamento das Escolas Rurais, que se consolida na década de 1990.

Paralelamente a este processo, assiste-se à expansão do agronegócio regional já na década de 1960, com a criação das agroindústrias. A modernização deste segmento exigiu a criação de cursos técnicos e superiores voltados para atender essa demanda regional.

Para aprofundarmos essa análise, coletamos dados junto às secretarias de educação das prefeituras municipais a respeito da desativação das escolas rurais; realizamos um levantamento de cursos técnicos e superiores criados nesse período (1950-2014) com relação estreita com o agronegócio e depois procuramos identificar as relações entre indústria de alimentos, os contextos locais e a emergência dos cursos técnicos e superiores criados pelo investimento público.

Por fim, apresentamos dados referentes aos Colégios Agrícolas da Mesorregião a partir de coleta de informações e aplicação de questionários com estudantes do curso de Técnico em Agropecuária do Colégio Agrícola de Toledo.

3.1 O declínio da Escola Rural

A transformação da agricultura mediante o processo de mecanização do solo e de modernização agrícola, apoiada no sistema de monocultivos para a exportação produziu uma crise na agricultura tradicional praticada pelos colonos.

A mecanização do uso do solo inviabilizou a maioria das propriedades agrícolas com menos de 20 hectares, gerando um grande excedente populacional que passou a migrar para as maiores cidades da região da época: Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu, ou para os Estados do Mato Grosso e Rondônia e também para Paraguai, áreas de expansão da fronteira agrícola, nas décadas de 1970 e 1980.

O ápice da população rural na mesorregião foi o final da década de 1960 e inícios d década de 1970, registrando, no referido ano 611 mil habitantes, que diminui em mais de 160 mil pessoas em apenas 10 anos, intervalo entre 1970-1980, e 170 mil no intervalo entre 1980-1991. A concentração de terras e os novos cultivos destinados à exportação geraram o decréscimo populacional, um dos fatores que levou à desativação das escolas nas zonas rurais. A mecanização de grandes áreas dispensou consideravelmente o uso de mão de obra no espaço agrário.

O gráfico a seguir traz informações referentes ao processo de desativação de escolas rurais municipais de quatro (4) localidades: Cascavel, Marechal Cândido Rondon, Palotina e Toledo.

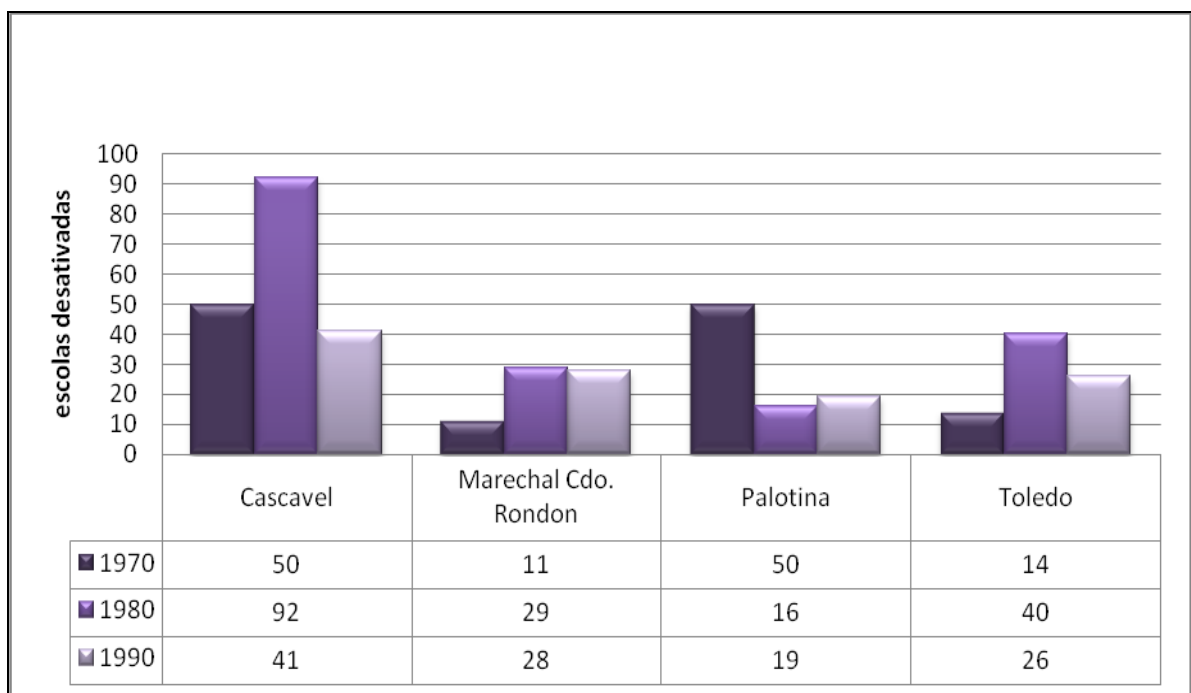


Gráfico 3: Escolas Rurais Municipais desativadas: municípios selecionados da Mesorregião Oeste do Paraná (1970-1990)

Fonte: Levantamento realizado pelo autor junto às Secretarias Municipais de Educação.

A maior parte das escolas rurais da mesorregião foi desativada na década de 1980, esta caracterizada pelo aumento do êxodo rural em nível regional. O município de Palotina chama atenção por registrar alto índice de fechamento de escolas rurais na década de 1970. A população rural do município registrada em 1970 era de 37.753 habitantes e diminuiu para 15.875 em 1980. Além do desmembramento ocorrido em 1977 com a criação do município de Nova Santa Rosa, a mecanização agrícola associada à política agrícola adotada pelo país foi a principal causa da redução populacional do espaço agrário. Reginato (1979), destaca que no final da década de 1970, a política educacional municipal optou pelo transporte dos alunos das zonas rurais e a construção de novas escolas nas cidades²⁰. Vale ressaltar que Palotina foi o primeiro município da Mesorregião a preconizar o transporte escolar e a erradicação das escolas rurais.

Os municípios de Cascavel, Toledo e Marechal Cândido Rondon apresentaram maior frequência de desativação de escolas rurais na década de 1980. Destes municípios onde foram levantadas as informações, só Marechal Cândido Rondon e Cascavel, mantiveram em funcionamento escolas em zonas rurais. Toledo possui escolas nos distritos, algo que é comum nos demais municípios da Mesorregião.

A Lei 5.692 de 1971 que ampliou a obrigatoriedade do Ensino Primário de 4 para 8 anos, teve implicações regionais por meio do Plano Estadual de Educação e Cultura para o período de 1976-1979, transferindo as responsabilidades do Ensino Fundamental para os municípios, culminando nos processos de nuclearização das escolas e na extinção das escolas rurais.

Atualmente, nos 50 municípios da Mesorregião Oeste do Paraná restam apenas 66 escolas rurais municipais, como se observa na tabela 8. Até mesmo os municípios com alta taxa de população rural, como se observa no mapa a seguir (mapa 7), optaram por fechar as escolas rurais como forma de racionalizar os custos com a manutenção do sistema educacional.

Na metade dos municípios da Mesorregião, a população rural é superior a 30%. Esse dado é significativo para o planejamento de políticas públicas voltadas às zonas rurais.

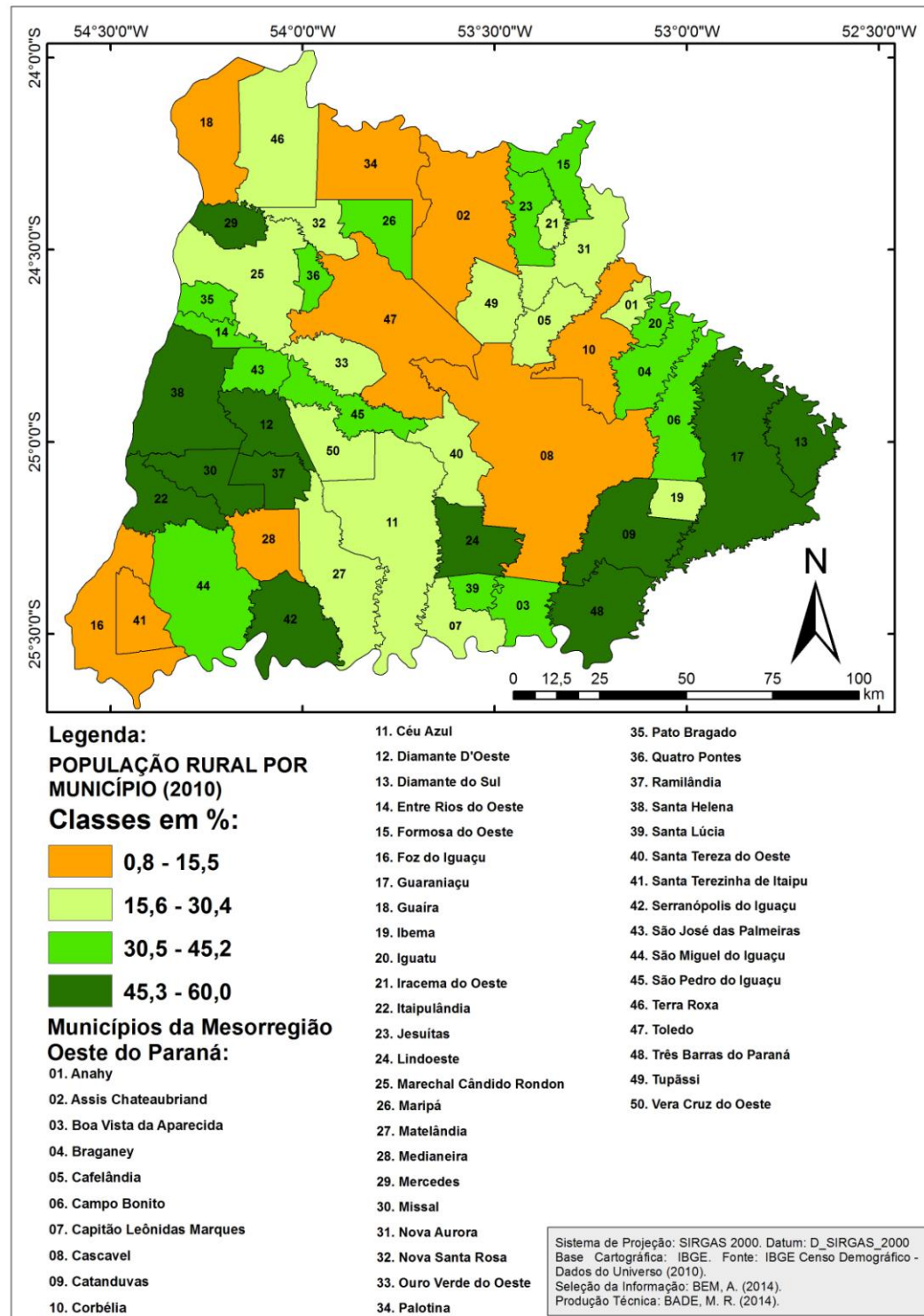
²⁰ “No final da década de 1970 iniciou o processo de transporte escolar no município”. REGINATO, Pedro. História de Palotina (1954 – 1979). Santa Maria – RS; Palloti, 1979.

Tabela 8: Número de Escolas Municipais na Mesorregião Oeste do Paraná (2013)

nº	Município	Escola Urbana	Escola Rural	Total
1	Anahy	1	0	1
2	Assis Chateaubriand	12	2	14
3	Boa Vista da Aparecida	2	3	5
4	Braganey	1	3	4
5	Cafelândia	3	1	4
6	Campo Bonito	1	4	5
7	Capitão Leônidas Marques	4	1	5
8	Cascavel	50	9	59
9	Catanduvás	3	2	5
10	Céu Azul	4	1	5
11	Corbélia	7	0	7
12	Diamante do Oeste	1	0	1
13	Diamante do Sul	2	1	3
14	Entre Rios do Oeste	1	0	1
15	Formosa do oeste	1	1	2
16	Foz do Iguaçu	48	3	51
17	Guairá	12	2	14
18	Guaraniaçu	6	4	10
19	Ibema	2	0	2
20	Iguatu	1	0	1
21	Itaipulândia	3	2	5
22	Iracema do Oeste	1	0	1
23	Jesuítas	4	1	5
24	Lindoeste	2	2	4
25	Marechal Cândido Rondon	16	1	17
26	Maripá	3	0	3
27	Matelândia	6	1	7
28	Medianeira	13	0	13
29	Mercedes	3	0	3
30	Missal	2	4	6
31	Nova Aurora	5	0	5
32	Nova Santa Rosa	4	0	4
33	Ouro Verde do Oeste	2	0	2
34	Palotina	9	0	9
35	Pato Bragado	1	0	1
36	Quatro Pontes	1	0	1
37	Ramilândia	1	0	1
38	Santa Helena	9	1	10
39	Santa Lúcia	1	1	2
40	Santa Tereza do Oeste	2	2	4
41	Santa Terezinha de Itaipu	5	0	5
42	São José das Palmeiras	1	0	1
43	São Miguel do Iguaçu	8	6	14
44	São Pedro do Iguaçu	2	1	3
45	Serranópolis do Iguaçu	1	0	1
46	Terra Roxa	4	3	7
47	Três Barras do Paraná	1	3	4
48	Toledo	36	0	36
49	Tupãssi	3	0	3
50	Vera Cruz do Oeste	3	1	4
51	Total	318	66	384

Fonte: Data Escola Brasil 2013 – INEP. Organizado pelo autor.

Mapa 7: População rural dos municípios da Mesorregião Oeste do Paraná



Como se observa na tabela 8, vinte e dois dos cinquenta municípios da mesorregião Oeste não possuem escolas rurais municipais. São eles: Anahy, Corbélia, Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Ibema, Iguatu, Iracema do Oeste, Maripá, Medianeira, Mercedes, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes,

Ramilândia, Santa Teresinha de Itaipu, São José das Palmeiras, Serranópolis do Iguaçu, Toledo e Tupãssi. Alguns pequenos municípios com menos de 5 mil habitantes, como Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, Quatro Pontes, Iguatu, Anahy e Serranópolis do Iguaçu, possuem apenas uma escola municipal localizada no espaço urbano. Em outros municípios com maior população como Toledo e Medianeira existem escolas nas sedes dos distritos.

A política educacional adotada por estes municípios foi a desativação das Escolas Rurais e a locomoção dos alunos via ônibus escolar para as escolas localizadas em zonas urbanas, podendo ser a cidade ou a sede de distrito.

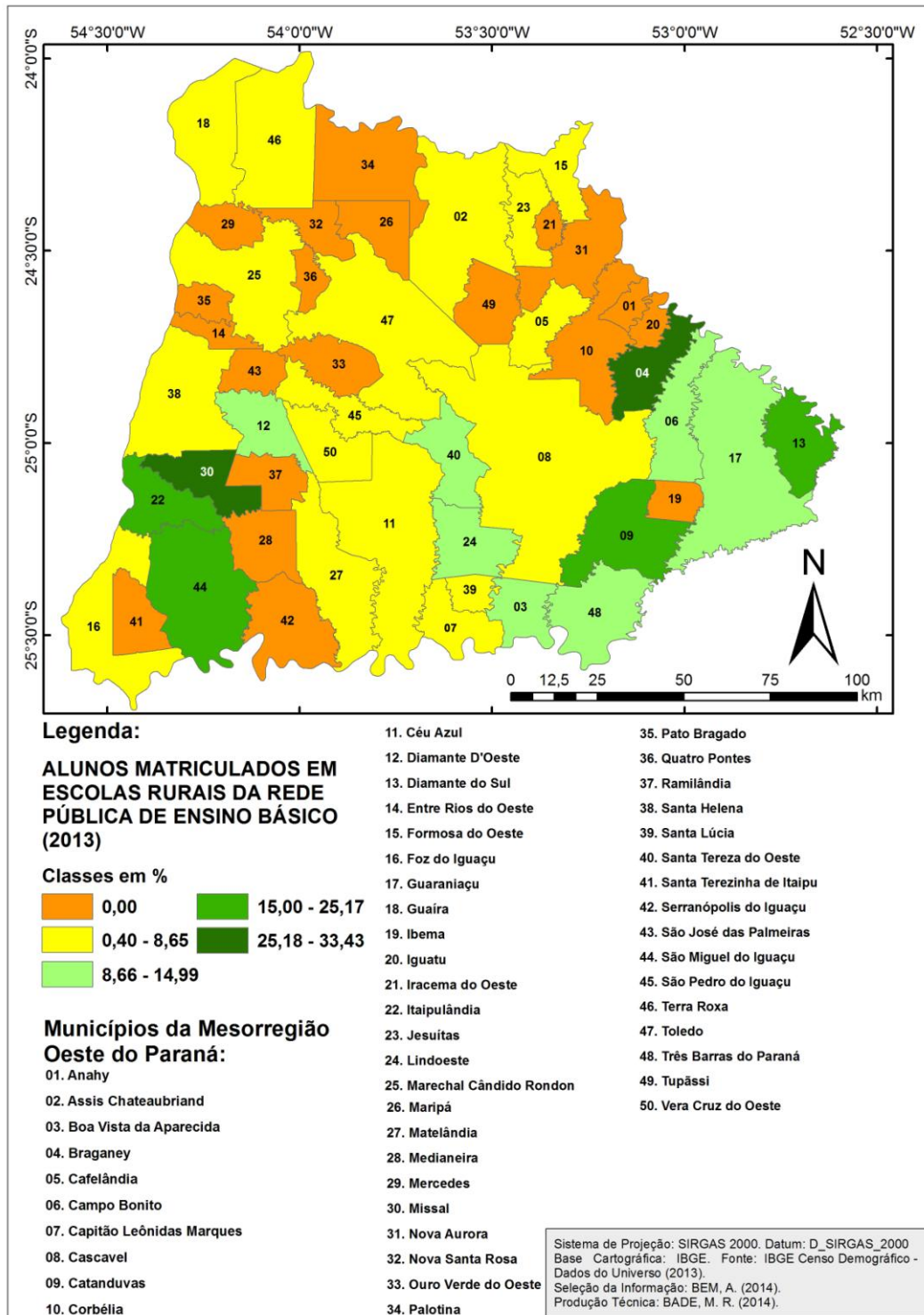
3.1.1 Algumas exceções à regra

Nesse processo de desativação, das poucas escolas rurais que existiam, alguns municípios optaram por manter e construir novas escolas nas zonas rurais, adotando o sistema de administração compartilhada, onde num turno funciona a Escola Fundamental de Anos Iniciais sob a administração municipal e no outro, a Escola Fundamental de Anos Finais sob a administração estadual.

Em alguns casos, como Toledo e Diamante do Oeste, é o Estado que mantém a escola no meio rural. Em Toledo o Colégio Agrícola e em Diamante do Oeste as Escolas Indígenas Araju Porã e Kuaa Mbo'e. Também há estabelecimentos escolares nos Assentamentos da Reforma Agrária no município de Cascavel, o Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e a Vida e a Escola Municipal Zumbi do Palmares, ambos frutos de reivindicações do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

A partir de informações do Censo Escolar de 2013, selecionamos os dados referentes à Mesorregião Oeste do Paraná e confeccionamos um mapa levando em conta o índice de frequência por classe. Embora a população rural seja significativa, sendo superior a 15% do total em 41 dos 50 municípios da mesorregião, somente 7 municípios possuem mais de 15% dos alunos da rede básica pública de ensino em escolas rurais. O mapa a seguir, mapa 8, traz dados referentes a essa questão.

Mapa 8: Porcentagem de alunos matriculados em Escolas Rurais do Ensino Básico na Mesorregião Oeste do Paraná



Itaipulândia, São Miguel do Iguaçu, Catanduvas e Diamante do Sul possuem mais de 15% dos estudantes da rede básica em Escolas Rurais. Já Missal possui 29,9% e Braganey 33,43 %.

Existem algumas semelhanças entre esses municípios citados acima:

- 1- O relevo em geral apresenta algumas variações consideráveis de declividade;
- 2- São municípios pequenos, com população de 5 até 25 mil habitantes;
- 3- A maioria dos estabelecimentos rurais pertence ao segmento da agricultura familiar, variando de 77,1 a 88,8% do total.

O município de Missal é o único dos municípios supracitados em que o segmento da agricultura familiar ocupa uma área superior ao da agricultura não-familiar, que totaliza apenas 31,60 % do total da área utilizada pela exploração agropecuária.

3.1.2 Escola Rural em Missal

O município de Missal originou-se da Gleba dos Bispos, concessão de 10.000 hectares feita pelo governo Estadual 1956. Em 1962 é criada a Colonizadora SIPAL com o objetivo de comercializar lotes urbanos e rurais para agricultores catarinenses e gaúchos de origem católica. A escolha do nome do município é uma homenagem à colonização de cunho religioso: missal é o livro em que o sacerdote se fundamenta para celebrar a missa. Além da colonizadora SIPAL, a Colonizadora Pinho e Terra também atuou na comercialização de lotes rurais, sendo que em alguns casos ocorreram conflitos agrários envolvendo grileiros de terras e pequenos agricultores.

Missal emancipou-se de Medianeira em 1983 e de acordo com o Censo demográfico do IBGE de 2010, conta com 10.474 habitantes, sendo destes 5.054 residentes no espaço rural. Há 1.518 estabelecimentos de agricultura familiar ocupando uma superfície de 16.639 hectares de terras.

Em 22 de Agosto de 2014 realizamos uma visita à Escola Rural Municipal Eпитácio Pessoa, na linha Jacutinga em Missal, com intuito de conhecer a infraestrutura pública de ensino e o espaço rural em que a mesma está inserida. A referida Escola Rural funciona em estrutura compartilhada; no período matutino funciona o Ensino Fundamental, Séries Iniciais, sob a responsabilidade do município e no período vespertino o Ensino Fundamental Séries Finais, mantido pelo Estado. Ao lado da Escola Rural Municipal Eпитácio Pessoa existe uma igreja católica, um pavilhão de festas e uma lanchonete. As fotografias a seguir são da Escola e da zona rural em que ela está inserida.

Foto 3: Escola Rural Municipal Epitácio Pessoa. Localização: Linha Jacutinga - Missal (PR)



Fonte: Trabalho de campo em Agosto de 2014.

A estrutura física da Escola Municipal Rural Epitácio Pessoa é acanhada quando comparada às escolas municipais localizadas no espaço urbano. A biblioteca do estabelecimento é improvisada numa pequena sala ao lado do depósito de materiais de limpeza. O laboratório de informática é pequeno também e pertence à SEED, sendo usado pelos estudantes da rede municipal.

Foto 4: Vista parcial da Linha Jacutinga – Missal (PR)



Fonte: BEM, A. Trabalho de campo em Agosto de 2014.

No trabalho de campo nos ativemos à organização do espaço agrário. Um dos aspetos que chamou-nos atenção ao percorrermos as comunidades rurais da Linha Jacutinga e da Linha Cabeceira do Cedro foi a proximidade das casas dos agricultores. Ao percorrer uma distância de 20, 30 ou 50 metros, se avistava uma nova propriedade rural. As estradas rurais estão em bom estado, algumas possuem paralelepípedos e outras são cascalhadas. As comunidades rurais são sinalizadas por placas que indicam a direção, como se nota na fotografia na página seguinte (foto 6).

Foto 5: Vista parcial da Linha Cabeceira do Cedro – Missal (PR)



Fonte: Trabalho de campo em Agosto de 2014.

Foto 6: Placa indicando a localização das linhas rurais – Missal (PR)



Fonte: Trabalho de campo em Agosto de 2014.

A principal atividade econômica é a pecuária leiteira e está presente na maioria das pequenas propriedades. Alguns estabelecimentos contam com granjas de suínos e aviários.

Outro aspecto relevante são as condições do relevo. Em ambas as comunidades rurais o relevo apresenta variações altimétricas consideráveis que limitam a ampliação da mecanização do solo. Em outras áreas do município em que o relevo é mais plano observa-se uma intensificação do cultivo de lavouras temporárias mediante a tecnificação do uso do solo, aparecendo na paisagem rural as médias propriedades agrícolas e reduzindo a densidade demográfica do espaço agrário.

3.1.3 Consequências da extinção da escola rural para a população

Um dos dados que chama a atenção é que no Oeste do Paraná, a escola se fechou antes que as pessoas saíssem, ou seja, antes do êxodo rural. Essa é uma evidência que demonstra que a permanência da Escola Rural não foi alvo das políticas públicas. Zanin (2010) ao analisar a desativação de escolas no espaço rural de Guaraniaçu, observou essa questão:

O fechamento das escolas, foi ao mesmo tempo, causa e consequência do esvaziamento do campo. Pois ao mesmo tempo em que as escolas eram fechadas por falta de alunos no campo, devido ao esvaziamento das comunidades/localidades, as poucas famílias que sobreviviam no campo, mudaram para a cidade, para que seus filhos tivessem acesso a uma escola e pudessem estudar. (ZANIN, 2010, p.92)

As políticas educacionais anteciparam a saída da escola das zonas rurais, evidenciando a falta de uma política pública abrangente, no caso agrícola e educacional, destinada aos anseios dos pequenos proprietários de terras.

Os municípios que mantiveram as escolas no espaço agrário foram aqueles que adotaram políticas educacionais voltadas para atender os reclames das comunidades rurais, geralmente compostas por famílias de pequenos proprietários de terras.

Todavia, na maioria dos municípios da Mesorregião Oeste do Paraná, a política educacional adotada para as zonas rurais foi o transporte escolar como forma de proporcionar a população o acesso a um ensino com “igualdade de qualidade”, visto que a escola rural unidocente e multisseriada apresentava gravíssimos problemas, como a capacitação do professor e a estrutura física precária.

O projeto das Escolas Consolidadas colocado em prática no Paraná entre 1976-1983 previa o transporte escolar, mas com a localização da Escola no espaço agrário. Assim, a Escola Rural recebia uma infraestrutura física adequada ao novo contexto do processo de ensino-aprendizagem. Essas escolas ainda estão hoje em funcionamento; todavia, localizam-se em sua maioria na região dos Campos Gerais.

Atualmente, a grande parcela dos estudantes da zona rural da Mesorregião Oeste estuda nas escolas urbanas. O trajeto percorrido pelo ônibus escolar, mesmo em municípios de extensão territorial pequena, como Marechal Cândido Rondon, obriga os estudantes há ficar um tempo considerável dentro do veículo, e também, na volta para casa, esperando a chegada do ônibus, pois são várias paradas em estabelecimentos escolares urbanos, até que o ônibus complete seu itinerário. Assim, um estudante da zona rural pode entrar no ônibus às 06 horas, e chegar de novo a sua residência às 13 horas.

A política educacional, que não é centralizada e nem descentralizada, não leva em conta a especificidade do contexto social em que se educa, como: o espaço agrário, as florestas, o pantanal, o semiárido Nordeste, entre outros exemplos que demonstram a diversidade regional das paisagens brasileiras. Essas áreas possuem uma organização espacial peculiar, onde os sujeitos reproduzem as suas vidas de acordo com temporalidades diferenciadas.

O problema das políticas públicas dirigidas à população rural havia sido analisada por Sud Mennucci na década de 1930: “As zonas rurais, colocadas fora do círculo de ressonância geral, longe do bulício das cidades, ignaras de sua força e de suas próprias necessidades, continuam relegadas ao desamparo e ao esquecimento”. (MENNУCCI, 2006, p. 152)

A retração da Escola Rural se insere numa concepção generalizadora que a coloca num patamar inferior à Escola Urbana. Nesta compreensão, a Escola Rural seria desnecessária porque seria o lócus da ignorância, do trabalho braçal, de relações de semi-escravidão.

No tópico a seguir procuramos levantar dados que demonstram a construção de uma infraestrutura pública educacional de nível técnico e superior voltada para o segmento do agronegócio regional.

3.2 O desenvolvimento do agronegócio na região

Até o final dos anos de 1960 a agricultura no Oeste do Paraná era praticada por meio de intenso uso de mão de obra familiar, em que se reproduzia uma agricultura “colonial”, originada da forte comercialização de terras pelas colonizadoras nas décadas de 1950 e 60. Nessa forma de organização espacial da pequena propriedade era praticada a policultura que gerava uma grande quantidade de produtos para a reprodução familiar e a comercialização, principalmente, de milho e suínos, destinados aos mercados de São Paulo e de Ponta Grossa no Paraná, onde na época já havia filiais da Sadia.

Além da pequena propriedade, a grande propriedade se reproduzia com base na pecuária extensiva, principalmente nas proximidades de Cascavel e Guaraniaçu²¹. A predatória extração da madeira realizada pelos grandes proprietários e pelas colonizadoras de terras, que atendiam as demandas do mercado internacional europeu e da indústria da construção civil de São Paulo, durou até o final da década de 1960.

As transformações da agricultura regional passam a ocorrer no final desse período e são acentuadas no decorrer da década de 1970 com a mecanização agrícola e a crescente integração agricultura-indústria, e a presença capital financeiro, algo comum nas regiões mais antigas do país, como São Paulo, desde 1950.

A agricultura (...) passou a ser incorporada mais estritamente ao processo de acumulação capitalista. Surgiu o complexo agroindustrial, com o capital industrial e financeiro encontrando novas formas de realização dentro da agricultura.

Nessa estratégia, a agricultura passou a ter um papel importante, não somente como produtora de matérias-primas e alimentos, mas também como mercado para o parque industrial em termos de máquinas e, posteriormente, de outros insumos agrícolas. Ganharam destaque aquelas culturas consideradas “dinâmicas”, ou seja, destinadas à exportação... (MARTINE e BESKOW, 1987. p. 20)

Com a crescente produção de milho e de suínos na década de 1960, em geral provinda das pequenas propriedades familiares, surgem as cooperativas²² como elo para

²¹ Significativa parte das terras, do que seria hoje o Oeste do Paraná, eram terras devolutas e em sua maioria foram griladas por grandes proprietários e legalizadas a partir de 1970.

²² Além das cooperativas do RS “... grandes cooperativas do Paraná e de São Paulo, conta nesta década [década de 60] com a poderosa aliança dos bancos estatais federais e estaduais (Banco do Brasil, BNCC e BDRS), os

fortalecer a produção agrícola regional integrada ao modelo de acumulação capitalista nacional e internacional, direcionando a organização do espaço agrícola para o processo de mecanização e introdução de monocultivos para a exportação.

As cooperativas atuaram como forma de viabilizar a nova articulação da agricultura com o sistema capitalista, na região Oeste do Paraná. As décadas de 1960 e 70 foram marcadas pela construção de seus complexos agroindustriais, estes financiados a juros subsidiados pelo Estado nacional. Assim, surgiu a C. VALE (C. Vale Cooperativa Agroindustrial) em 1963 no município de Palotina, a COPAGRIL (Cooperativa Agroindustrial Copagril) em 1970, no município de Marechal Cândido Rondon; a COOPAVEL (Coopavel Cooperativa Agroindustrial) em 1970, em Cascavel, a LAR (Cooperativa Agroindustrial Lar) em Medianeira, no ano de 1963; no referido município a FRIMESA (Frimesa Cooperativa Central) em 1977, a COPACOL (Cooperativa Agroindustrial Consolata) em 1963 no município de Cafelândia. E também, a SADIA em 1964, que passou a atuar em Toledo por meio da aquisição do Frigorífico Pioneiro S/A.

Essas empresas são as principais representantes do agronegócio regional, este entendido como uma cadeia de produção²³ englobando os diversos segmentos econômicos de inserção da agricultura no capital nacional e internacional.

Por agronegócio deve-se entender a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, do processamento e da distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos com base neles. (MENDES e PADILHA JÚNIOR, 2007, p. 48)

As cooperativas agroindustriais da Mesorregião Oeste possuem indústrias (de carnes, de óleos, rações, bebidas lácteas), supermercados, lojas agropecuárias, postos de gasolina, laboratórios de pesquisa, estações meteorológicas, dentre outros. Essas cooperativas construíram uma indústria alimentícia com base na produção agrícola regional, mediante a integração com pequenos e médios agricultores, abundância de recursos hídricos, e

quais financiam, a juros reais negativos e prazos favoráveis de amortizações, o capital de longo prazo que propicia a vigorosa expansão do conglomerado até praticamente final dos anos 70” (DELGADO, 1985, p. 166).

²³ O conceito de cadeia produtiva se refere ao processo de produção em sua totalidade, ou seja, a produção, a circulação e o consumo. No caso do agronegócio em específico estão envolvidos “os fornecedores de bens e serviços para a agricultura, os produtores rurais, os processadores, os transformadores e distribuidores, e todos os envolvidos na geração e nos fluxos dos produtos de origem agrícola até chegarem ao consumidor final” (MENDES e PADILHA JÚNIOR, 2007, p. 48).

investimento estatal associado à crescente demanda interna e externa de alimentos; esses fatores conjugados foram os responsáveis pela localização espacial da indústria de carnes na mesorregião Oeste do Paraná, sem contar ainda, que esta localização é privilegiada por estar relativamente próxima ao Porto de Paranaguá, responsável pelas exportações de boa parte dos produtos alimentares (carnes e grãos) produzidos no Brasil.

3.3 Criação e expansão dos cursos técnicos e superiores voltados para o agronegócio

O primeiro curso voltado para a qualificação profissional de trabalhadores agrícolas na Mesorregião iniciou em Foz do Iguaçu no ano 1953; era “A Escola dos Trabalhadores Rurais Dr. Ernesto Luiz de Oliveira”, e em 1973 passou a ofertar o curso técnico em Agropecuária. Atualmente é denominado de Centro Educacional Professor Manoel Moreira Pena.

Em 1979 foi criado o curso de Engenharia Agrícola na antiga FECIVEL (Faculdade de Cascavel), que era mantida pelo poder público municipal e contribuições de matrículas dos acadêmicos. As faculdades isoladas do Oeste: FECIVEL em Cascavel, FACISA em Foz do Iguaçu, FACITOL em Toledo e FACIMAR em Marechal Cândido Rondon deram origem à UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) em 1994.

As transformações da agricultura no Oeste do Paraná produziram impactos na política educacional. Ao mesmo tempo em que as escolas rurais eram fechadas com intensidade nas décadas de 1980 e 90, esse último período seria marcado pela criação e expansão de um ensino voltado para atender às demandas do agronegócio, do ponto de vista da produção agrícola e agro-industrial de grande escala.

A indústria de alimentos, em especial a de carnes, passou a desempenhar um papel central no desenvolvimento econômico regional, tonando-se o segmento mais representativo das exportações da mesorregião.

As políticas educacionais, estadual e federal, atuaram no sentido de viabilizar a modernização da agricultura e da indústria, criando cursos técnicos e superiores como forma de prover recursos humanos para essa nova forma de produzir.

Em nível federal, em 1990 foi implantado em Medianeira o CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica) com intuito de formar técnicos para atuar no mercado de trabalho.

Posteriormente, em 2005, o campus de Medianeira junto com os demais CEFETs do Paraná deram origem a UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná). Também, do ponto de vista do investimento federal foi criado em 1993, um campus da UFPR (Universidade Federal do Paraná), no município de Palotina. Em nível estadual, a criação de cursos aconteceu por meio da UNIOESTE nos seus diversos campi. Entre o período de 1990 até 2010, a política estadual e federal criou 21 novos cursos técnicos ou superiores voltados para o agronegócio. A tabela a seguir contém os cursos surgidos no referido período histórico.

Tabela 9: Criação de cursos técnicos e superiores voltados para o agronegócio na Mesorregião Oeste do Paraná

Cursos superiores e técnicos voltados para o agronegócio na Mesorregião Oeste			
Ano	Município	Curso	Instituição
1953	Foz do Iguaçu	Primário Agrícola	Escola de Trabalhadores Rurais Ernesto Luiz de Oliveira.
1973	Foz do Iguaçu	Técnico em Agropecuária	Colégio Manoel Pereira Pena
1979	Cascavel	Engenharia Agrícola	FECIVEL, atual UNIOESTE
1990	Medianeira	Tecnologia de Alimentos	CEFET, atual Campus da UTPFR
1990	Medianeira	Tecnologia em Eletromecânica	CEFET, atual Campus da UTPFR
1993	Palotina	Medicina Veterinária	Campus da UFPR
1995	Toledo	Engenharia Química	UNIOESTE
1995	Marechal Cdo. Rondon	Agronomia	UNIOESTE
1996	Toledo	Engenharia da Pesca	UNIOESTE
1999	Marechal Cdo. Rondon	Zootecnia	UNIOESTE
1999	Medianeira	Tecnologia de Alimentos: modalidade Industrialização de Carnes	CEFET, atual Campus da UTPFR
1999	Medianeira	Tecnologia de Alimentos: modalidade Industrialização de Laticínios	CEFET, atual Campus UTPFR
1999	Medianeira	Tecnologia em Eletromecânica: Modalidade Operação e manutenção Industrial	CEFET, atual Campus da UTPFR
1999	Medianeira	Tecnologia Ambiental: Modalidade Resíduos Industriais	CEFET, atual Campus da UTPFR
2003	Toledo	Técnico em Agropecuária	Colégio Agrícola de Toledo
2006	Medianeira	Engenharia da Produção Industrial	Campus da UTPFR
2006	Medianeira	Ensino Técnico em nível Médio de Química	Campus da UTPFR
2006	Palotina	Técnico em Agropecuária	Colégio Agrícola de Palotina
2007	Toledo	Tecnologia em Processos Químicos	Campus da UTFPR
2009	Palotina	Agronomia	Campus da UFPR
2009	Palotina	Engenharia da Aquicultura	Campus da UFPR
2009	Palotina	Tecnologia em Biotecnologia	Campus da UFPR
2009	Palotina	Tecnologia em Biocombustíveis	Campus da UFPR
2010	Medianeira	Engenharia de Alimentos	Campus da UTPFR

Fonte: Organizado pelo autor. 2014

Os cursos constantes da tabela têm relação direta com o agronegócio, ou melhor, foram criados para apoiar o desenvolvimento desse setor econômico assentado na exportação

de produtos alimentícios. Nas seções seguintes, analisaremos a criação dos cursos a partir dos contextos locais.

3.3.1 Agronegócio e a infraestrutura pública de ensino em Cascavel e Toledo

Os municípios de Cascavel e Toledo apresentam semelhanças do ponto de vista geral da geração de riqueza. Ambos têm no agronegócio a base e sustentação de sua economia. Todavia, existem peculiaridades locais no arranjo produtivo em cada uma delas.

O município de Cascavel é o maior centro econômico regional e referência no setor de saúde pública e privada; também dispõe de um número considerável de instituições superiores de ensino. Possui 286.205 habitantes, sendo destes 16.163 residentes no espaço rural. (IBGE, 2010)

No processo de colonização nos anos de 1940 e 50, boa parte das terras foi adquirida (por compra, grilagem ou herança) por grandes proprietários. A mecanização agrícola acentuada na década de 1970 com a introdução do cultivo de soja, foi um dos fatores que inviabilizou a presença de parcela significativa de pequenos produtores agrícolas que, quando não encontraram alternativas, acabaram migrando para as periferias das cidades.

O impacto da mecanização agrícola seria decisivo para fixar o padrão capitalista moderno de agricultura desenvolvido na região [Oeste do Paraná], determinar um crescente progresso de urbanização e fazer surgir nas periferias das cidades um projeto ascendente de agroindustrialização para tornar campo e cidade igualmente produtivos na cadeia do desenvolvimento econômico imposta por aquele padrão. (SPERANÇA, 1992, p. 30)

No contexto de expansão do monocultivo de soja foi criado o curso de Engenharia Agrícola em 1979, na FECIVEL (Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel) instituição mantida pelo município até 1994, quando se transformou num dos campus da UNIOESTE.

Ao mesmo tempo em que se criava o curso de Engenharia Agrícola para atender à expansão do agronegócio regional, iniciava-se em Cascavel o processo de desativação das escolas rurais. De acordo com Santana (2006) foram fechadas 51 escolas rurais na década de 1970 e 91 escolas rurais na década de 1980.

A transformação socioeconômica do espaço agrícola de Cascavel no período pode ser medida pelo êxodo rural e pelo acelerado processo de urbanização. A população rural em 1970 era de 55.608 habitantes, e se reduziria para 39.671 em 1980; já a urbana no referido período: saltaria de 34.709 para 123.698 habitantes.

A tabela 10 traz dados comparativos recentes referente à produção agropecuária de Toledo e Cascavel.

Tabela 10: Produção agropecuária de Cascavel e Toledo em 2012

Produção agropecuária de Cascavel e Toledo							
Município	Área plantada em hectares (2012)				Efetivo de Rebanhos (2012)		
	Soja	Milho	Trigo	Pastagens	Bovinos	Galos, Frangos...	Suínos
Cascavel	85.700	33.300	4.000	23.969	90.627	3.459.593	98.764
Toledo	62.600	68.000	2.000	3.035	47.924	3.200.000	544.200

Fonte: IBGE- Produção Agrícola e pecuária municipal. (2012). Organizado pelo autor.

O modelo de desenvolvimento do agronegócio em Cascavel tem como atividades principais a comercialização da soja e da carne bovina, em geral produzida nas grandes e médias propriedades. A produção de frangos e de leite se concentra nas pequenas propriedades. A principal empresa do segmento agroindustrial do município é a COOPAVEL (Cooperativa Agroindustrial de Cascavel), que tem forte inserção na exportação de carne bovina, frangos, soja e seus derivados, destinados principalmente aos países europeus, para a China, Japão, Hong Kong e países Árabes.

Em Cascavel a grande agricultura ocupa 107.680 hectares, equivalentes a 75,2% do total da área agrícola do município, restando para a agricultura familiar 35.526 hectares, correspondendo a 24,8% do total. Em Toledo, o segmento social da agricultura familiar é mais representativo, pois ocupa 43.602 hectares, equivalentes a 42,5 % da área total. (IBGE, 2006). Esse fato tem relação com o processo de colonização, em que a fragmentação de grandes áreas via comercialização de pequenos lotes, foi mais intensa em Toledo.

Toledo é a terceira maior cidade da Mesorregião Oeste do Paraná, conta com uma população de 119.313 habitantes, dos quais 11.054 residem na zona rural. Ocupa uma área

territorial de 1.196 Km², praticamente a metade do município de Cascavel, o maior da Mesorregião com 2.100 km². (IBGE, 2010)

O caso da formação socioespacial de Toledo chama atenção pelo fato de seu desenvolvimento estar diretamente atrelado à indústria de carnes da SADIA, atual BRF. A empresa ingressou no município em 1964 por meio da aquisição do Frigorífico Pioneiro S.A, dando início ao abate de bovinos e suínos. Em 1978 a empresa iniciou a construção de uma unidade de abate de aves, inaugurada em 1979. A empresa foi pioneira na região no processo de integração da agricultura com a indústria²⁴.

Além de atuar no abate de suínos, passou também no abate de bovinos. No ano de 1978, parte para sua consolidação com o estímulo e a implementação na região da criação de frangos para abate, principalmente via sistema integrado, estabelecendo encadeamentos produtivos mais definidos na economia local, que possibilitaram um aumento da lucratividade da empresa. Com vistas a apoiar ainda mais essa nova atividade, a unidade industrial de Toledo ingressou no ramo da soja e do milho, beneficiando-os para a produção de óleo, farelo e rações. (RIPPEL; LIMA e BORGES, 2007, p. 13)

Na década de 1980 a SADIA realizava praticamente todas as operações da cadeia produtiva da indústria de carnes em Toledo, passou a ser o maior parque industrial da empresa no Brasil. De acordo com dados recentes, a BRF S.A emprega 7.500 pessoas na unidade industrial de Toledo (JORNAL DO OESTE, 2012).

Para atender as demandas crescentes do agronegócio regional e local foi implantado em 1995, na UNIOESTE, o curso de Engenharia Química, como forma de prover uma mão-de-obra especializada para atuar na indústria de alimentos, em especial no setor de carnes.

As transformações do mundo contemporâneo exigem um profissional altamente qualificado para solucionar problemas do ambiente produtivo, que não se restringem somente à produção industrial, mas busca também o desenvolvimento de processos e tecnologias de

²⁴ No processo de integração da agricultura com a indústria, os agricultores em geral pequenos e médios proprietários de terras produzem suínos e frangos de acordo com procedimentos técnicos estabelecidos pela indústria. A indústria detém o controle da produção, fornece os insumos necessários para a produção e adquire o produto final. Os agricultores entram com a mão de obra e o estabelecimento agrícola se ajusta as normas técnicas do sistema integrado da produção. Apesar das críticas, o sistema integrado tem sido uma das formas encontradas pelos pequenos agricultores para se reproduzirem no campo, pois permite a entrada de recursos financeiros para a propriedade, ao mesmo tempo em que se produzem outros alimentos na propriedade paralelos ao processo de integração, como é o caso do leite, milho, feijão, mandioca, queijos entre outros.

controle de qualidade com intuito de diminuir os impactos ambientais gerados pela grande indústria.

Ainda no segmento especializado da química, foi criado em 2007 o curso superior de Tecnologia em Processos Químicos, no Campus da UTFPR. Esse curso forma profissionais com menor habilitação que o engenheiro, mas atende a demanda da indústria, que necessita de profissionais que possam trabalhar no controle de qualidade e nos processos químicos desenvolvidos no interior do parque industrial.

O Tecnólogo em Processos Químicos é o profissional que planeja, gerencia e realiza ensaios e análises laboratoriais envolvidos no controle de qualidade de matérias primas, reagentes e produtos. Além disso, ele registra e interpreta os resultados, emite pareceres, seleciona os métodos e técnicas mais adequadas à condução de processos de uma unidade industrial... (UTFPR, 2007, p.33)

Como base no aproveitamento dos recursos hídricos regionais, foi implantado pela UNIOESTE, em 1996, o curso de Engenharia de Pesca. A criação do curso antecipou o desenvolvimento regional da piscicultura; abrindo campo para a diversificação da produção do agronegócio, em especial das cooperativas agroindustriais. Recentemente, em 2008, a COPACOL sediada em Cafelândia, implantou uma unidade industrial de peixes em Nova Aurora, com capacidade de abater 42 toneladas de tilápia por dia.

3.3.2 Agronegócio e a infraestrutura pública de ensino em Medianeira

Medianeira está localizada na rodovia federal 277, fica a 60 km de Foz do Iguaçu e 80 km de distância de Cascavel. Iniciou o seu processo de ocupação efetiva com o ingresso da Colonizadora Agrícola Bento Gonçalves Ltda. em 1949. Após a extração da madeira, passaram a ser comercializados lotes agrícolas para imigrantes gaúchos e catarinenses.

O município possui uma área territorial de 328,732 Km², área pequena quando comparada com Toledo e Cascavel. A população é de 41.817 habitantes, sendo 4.427 residentes na zona rural (IBGE, 2010). A agricultura familiar ocupa 15.350 hectares, equivalentes a 52,5 % da área total, os outros 47,5% são explorados pela agricultura não-familiar (IBGE, 2006).

O desenvolvimento econômico do município está assentado na agroindústria. O crescimento econômico de Medianeira confunde-se com a história de duas grandes empresas:

a LAR (Cooperativa Agroindustrial Lar) fundada em 1964 e a FRIMESA (Frimesa Cooperativa Central) fundada em 1977.

A LAR foi fundada em Missal em 1964 por agricultores imigrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina com forte inspiração da religião católica, tendo o padre José Backes como seu primeiro presidente. Devido a questões de logística, em 1973 a cooperativa se transferiu para Medianeira. Atualmente a empresa está presente em 11 municípios da Mesorregião Oeste, no Leste do Paraguai, no Mato Grosso do Sul e em Santa Catarina.

A Lar expandiu suas atividades do agronegócio por meio de integração horizontal, atuando em diversos setores da cadeia produtiva. Possui uma unidade industrial de aves em Matelândia, uma unidade industrial de empacotados (ervilha, milho, geléia, doces...) e uma unidade industrial de soja, ambas em Céu Azul; 3 fábricas de rações, distribuídas em Santa Helena, Medianeira e São Miguel do Iguaçu; 2 unidades produtoras de leitões, uma em Itaipulândia e outra em Serranópolis do Iguaçu; 1 unidade de pintainhos em Santa Helena, 2 postos de gasolina, 1 unidade produtora de sementes em Xanxerê – SC, além de 13 supermercados em diferentes cidades do Oeste do Paraná.

A empresa possui 9.000 produtores rurais integrados, 6.500 funcionários, sendo destes 4.000 na unidade industrial de aves em Matelândia, que entrou em funcionamento em 1999. Esta unidade em 2012 produzia 115 mil toneladas de carnes, com parcela destinada ao mercado nacional e outra para exportação, em especial: Europa, Sudeste Asiático e Oriente Médio (LAR, 2014, p. 4).

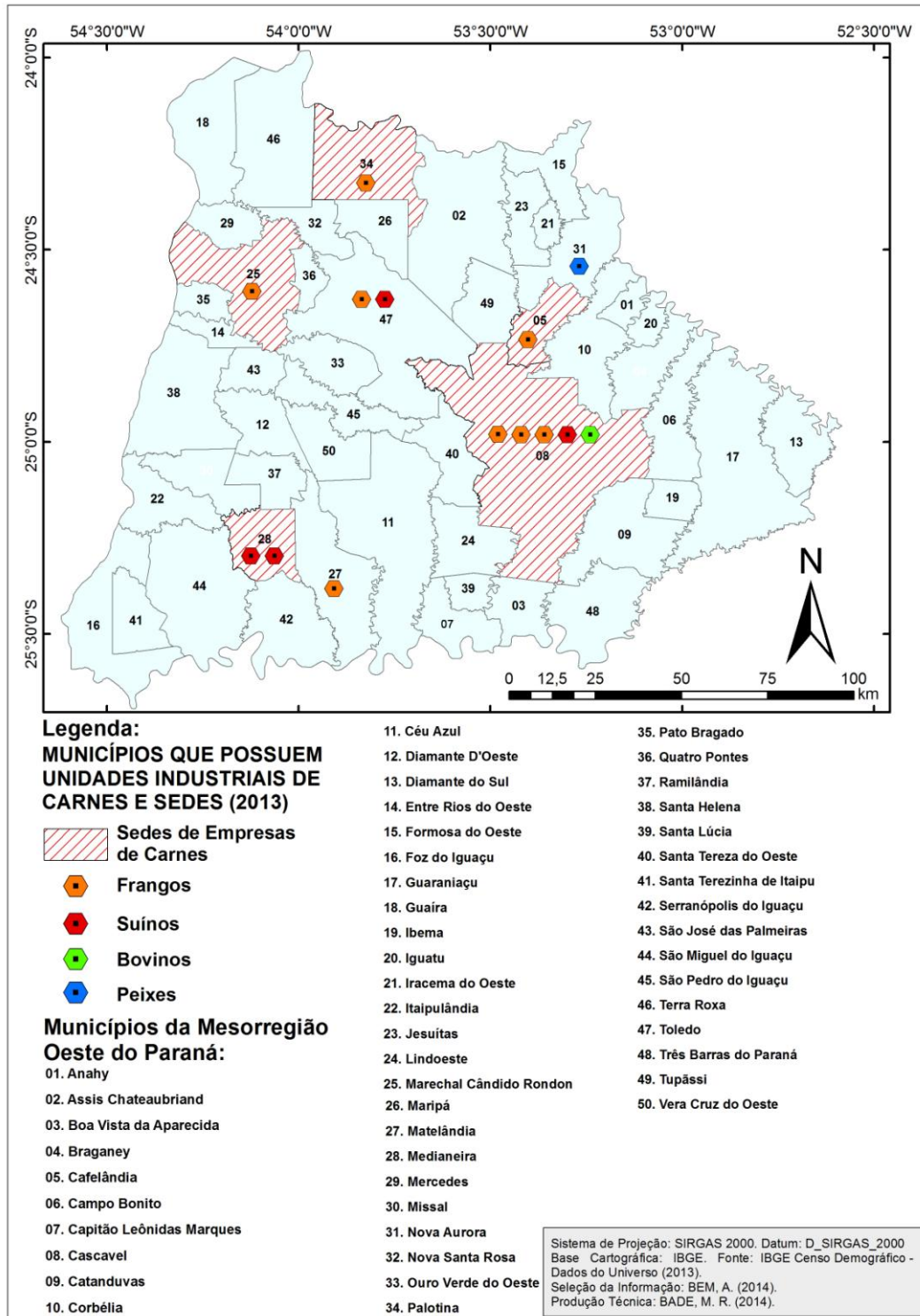
Nas indústrias de carnes da região é comum a migração pendular de trabalhadores devido à grande demanda por mão-de-obra para as linhas de produção. De acordo com dados da empresa, os funcionários do frigorífico de aves são oriundos de 12 municípios da Mesorregião Oeste. Além da LAR, são grandes empregadoras no ramo de carnes: a FRIMESA em Medianeira com frigorífico de suínos, a BRF S.A em Toledo com suínos e aves, a COPAGRIL em Marechal Cdo. Rondon com aves, a COOPAVEL em Cascavel com aves, bovinos e suínos; a COPACOL em Cafelândia com aves e em Nova Aurora com peixes; e a C. VALE em Palotina com aves. A página a seguir traz um mapa da indústria de carnes na região: unidades e municípios sede.

A FRIMESA foi fundada em 1977 por um grupo político dissidente da LAR, mediante a aquisição do frigorífico Medianeira. A empresa atua em parceria com outras cooperativas regionais, recebendo matérias-primas, principalmente, leite e suínos das seguintes empresas:

C.VALE, COPAGRIL, LAR, COPACOL e a PRIMATO de Toledo. Possui 5 unidades industriais: 1 frigorífico de suínos em Medianeira, 3 laticínios, localizados em Marechal Cândido Rondon, Capanema e em Aurora – SC; e uma fábrica de queijos em Matelândia.

Ao contrário da LAR, a FRIMESA tem uma estratégia de verticalização mediante a industrialização de carne suína e de derivados de leite. A empresa ocupa a 6ª colocação no abate de suínos no Brasil e é a 15ª no recebimento de leite. Possui 370 marcas de produtos industrializados, que vão desde cortes de suínos, iogurtes e bebidas lácteas até queijos finos e pratos prontos (pizzas e lasanhas), gerando 5.251 empregos diretos e conta com 13.992 agricultores integrados.

Mapa 9: Indústria de carnes na Mesorregião Oeste do Paraná (2013)



Em Medianeira a relação entre o desenvolvimento do agronegócio e a criação e expansão de uma infraestrutura pública de Ensino Técnico e Superior é mais nítida. Em 1987 foi criado no município um campus do CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica),

por meio da Portaria 067/87 de fevereiro, do Ministério da Educação, sendo implantados em 1990, os primeiros cursos de nível técnico em Alimentos e Eletromecânica.

No ano de 1999 foram criados quatro (4) cursos superiores no campus do CEFET:

- _ Tecnologia de Alimentos: Modalidade Industrialização de Carnes;
- _ Tecnologia de Alimentos: Modalidade Industrialização de Laticínios;
- _ Tecnologia em Eletromecânica: Modalidade Operação e Manutenção Industrial;
- _ Tecnologia Ambiental: Modalidade Resíduos Industriais.

O que existe em comum entre esses cursos é a relação com a indústria alimentícia, com o contexto local de emergência da FRIMESA e da LAR. A política educacional a nível federal visou à criação de cursos voltados para as necessidades da agroindústria. O Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental deixa explícita essa relação, como se observa abaixo:

Alguns aspectos significativos que justificaram a criação de Cursos Superiores de Tecnologia na área de meio Ambiente dizem respeito às potencialidades dos recursos naturais da região e à evolução das suas indústrias de transformação. Esses aspectos são cada vez mais atuais e relevantes. No final da década de 90, contatos com empresas da região, identificaram um perfil profissional voltado a área ambiental específica de gerenciamento de resíduos industriais, sinalizando uma estruturação curricular com ampla gama de conhecimentos em minimização, controle e tratamento de resíduos, de maneira a garantir uma interferência positiva no processo de produção. (UTFPR, 2006, p. 8)

A Lei 11.184, de 7 de outubro de 2005 transformou o CEFET-PR em UTFPR(Universidade Federal Tecnológica do Paraná), deu novo status à instituição, possibilitando a ampliação da infraestrutura física, e conseqüentemente, a implantação de novos cursos superiores e técnicos. Assim, em 2006 foi criado o curso de Engenharia da Produção Industrial e o curso de Ensino Técnico em Nível Médio de Química e no ano de 2010 o curso de Engenharia de Alimentos.

A expansão da infraestrutura pública de Ensino Federal em Medianeira esteve atrelada a um modelo de desenvolvimento regional pautado no segmento econômico da agroindústria. O investimento público foi capaz de criar e expandir uma estrutura física de

ensino como meio de prover recursos humanos qualificados para o trabalho na indústria alimentícia local e regional.

Já a educação destinada à população rural, materializada nas Escolas de Ensino Fundamental, ficou a cargo da política pública municipal. Como na maioria dos municípios do Paraná, a política educacional adotada foi o fechamento das escolas nas zonas rurais e a viabilização do transporte escolar dos alunos para as escolas da cidade. Apesar dos 4.427 habitantes da zona rural, o município não possui nenhuma Escola Rural.

3.3.3 Agronegócio e a infraestrutura pública de ensino em Marechal Cândido Rondon e Palotina

Os municípios de Palotina e Marechal Cândido Rondon possuem menos de 50 mil habitantes e têm na agroindústria a sustentação da sua economia. Marechal possui uma população de 46.819 habitantes, dos quais 7.672 residem no espaço rural; já Palotina tem 28.683 habitantes, sendo 4.037 localizados em área rurais. (IBGE, 2010)

Ambos os municípios passaram por um processo de intensa colonização na década de 1950 e 1960, mediante a venda de pequenos lotes agrícolas pelas colonizadoras privadas para os pequenos agricultores, em geral provindos do sul do país.

Palotina foi colonizada a partir de 1953 pela Companhia Pinho e Terra Ltda, de propriedade de Alfredo Ruaro e do grupo Dalcanalle, que tinham experiência em colonização de terras na região Oeste de Santa Catarina. A migração para Palotina também ocorreu de forma dirigida e selecionada, tendo prioridade na aquisição das terras os descendentes de italianos provenientes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. O nome Palotina é uma homenagem aos padres palotinos, que acompanharam o processo de colonização do município.

O início da colonização das terras foi marcado por uma intensa imigração devido à necessidade de mão de obra para o desmatamento e a conquista do solo. Foi comum nessa época a vinda de paulistas, mineiros e nordestinos que haviam se estabelecido há décadas no Norte do Paraná, com o ciclo do café. As primeiras atividades econômicas desenvolvidas no local foram à extração da madeira; depois o cultivo de hortelã, em seguida a pequena produção mercantil de milho e de suínos e também os cultivos de algodão e café.

Com intuito de organizar a produção agropecuária local surgiu em 1963 a Cooperativa Agrícola C. Vale que mais tarde passaria a atuar no setor de industrialização, como forma de articular a agropecuária à lógica internacional da produção de alimentos.

Marechal Cândido Rondon foi planejada pela Colonizadora MARIPÁ (Companhia Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S.A.) que adquiriu em 1946 as terras pertencentes à “Companhia de Maderas Del Alto Paraná” de capital argentino. A década seguinte foi marcada pela extração da madeira e comercialização de pequenos lotes para descendentes de alemães, italianos e poloneses dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Apesar das similitudes no processo de formação do espaço agrário, Palotina e Marechal Cândido Rondon apresentam algumas diferenças de arranjo produtivo e no desenvolvimento dos segmentos sociais na atividade agropecuária. A tabela a seguir, contém dados dos municípios supracitados.

Tabela 11: Produção agropecuária de Marechal Cândido Rondon e Palotina em 2012

Produção agropecuária de Mal. Cdo. Rondon e Palotina							
Município	Área plantada em hectares (2012)				Efetivo de Rebanhos (2012)		
	Soja	Milho	Trigo	Pastagens	Bovinos	Galos, Frangos...	Suínos
Mal. Cdo. Rondon	26.100	29.400	765	23.969	48.769	2.500.000	324.000
Palotina	47.300	42.000	700	3.035	13.942	6.200.000	65.820

Fonte: IBGE- Produção Agrícola e pecuária municipal. (2012). Organizado pelo autor.

A organização do espaço agrário de Palotina destina-se principalmente para a produção de soja, milho e de aves. As lavouras temporárias em 2012 ocupavam uma área de 53.609 hectares. Em Palotina houve um intenso processo de mecanização na década de 1970, que culminou com a diminuição da área ocupada pelos pequenos agricultores. De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006, a agricultura não familiar ocupa 39.568 hectares, o que equivale a 64,8% da área total; já a agricultura familiar ocupa uma área 21.541 hectares, totalizando 35,2%. O predomínio das lavouras temporárias mecanizadas é um dos principais fatores da diminuição do número de pequenas propriedades na região.

Em Marechal Cândido Rondon a área plantada com pastagens atinge 23.969 hectares, refletindo num porte considerável do rebanho bovino. Além da produção de soja,

milho, aves e suínos, a produção de leite de vaca é uma das especializações econômicas do município, que é o terceiro maior produtor do Paraná. Em 2012 a produção de leite alcançou o volume de 93 milhões de litros/ano.

De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar é mais representativa em Marechal do que em Palotina, pois ocupa uma área de 34.532 hectares, o que equivale a 63,5% da área total; e a agricultura não-familiar ocupa uma área 19.857 hectares, totalizando 36.5%. Evidencia-se uma relação direta entre a produção de leite e o desenvolvimento e manutenção da pequena propriedade familiar na localidade.

Em 1980 a FRIMESA passou a atuar em Marechal Cândido Rondon mediante a aquisição do Laticínio Rainha. A empresa também é a principal compradora de suínos no local e nos municípios próximos. Outra empresa que tem forte atuação no local é a COPAGRIL fundada em 1970 e com sede no próprio município.

Como as demais empresas do agronegócio regional, a COPAGRIL atua no mercado regional a partir do processo de horizontalização. Ela possui 19 unidades de recebimento de grãos, lojas de venda de insumos e produtos veterinários; 3 supermercados, 3 postos de gasolina e 1 frigorífico de aves inaugurado no próprio município. A cooperativa atua na região Oeste do Paraná e no Mato Grosso do Sul.

Como destacado anteriormente, em Marechal Cândido Rondon o segmento social da agricultura familiar é predominante; no entanto, atualmente existe apenas uma escola rural. A maioria dos jovens residentes na zona rural estuda nas escolas urbanas.

Em Marechal Cândido Rondon, a política educacional estadual criou cursos de ensino superior para atender as demandas regionais do agronegócio. Assim, em 1995 foi criado o curso de Agronomia na UNIOESTE campus de Marechal Cândido Rondon, como forma de prover recursos humanos com mão de obra especializada, já que a microrregião possui uma produção agrícola baseada nas lavouras temporárias de soja e milho. No referido campus foi implantado em 1999 o curso de Zootecnia, com vistas no processo de integração da agropecuária com a indústria de carnes. O curso atribui papel de destaque à nutrição animal, contemplando as plantas forrageiras, as oleaginosas, os cereais, bem como o processo de fabricação de rações.

Em suma, os cursos de zootecnia e agronomia possibilitam a atuação de forma integrada da agricultura com indústria de carnes e com a indústria de laticínios.

Em Palotina a principal empresa do agronegócio é a C.VALE, que inicialmente, na década de 1960, atuava na comercialização e armazenamento de grãos, comercialização de insumos e máquinas agrícolas. Na década de 1990 passou por uma reestruturação organizacional realizando investimentos na avicultura; essa fase de acordo com Belusso (2007), foi marcada pela necessidade de agregação de valores à atividade agrícola.

A concretização do Plano de Modernização resultou na inauguração, em outubro de 1997, do Complexo Industrial Avícola C.Vale que é composto por matrizeiro (produção de ovos), incubatório (produção de pintainhos), abatedouro de aves, fábrica de rações, aviário convencionais e aviários climatizados. Para ingressar nesta atividade a C.Vale investiu a R\$ 160 milhões (em moeda atual) e contou com o agente financiador do BNDES. (BELUSSO, 2007, p. 54)

Em síntese, a C.VALE especializou-se na avicultura, construindo um ciclo completo de produção, que vai desde o incubatório, à criação dos aviários mediante integração com pequenos agricultores, à fabricação de rações até o abate das aves no frigorífico. A empresa é uma das maiores exportadoras de frango do Brasil, atua nos estados do Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A sua produção é destinada ao mercado interno e também ao mercado externo onde exporta para mais de 70 países.

Antecipando a construção do complexo avícola da C.Vale foi implantado em 1992, no município de Palotina, um campus da Universidade Federal do Paraná, pela resolução 09/92 em junho de 1992. No ano seguinte, 1993, iniciou-se o curso de Medicina Veterinária. Em 2009 surgiram quatro (4) novos cursos: Agronomia, Engenharia em Aquicultura, Tecnologia em Biotecnologia e Tecnologia em Biocombustíveis.

O curso de agronomia tem relação direta com a expansão regional dos monocultivos de soja e de milho. O curso de Engenharia de Aquicultura está antecipando a futura instalação de indústrias de peixes na região, visto que existe uma demanda internacional pelo produto e a região Oeste possui recursos hídricos propícios para tal atividade econômica.

Os cursos de biotecnologias estão relacionados aos novos processos técnicos inerentes à aplicação da ciência como forma de aumentar a produtividade, e conseqüentemente, a lucratividade no setor.

A passagem abaixo, extraída do Projeto Pedagógico do curso de Tecnologia em Biotecnologia da UFPR, do campus de Palotina, retrata alguns aspectos da justificativa de implantação do curso:

A região Oeste do Estado do Paraná, que inclui o município de Palotina, possui uma população de aproximadamente 1,5 milhões de habitantes, composta por municípios como forte vocação agropecuária. Destacam-se as culturas de soja, milho e trigo, e ainda a avicultura, bovinocultura de leite e piscicultura. A indústria de transformação encontra-se em franca expansão com a industrialização de produtos de origem animal destinados ao mercado interno e também à exportação para o MERCOSUL, união Europeia, Japão, oriente Médio, por exemplo.

A peculiaridade produtiva desta região traz a necessidade de mão-de-obra qualificada e diversificada, incluindo agrônomos, médicos veterinários, biólogos, químicos e farmacêuticos, entre outros. Entretanto, a evolução da ciência criou novas ferramentas tecnológicas, que atualmente não são totalmente dominadas por nenhum profissional especificamente. Deste modo, a utilização da Biotecnologia pelo tecnólogo em Biotecnologia fomentará ganhos de produtividade, o aumento da produção, e da qualidade para todo o setor produtivo da região. (UFPR, 2008, p. 16)

A organização espacial da Mesorregião Oeste retrata a questão da funcionalidade econômica, ou seja, uma especialização do território que vai se configurando a partir da lógica produtiva da agricultura, sua articulação com a indústria e sua relação com a economia nacional e global.

3.4 Os cursos de Técnico em Agropecuária na Mesorregião Oeste do Paraná

Nesta etapa da pesquisa procuramos identificar quem são os estudantes dos Colégios Agrícolas da Mesorregião. Historicamente no Brasil, os cursos de Técnico Agrícola ou Agropecuário foram criados para atender a demanda por mão de obra da grande propriedade agrícola.

Atualmente existem três (3) colégios agrícolas na mesorregião, nos municípios de Foz do Iguaçu, Toledo e Palotina. Com intuito de identificar a função geral desse segmento educacional, o curso técnico, nos ateremos à análise de sua expansão, bem como a sua relação com o contexto regional de desenvolvimento da agricultura.

O Colégio Agrícola de Foz do Iguaçu foi criado em 1953, com a denominação de “Escola dos Trabalhadores Rurais Dr. Ernesto Luiz de Oliveira”, no contexto em que o Paraná

apresentava altas taxas de população rural e a região Oeste do Estado era pouco povoada. No referido ano iniciou-se o curso primário agrícola direcionado ao processo de capacitação profissional, onde se aprendia noções básicas de agricultura, higiene, além de língua portuguesa e matemática. Foi somente em 1973 que o estabelecimento ganhou status de Colégio Agrícola, passando a ofertar o curso de Técnico em Agropecuária, de nível médio. Entre 1996 e 2003, foi cessada a oferta do ensino técnico em agropecuária de nível médio e ofertado curso Pós-Médio de Horticultura de Produção Agrícola. Com aprovação do Decreto nº 5.154/04, criou-se nos Estados a possibilidade de oferta de cursos técnicos integrado ao curso regular, recebendo a denominação de Ensino Médio Integrado, marcando o retorno do Curso Técnico em Agropecuária. Atualmente, o estabelecimento usa a nomenclatura de “Centro Estadual de Educação Profissional Manoel Moreira Pena”, ofertando também cursos de Pós-Médio no período noturno de Técnico em Meio Ambiente e Técnico em Química.

O Colégio Agrícola de Toledo foi fundado em 1987 por iniciativa da prefeitura do referido município. Ofertava a etapa final do Ensino Fundamental, na época do 5º ao 8º ano, em convênio com o Estado do Paraná. Nesse curso, além dos conhecimentos das disciplinas do ensino regular os estudantes aprendiam técnicas agrícolas. Com a nova LDB de 1996 e as mudanças na legislação educacional ocorridas na década de 1990, extinguiu-se esta modalidade de Ensino Fundamental profissionalizante. Nesse período, o colégio passou a ofertar cursos de Pós-Médio de Técnico em Piscicultura e Técnico em Pecuária com ênfase em Suinocultura. A sua estadualização aconteceu em 1999, quando a Prefeitura Municipal de Toledo doou o patrimônio e a área para o Estado. Com a publicação do Decreto 5.154/04, o colégio passou a ofertar o curso de Técnico em Agropecuária de nível integrado, sendo atualmente a única modalidade ofertada no referido estabelecimento.

O Colégio Agrícola de Palotina foi criado em 1983 pela iniciativa privada. Inicialmente ofertou o curso de Técnico em Agricultura e em 1993; para atender as demandas locais e regionais, passou a ofertar o curso de Técnico em Agropecuária. Em 2006 foi estadualizado, inserindo-se na modalidade de Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio. Atualmente, o estabelecimento é denominado de “Colégio Agrícola Estadual Adroaldo Augusto Colombo – Ensino Médio e Profissional”.

Para conhecermos um pouco e podermos analisar o papel dos Colégios Agrícolas na Mesorregião Oeste do Paraná, realizamos um pesquisa de coleta de informação e aplicação de questionário com estudantes do Colégio Agrícola de Toledo, procurando identificar a procedência dos estudantes (local de residência: município, Estado, país, zona urbana ou

rural), sua opção por um colégio agrícola, suas intencionalidades e objetivos para a carreira profissional. A pesquisa também contou com levantamentos de dados e informações estatísticas nos Colégios Agrícolas de Foz do Iguaçu, Toledo e Palotina.

O universo da investigação correspondeu a uma amostragem determinada seguindo a metodologia de “pesquisa social” de Gil (1987), que sugere uma fórmula estatística para o cálculo de amostragem para populações finitas:

n = Tamanho da amostra;

$\sigma^2 = 2$ (para desvio padrão 2, o nível de confiança é de 95%);

$p = 50\%$ (não há estimativa sobre a percentagem em que o fenômeno se verifica, por isso assumiu-se que p é igual a 50%);

$q = 50\%$ (percentagem complementar, dado por: $100 - p$);

$N = 306$ é o tamanho da população;

$e^2 = 9\%$ (erro máximo permitido).

Considerando o universo de 306 estudantes do Colégio Agrícola de Toledo, para se chegar ao valor da amostra do número de questionários, o cálculo usado foi o seguinte:

$$n = \frac{2^2 \cdot 50 \cdot 50 \cdot 306}{9^2 \cdot (306 - 1) + 2^2 \cdot 50 \cdot 50}$$

$$n = \frac{4 \cdot 50 \cdot 50 \cdot 306}{81 \cdot 305 + 4 \cdot 50 \cdot 50}$$

$$n = \frac{3060000}{24705 + 10000}$$

$$n = \mathbf{88,17}$$

Seguindo esse cálculo, foram aplicados **oitenta e oito (88)** questionários junto aos estudantes do Colégio Agrícola de Toledo, das turmas do 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio.

O questionário levou em conta os seguintes aspectos: gênero (sexo), local de residência (município, unidade da federação, zona rural ou urbana). No caso em que o estudante reside na zona rural, foram coletadas as seguintes informações: condição do pai do aluno (proprietário de terras, trabalhador rural, parceiro ou agregado), o tamanho da propriedade em hectares, as atividades econômicas desenvolvidas na propriedade. Em relação ao estudante residente da zona urbana foram coletadas as seguintes informações: local de residência (centro, bairro, distrito ou vila) e a profissão dos pais ou responsáveis.

Para ambos os segmentos (estudante da zona rural e da zona urbana) foram elaboradas perguntas relacionadas aos seguintes aspectos: motivo que o levou a estudar num colégio agrícola, conhecimentos adquiridos e sua aplicação, o conteúdo ensinado em comparação com um Colégio de Ensino Regular e o futuro profissional. (Ver questionário em anexo)

3.4.1 A pesquisa e coleta de dados nos Colégios Agrícolas

Um dos dados relevantes que nos chamaram atenção é a localização atual dos Colégios Agrícolas. Foz do Iguaçu é o único dos municípios da Mesorregião em que a agropecuária e a indústria alimentícia não são os fundamentos da sua economia. Em Palotina encontra-se a sede da C.VALE e a Toledo possui uma grande unidade industrial da BRF.

Os municípios supracitados apresentam altas taxas de urbanização. Já os pequenos municípios da Mesorregião, as taxas de urbanização em geral, são inferiores a 70%. Devido ao fato que do ponto de vista territorial são municípios pequenos, a criação de colégios agrícolas facilitaria o deslocamento diário dos estudantes das áreas vizinhas e também valorizaria as práticas cotidianas dos filhos de pequenos proprietários de terras.

Feito esse questionamento inicial, dirigimo-nos para Foz do Iguaçu, em agosto de 2013, com intuito de levantar dados sobre a procedência dos alunos. A tabela abaixo contém informações apenas dos concluintes do curso Técnico em Agropecuária do Colégio Agrícola de Foz do Iguaçu em 2012.

Tabela12: Procedência dos concluintes do curso técnico em agropecuária do Colégio Agrícola de Foz do Iguaçu (2012)

Procedência dos concluintes do curso técnico em agropecuária do Colégio Agrícola de Foz do Iguaçu (2012)						
Local de origem	Nº de alunos	% Total	Urbano		Rural	
			nº	%	nº	%
Foz do Iguaçu	7	12,5	5	71,4	2	28,6
Outros municípios da região Oeste do Paraná ²⁵	28	50,0	14	50,0	14	50,0
Paraguai ²⁶	21	37,5	4	19,04	17	80,96
Total	56	100	23	41,07	33	58,93

Fonte: Dados coletados do Colégio Agrícola de Foz do Iguaçu em Agosto de 2013. Organizado pelo autor.

Apenas 12,5 % dos concluintes residem em Foz do Iguaçu, metade (50%) dos estudantes concluintes é de outros municípios da mesorregião Oeste e 37,5 % são estudantes provindos do Paraguai. Como forma de evitar uma possível contingência, também foram coletados dados dos últimos três (3) anos (2010-2011-2012), que podem ser observados na tabela abaixo.

Tabela 13: Procedência dos concluintes do curso Técnico em Agropecuária do Colégio Agrícola de Foz do Iguaçu (turmas de 2010, 2011 e 2012)

Procedência dos concluintes do curso técnico em agropecuária Colégio Agrícola de Foz do Iguaçu (turmas de 2010, 2011 e 2012)						
Local de origem	Nº de alunos	% Total	Urbano		Rural	
			nº	%	nº	%
Foz do Iguaçu	26	14,77	23	87	3	13
Demais municípios da região Oeste do Paraná	88	50,0	33	37,5	55	62,5
Municípios do Paraguai	59	33,53	13	22	46	78
Outras Localidades	3	1,70	0	0	3	100
Total	176	100	69	39,2	107	60,8

Fonte: Dados coletados do colégio agrícola de Foz do Iguaçu em agosto de 2013. Organizado pelo autor.

Os dados praticamente se repetem com pouca oscilação. De acordo com informação fornecida pela direção do Estabelecimento de Ensino, a maioria dos estudantes paraguaios são filhos de brasileiros que migraram para o Paraguai na década de 1980, geralmente trabalham em fazendas ou são pequenos proprietários de terras.

Aproximadamente 70% dos estudantes do Colégio Agrícola de Foz do Iguaçu são absorvidos pelo sistema de internato, em que residem no estabelecimento em estrutura de alojamento. Outros freqüentam as casas de parentes ou conhecidos na cidade de Foz do Iguaçu.

²⁵ Dentre os estudantes da Mesorregião, predominaram aqueles que residem na Microrregião de Foz do Iguaçu, como Medianeira, Serranópolis do Iguaçu, Missal e Santa Terezinha de Itaipu.

²⁶ Os municípios paraguaios que apresentaram uma frequência maior de estudantes foram San Alberto, Santa Rita, Santa Rosa Del Monday e Naranjal. Nestas localidades há grande presença de brasileiros que se instalaram lá nas décadas de 1970 e 80, sendo destes, uma leva de pequenos agricultores que foram expropriados pela formação do Lago de Itaipu em 1983.

Para efeitos de comparação levantamos dados referentes aos concluintes do Colégio Agrícola de Toledo. Aqui a participação dos demais municípios da mesorregião Oeste alcança os 71,8 %, Toledo fica com 19,28%, outras mesorregiões do Paraná ficam com 8,43% e o Mato Grosso do Sul com 1,21%, conforme se observa na tabela abaixo.

Tabela 14: Procedência dos concluintes do curso Técnico em Agropecuária do Colégio Agrícola de Toledo (2012)

Procedência dos concluintes do curso técnico em agropecuária Colégio Agrícola de Toledo (2012)						
Local de origem	Nº de alunos	% Total	Urbano		Rural	
			nº	%	nº	%
Toledo	16	19,28	13	81,25	3	18,75
Outros municípios da Mesorregião Oeste do Paraná	59	71,08	27	45,76	32	54,24
Outras Mesorregiões do Paraná	7	8,43	5	71,43	2	28,57
Mato Grosso do Sul	1	1,21	0	0	1	100,0
Total	83	100	35	42,17	48	57,83

Fonte: Dados coletados do Colégio Agrícola de Toledo em Setembro de 2014. Organizado pelo autor.

Outro dado importante a ser levantado é que 42,17% dos concluintes de 2012 do Colégio Agrícola são da zona urbana. Os dados do Colégio Agrícola de Foz também são próximos, registrando 41,07 %. Vale ressaltar que no caso de Foz, a maioria dos estudantes do Paraguai reside na zona rural (80,96%). Mais adiante, aprofundaremos essa discussão referente à procedência dos estudantes.

A partir deste momento, trabalharemos com dados e informações levantadas por meio dos 88 questionários aplicados no Colégio Agrícola de Toledo no mês de setembro de 2014.

O gráfico a seguir (gráfico 4) contém informações referentes ao município de residência dos estudantes. São vinte e uma (21) localidades, sendo destas apenas duas (2), Brasilândia do Sul e Campina da Lagoa, que não integram a Mesorregião Oeste do Paraná. Além de Toledo que registrou 27,3%, Marechal Cândido Rondon e Santa Helena com 11,3% e 15,9% do total dos estudantes são os municípios que possuem maior porcentagem de população rural quando comparados com os demais da Mesorregião.

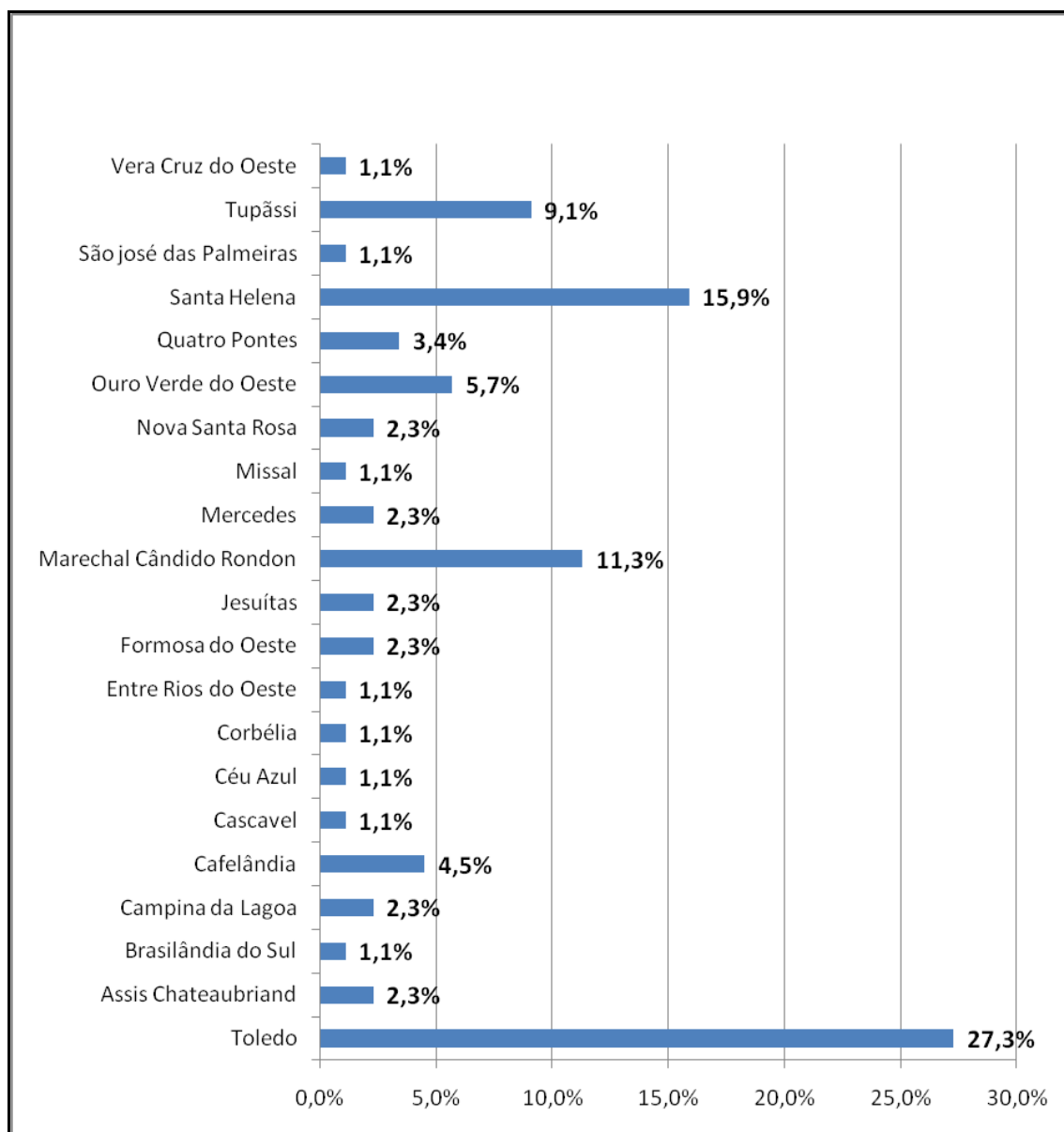


Gráfico 4: Município de residência dos alunos do Colégio Agrícola de Toledo em 2014.

Fonte: Organizado pelo autor.

No Colégio Agrícola de Toledo predominam os estudantes do sexo masculino com 75% do total, conforme se nota no gráfico 5. No entanto, a participação do sexo feminino é expressiva se levarmos em conta que até pouco tempo atrás o curso Técnico em Agropecuária era quase exclusivamente frequentado pelos rapazes. No estabelecimento supracitado, existem dois alojamentos, um para meninas e outro para meninos.

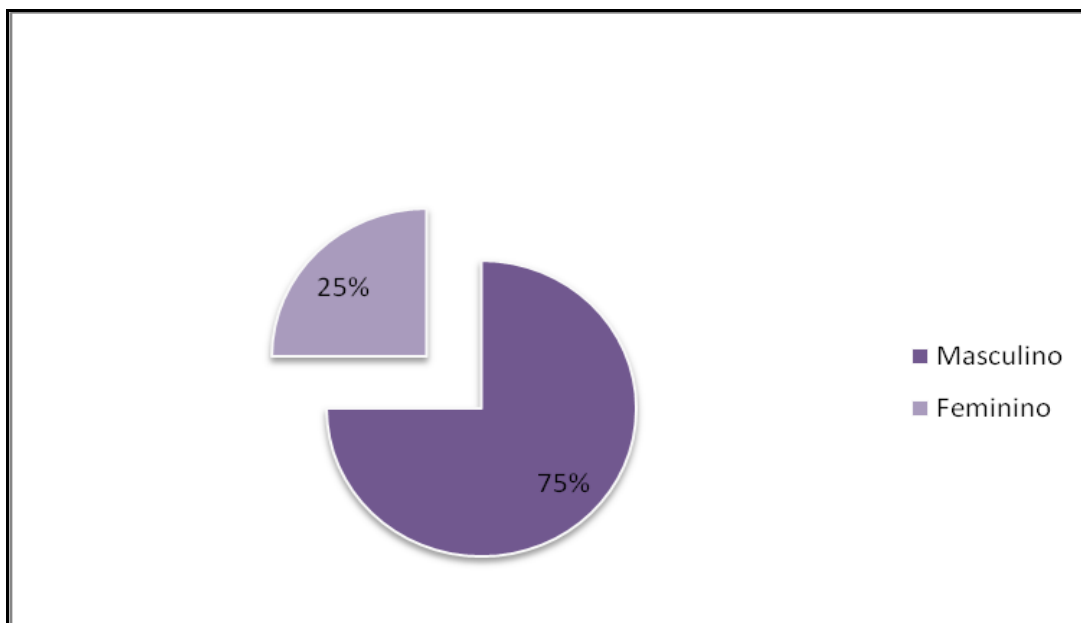


Gráfico 5: Gênero dos estudantes do Colégio Agrícola de Toledo – 2014

Fonte: Organizado pelo autor.

O gráfico abaixo (gráfico 6), refere-se à condição do pai do estudante do Colégio Agrícola que é proprietário de terras.

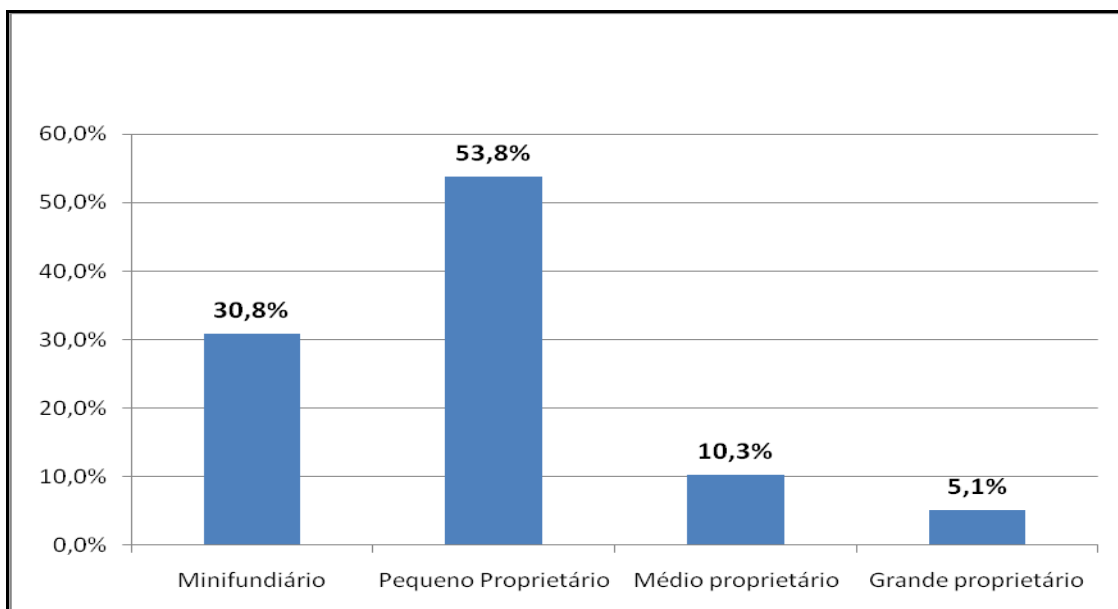


Gráfico 6: Condição do pai do aluno proprietário de terras – Colégio Agrícola de Toledo – PR (2014)

Fonte: Organizado pelo autor.

Dos estudantes filhos de proprietários de terras, predomina o segmento da pequena propriedade, que junto com os minifúndios somam 84,6% do total. Vale ressaltar que na mesorregião Oeste do Paraná predomina a pequena propriedade agrícola.

O gráfico a seguir (gráfico 7) retrata a condição do pai do aluno residente na zona rural. Nota-se que predomina o segmento proprietário de terras. O trabalhador rural está presente principalmente nas médias e grandes propriedades.

O parceiro aparece em geral na atividade da avicultura e da suinocultura, onde recebe um percentual em relação ao total de animais comercializados com a indústria de carnes. Em ambas as atividades econômicas, todos os integrantes da família são envolvidos nas tarefas, estas que exigem cuidados especiais para o bom desenvolvimento e crescimento dos animais. As etapas seguem o cronograma rigoroso de ciclo de abate das aves e dos suínos.

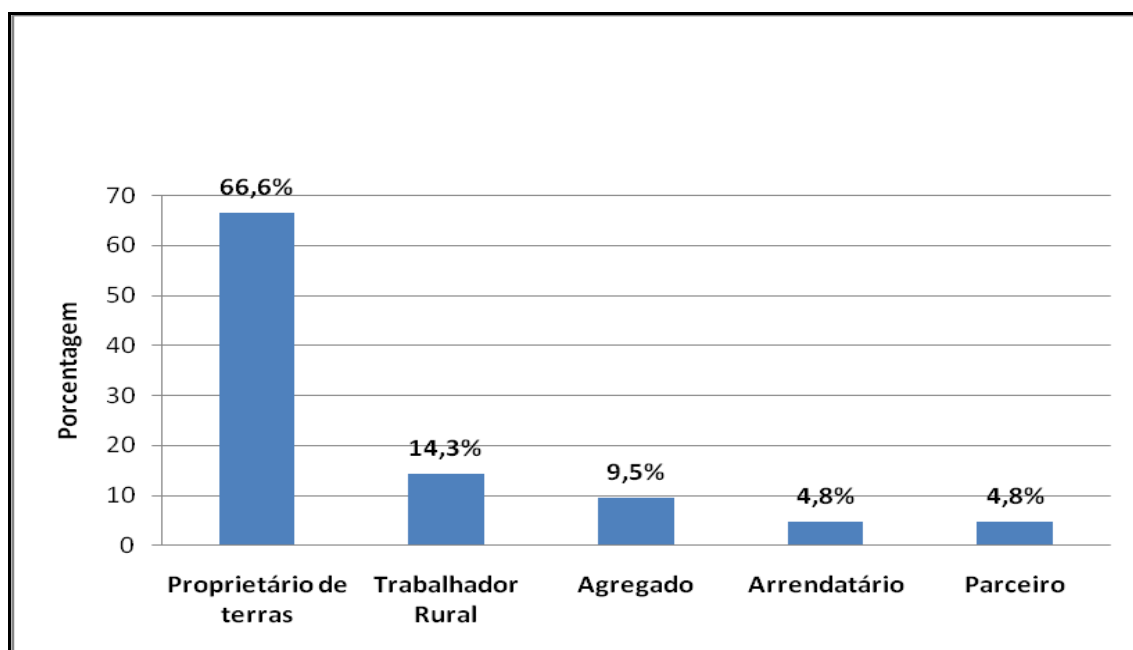


Gráfico 7: Condição do pai do aluno residente na zona rural – Colégio Agrícola de Toledo (2014)

Fonte: Organizado pelo autor.

Na Mesorregião Oeste do Paraná a condição do arrendatário aparece geralmente nas lavouras temporárias de soja, de milho e na pecuária leiteira, expressando uma relação de parentesco, onde os familiares (pais proprietário de terras e os irmãos) acabaram migrando para a cidade.

O gráfico 8 indica o local de residência dos estudantes no seu município _ zona urbana ou rural. Observa-se que 52% do total dos estudantes procedem da zona urbana. Vimos anteriormente, que em Foz do Iguaçu esse número gira em torno de 40%, dado que sofre a contingência do fator Paraguai.

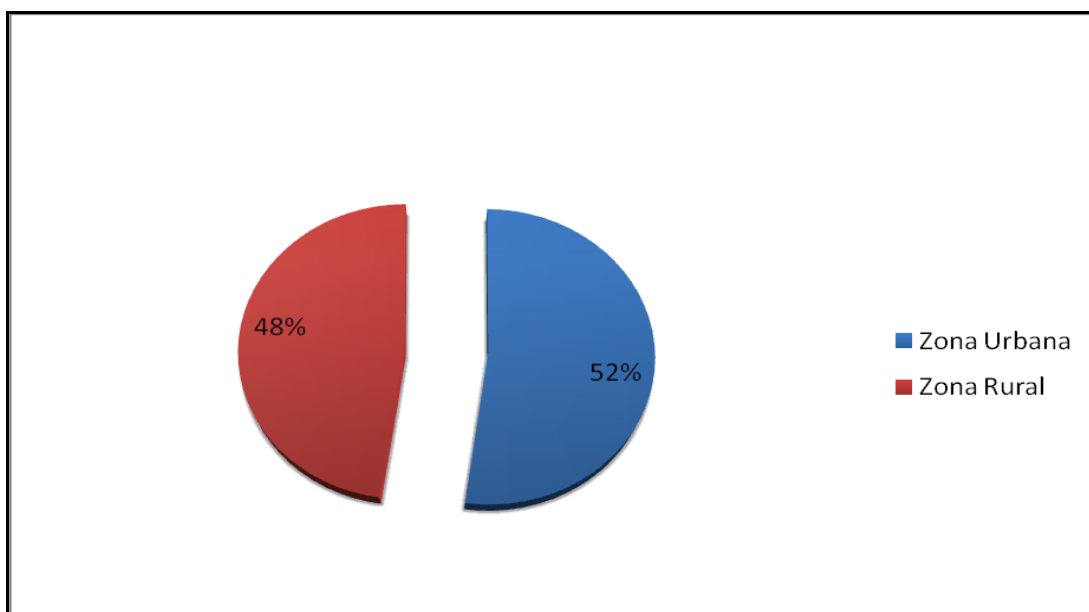


Gráfico 8: Local de residência dos alunos do Colégio Agrícola de Toledo – PR (2014)

Fonte: Organizado pelo autor.

Para uma caracterização regional mais confiável, consultamos o Projeto Político Pedagógico do Colégio Agrícola de Palotina de 2013. De acordo com dados do referido documento escolar, 65,4% dos estudantes são oriundos da zona urbana.

O predomínio de estudantes urbanos nos colégios agrícolas do país havia chamado atenção de pesquisadores. No contexto do Brasil dos anos de 1970, de nítida expansão do ensino técnico agrícola, Queda e Szmrecsányi (1976, p. 228), observaram que:

Sendo urbano quanto à sua localização, e exigindo curso primário completo na admissão, o ensino agrícola de nível médio continua inacessível à quase totalidade da população que dele poderia tirar algum proveito. Frequentam-no apenas alguns adolescentes da reduzida classe média das zonas rurais, aspirantes a empregos de técnicos agrícolas nas repartições governamentais...

Os filhos de pequenos agricultores da época, em sua maioria, devido à incapacidade do Estado e dos municípios na oferta de matrículas para as zonas rurais, freqüentavam no máximo até 4ª série. De acordo com os dados do Censo Demográfico de 1970, somente 9,4% do total da população rural com mais de 15 anos, concluía o ensino elementar (antigo primário), que era pré-requisito para o ingresso nos colégios agrícolas.

No cenário atual da Mesorregião Oeste do Paraná, onde praticamente a maioria dos estudantes da zona rural conclui o Ensino Fundamental e predomina a pequena propriedade agrícola, quais são os motivos que impedem ou dificultam o ingresso de jovens da zona rural no Colégio Agrícola?

Em nossa análise, destacamos dois fatores que conjugados podem ser responsáveis por esse desencontro: o Ensino Médio Integrado ao curso de Técnico em Agropecuária e a dinâmica de funcionamento da pequena propriedade.

O gráfico 9 retrata a frequência com que aparecem as atividades agropecuárias nos estabelecimentos em que o filho do proprietário de terras _ aluno do Colégio Agrícola de Toledo em 2014 _ reside na zona rural.

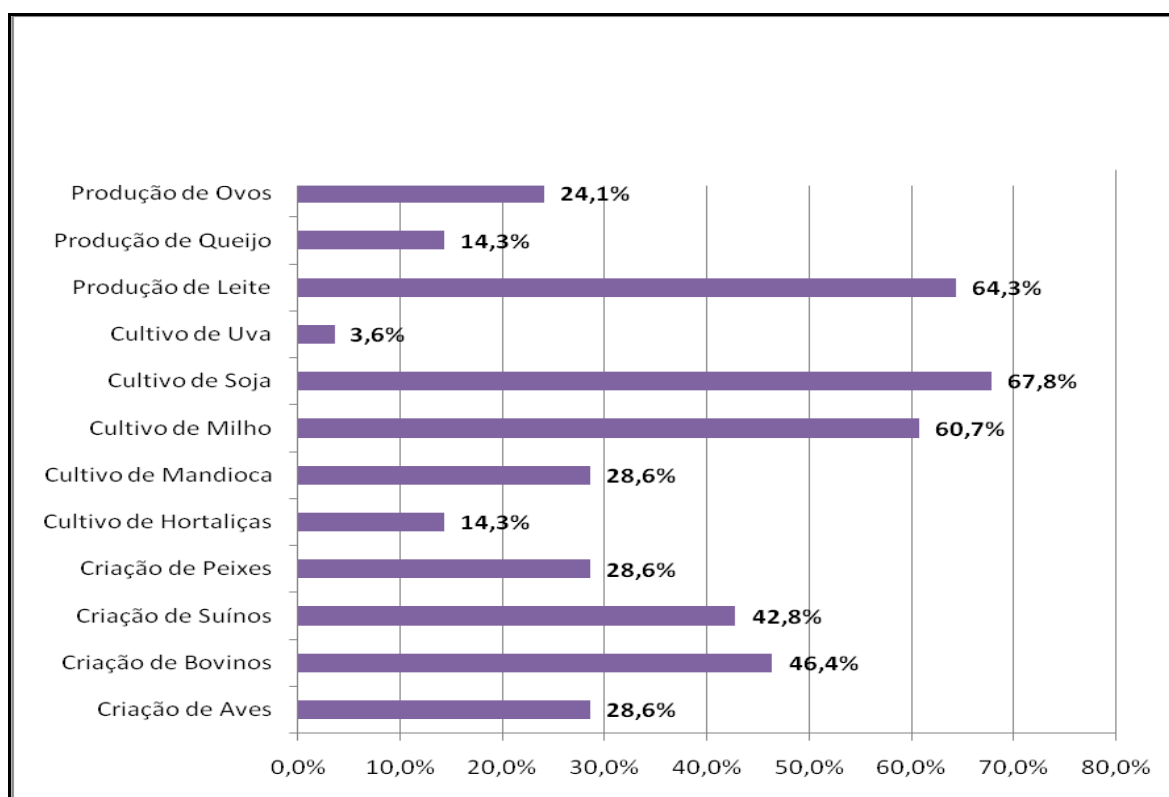


Gráfico 9: Produção Agropecuária nos estabelecimentos em que o filho do proprietário de terras reside na zona rural – Colégio Agrícola de Toledo – PR (2014)

Fonte: Organizado pelo autor.

As pequenas propriedades agrícolas da Mesorregião Oeste do Paraná em sua maioria, são policultoras. Geralmente consorciavam várias atividades como: pecuária leiteira, lavouras temporárias e avicultura, ou suinocultura, piscicultura e lavouras temporárias, ou horticultura e pecuária leiteira. Essa dinâmica agrícola da unidade de produção familiar depende da oferta de sua própria mão de obra. A esse respeito, Chayanov (1981, p. 138-139), havia observado que a racionalidade da unidade de produção familiar pode ser expressa no “... grau de auto-exploração [que] é determinado por um peculiar equilíbrio entre a satisfação das necessidades da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho”. Dentro dessa concepção, a lógica da reprodução da pequena propriedade está relacionada à relação balanço – consumo, ou seja, auto-exploração do trabalho visando à satisfação e a melhoria do bem-estar da família. A diferenciação social aconteceria pela pressão demográfica (diferenciação demográfica), quando as condições de auto-exploração do trabalho não fossem mais capazes de satisfazer as necessidades dos integrantes da família, assim uma parcela da população teria que migrar em busca de mais terras.

Essa situação se verifica, guardadas as suas peculiaridades no tempo e no espaço, na Mesorregião Oeste do Paraná, onde as famílias rurais são cada vez menores e as atividades produtivas exigem um alto grau de exploração do trabalho da própria família, que procura estratégias para garantir a sua reprodução no campo.

Os cursos de Técnico em Agropecuária ofertados pelos Colégios Agrícolas de Foz do Iguaçu, Toledo e Palotina, funcionam integrados ao Ensino Médio²⁷, com aulas teóricas e práticas, no período matutino e vespertino. Nesse formato, os estudantes, filhos de pequenos agricultores, precisam ser liberados de suas funções/tarefas que a pequena propriedade agrícola policultora demanda, para que possam frequentar as aulas.

Em nossa análise, o predomínio de estudantes urbanos nos colégios agrícolas numa região que concentra pequena propriedade pode ser fruto do sistema de ensino integrado, que atua como um obstáculo à entrada de filhos de pequenos agricultores, estes tão necessários para a reprodução social na pequena propriedade agrícola. A flexibilização da duração do curso de três (3) anos integral para quatro (4) anos em tempo parcial, poderia ser um estímulo para o ingresso dos jovens agricultores oriundos da pequena propriedade.

²⁷ A Grade curricular contempla as disciplinas do Ensino Regular: Arte, Biologia, Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, História, Inglês, Língua Portuguesa, Matemática, Química, Sociologia; e as disciplinas voltadas para a formação Técnica: Administração e Extensão Rural, Agroindústria, Agroecologia, Horticultura, Infraestrutura Rural, Produção Animal, Produção Vegetal, Solos e o Estágio Supervisionado.

Os Colégios Agrícolas da Mesorregião Oeste se inserem no contexto da moderna agricultura tendo como base o modelo exportador. Como já enfatizado na pesquisa, a região é grande exportadora de soja, frangos e suínos, além de ser uma grande produtora de milho e de leite para o mercado interno.

O gráfico 10 traz informações referentes às perspectivas futuras dos estudantes do Colégio Agrícola de Toledo. O gráfico não é apresentado em porcentagem porque dos 88 questionários, 12 tiveram duas marcações, totalizando 100 respostas.

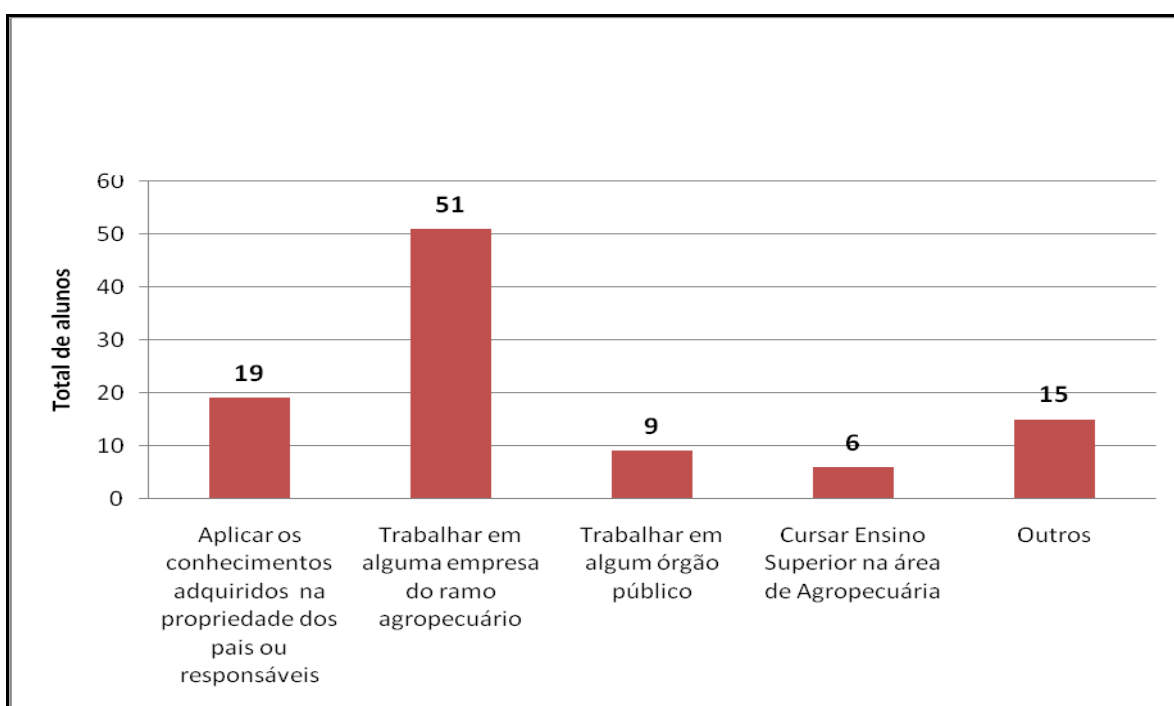


Gráfico 10: Perspectivas futuras dos alunos do Colégio Agrícola de Toledo – PR, após concluírem o Curso de Técnico em Agropecuária – 2014

Fonte: Organizado pelo autor.

Basicamente metade dos estudantes do Colégio Agrícola de Toledo, depois de formado como Técnico em Agropecuária pretende trabalhar em alguma empresa do ramo agropecuário. Entre os estudantes urbanos essa preferência é maior, já que o vínculo com a terra está relacionado em geral com o mercado de trabalho.

Selecionamos algumas passagens escritas pelos estudantes no questionário referentes à motivação em estudar no Colégio Agrícola e o conteúdo ensinado. Seguem-se as passagens na página 106:

Estudantes urbanos

“Abrir novas possibilidades de conhecimento...”. “O aprendizado além de ter a base curricular comum tem as específicas que encaminham o formando para um bom mercado de trabalho” (Questionário 52)

“A busca por conhecimento mais aprofundado sobre a atividade agropecuária e melhores condições, tanto para o mercado de trabalho como para auxiliar em um curso superior”. “A grande vantagem que pode ser percebida é o grande número de técnicos que saem empregados e que se destacam em um nível superior”. (Questionário 39)

“Um futuro profissionalizante e uma qualidade melhor de ensino”. “Por possuir um período integral...” (Questionário 29)

“Pelo interesse na pecuária, pois pretendo cursar Medicina Veterinária”. “Tem melhor aprendizagem e a pessoa já sai podendo trabalhar como técnico”. (Questionário 24)

Estudantes rurais

“O aprendizado contribui na propriedade da família”. “No Colégio Agrícola as matérias são mais específicas e o estudante sai com a profissão de Técnico em Agropecuária”. (Questionário 4)

“Ter conhecimentos aprofundados sobre agricultura para melhorar a administração da propriedade da família”. “O ensino é mais forte e as matérias tem relação com a agricultura”. (Questionário 11)

“Sempre morei em sítio e sempre tive muito contato com veterinário e sempre gostei disso..” “Quero fazer Medicina Veterinária (...) aprendemos muitas coisas que nos outros colégios não tem”. (Questionário 35)

“Obter maiores informações sobre o campo, adquirir conhecimento com profissionais capacitados, para posteriormente aplicá-los na propriedade”. “Além de ter conhecimentos de base nacional comum, também saímos com formação na área de agricultura e pecuária”. (Questionário 51)

No confronto entre as passagens dos estudantes existem espaços de distanciamento e de aproximação. Os estudantes da zona rural colocam a questão da relação do conteúdo

ensinado com o seu espaço vivido, da realidade experimentada, destacando a importância do contexto em que se educa. Os estudantes da zona urbana estão preocupados com a qualificação profissional e o conseqüente ingresso no mercado de trabalho. A continuação dos estudos é um elemento de aproximação entre os estudantes do espaço urbano e da zona rural. Ambos os segmentos demonstraram no questionário interesse em cursar educação de nível superior em ciências agrárias (Agronomia e Medicina Veterinária principalmente), opção que retrata as exigências do mundo moderno e o novo contexto em que os jovens estão inseridos, o da necessidade de domínio de conhecimento mais aprofundado sobre as novas formas de se produzir no espaço agrário.

O predomínio de estudantes urbanos nos colégios agrícolas da mesorregião Oeste do Paraná demonstra que a demanda econômica é mais importante do que a social para a política educacional. O mundo rural vivido e experimentado pelos jovens, em geral filhos de pequenos proprietários de terras, continua sendo algo periférico e pouco relevante na elaboração das políticas públicas, que ainda vislumbram o transporte escolar como instrumento de igualdade de acesso aos conhecimentos necessários para a formação do cidadão.

Embora não tenha sido reconhecido, Sud Mennucci foi o primeiro teórico brasileiro a se preocupar com o meio em que o estudante está inserido e também, um dos poucos teóricos a criticar o sistema educacional brasileiro, ao demonstrar que o mesmo era incapaz de perceber a diversidade regional do país.

A homogeneização das políticas públicas conduziu a uma formação urbana num contexto em que o Brasil ainda era um país rural, deixando a população da zona rural num plano secundário. Todavia, como demonstramos no capítulo um (1), a educação relacionada ao mundo rural não foi relegada, mas sim ministrada no espaço urbano, mediante o florescimento de cursos de Agronomia, Veterinária e também do Ensino Técnico Agrícola e Agropecuário.

No caso da Mesorregião Oeste – PR, espaço de formação recente, os cursos de Técnico em Agropecuária dos Colégios Agrícolas surgiram no espaço rural. O Colégio Agrícola de Foz do Iguaçu foi tragado pela expansão da malha urbana da cidade, em que hoje é um espaço estranho em relação à funcionalidade do espaço regional. A manutenção do Colégio Agrícola na localidade deve ser entendida a partir da lógica da demanda regional econômica, que é cumprida, ou seja, a formação de Técnicos em Agropecuária.

Os Colégios Agrícolas de Toledo e de Palotina, nascidos pelo poder público municipal, pela iniciativa privada e reivindicação da população rural, acompanharam o desenvolvimento da agropecuária regional, sendo mais tarde (2003 e 2006) estadualizados. Desde 2004 por meio do Decreto federal 5.154/04, puderam ser contemplados pela política educacional, a qual introduziu o Ensino Médio Integrado com o Ensino Profissionalizante. Na presente pesquisa, partimos do pressuposto que essa modalidade de ensino dificulta a entrada de estudantes oriundas da pequena propriedade agrícola, já que a mesma se debate constantemente na busca de estratégias que lhe garanta a sua reprodução no campo.

A formação do Técnico em Agropecuária continua sendo indispensável para o modelo de desenvolvimento da Mesorregião Oeste do Paraná, que está fortemente ancorado na moderna agricultura e na indústria de carnes, ambas as atividades, voltadas principalmente para a exportação de alimentos. Neste sentido, os Colégios Agrícolas atendem a sua prioridade enquanto modalidade da Educação Rural, ou seja, a formação de recursos humanos.

Os dados levantados até o momento demonstram uma relação muito estreita entre política educacional, agricultura de exportação e a indústria alimentícia, relação esta, que deve ser pensada a partir de um contexto mais amplo e de suas articulações com as escalas geográficas: local-regional, regional-nacional e regional-mundial. Aprofundaremos essa discussão no capítulo 4, momento em que analisamos o espaço agrário regional.

4. O ESPAÇO AGRÁRIO DA MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ: AGRICULTURA, INDÚSTRIA E POLÍTICA EDUCACIONAL

A expansão das atividades agrícolas e industriais acarretou transformações na organização do espaço regional. A instalação de indústrias de carnes produz impactos no processo de urbanização, gerando desdobramentos na dinâmica produtiva do espaço agrário e também direciona as políticas educacionais para o setor produtivo da agroindústria.

A produção agrícola e sua crescente incorporação pela indústria também gera modificações no perfil profissional. As escolas rurais extintas e os novos cursos técnicos e superiores voltados para agricultura e agroindústria são as faces de um modelo de desenvolvimento econômico regional.

Busca-se neste capítulo demonstrar essas tramas que vão configurando o espaço geográfico da Mesorregião Oeste do Paraná.

4.1 Os tipos de exploração agrícola e o uso do solo

O avanço da média e da grande propriedade se dá nas áreas onde estão localizados os melhores solos, conseqüentemente, áreas de menor declividade, no caso da Mesorregião, as manchas de latossolo²⁸, que ocupam áreas relevantes nos municípios de Cascavel, Corbélia, Toledo, Céu Azul e Palotina. Essas áreas apresentam os solos mais propícios à mecanização agrícola associada à fertilidade natural, possibilitando rendimentos superiores à média regional²⁹.

²⁸ Os latossolos da mesorregião Oeste apresentam alto teor de argila o que lhes conferem baixo grau de erosão e alta produtividade agrícola.

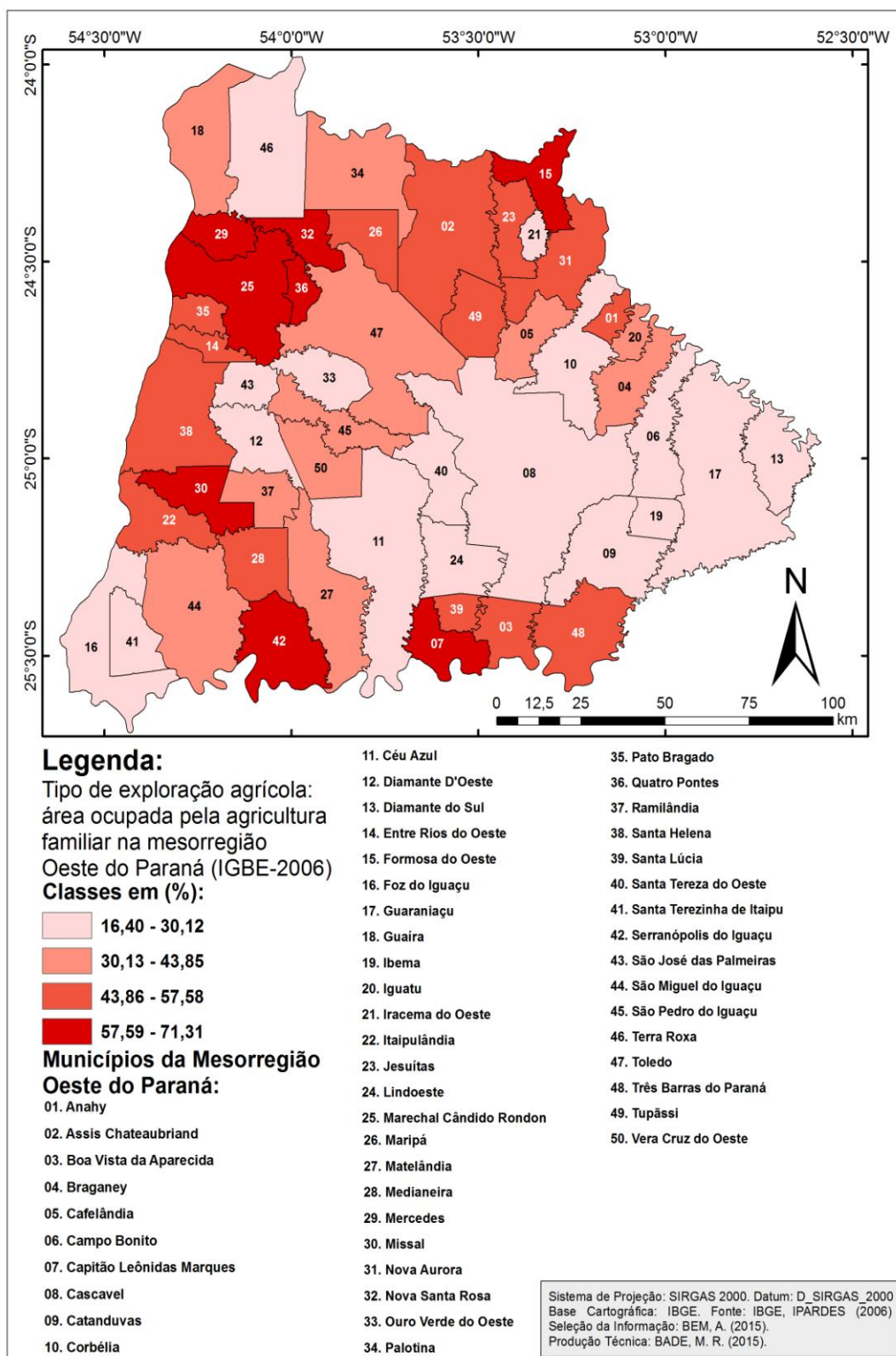
²⁹ Conforme dados da SEAB/DERAL do Paraná referentes a safra de 2009/2010, o Núcleo Regional de Cascavel possui a maior produtividade de soja do Paraná com média de 3,350 toneladas por hectare. Essa classificação de núcleos não obedece à divisão geográfica do Paraná em micro e mesorregiões do IBGE. O Núcleo Regional de

Nas áreas onde predomina a pequena propriedade agrícola, como é o caso de Capitão Leônidas Marques, Mercedes, Missal, Nova Santa Rosa, Matelândia, há presença do latossolo com ocorrência também de solos mais jovens, menos desenvolvidos como os cambissolos e os nitossolos, estes apresentando terrenos com detritos de rochas. Vale ressaltar que nesses lugares supracitados o sistema de pequena propriedade agrícola teve origem na colonização privada das terras. Já em lugares com características naturais similares, como é o caso de Diamante do Oeste, São Pedro do Iguçu e Vera Cruz do Oeste, essas terras foram destinadas a grande propriedade agrícola, tendo como uso do solo a pecuária extensiva de corte.

O mapa da página seguinte demonstra que a área ocupada pela agricultura familiar na Mesorregião Oeste do Paraná é bem representativa. Em municípios como Capitão Leônidas Marques, Missal, Marechal Cândido Rondon, Serranópolis do Iguçu, Mercedes, Nova Santa Rosa, Quatro Pontes e Formosa do Oeste a exploração familiar ocupa mais de 57,59% da área agricultável. No município de Cascavel e suas proximidades geográficas, a exploração familiar é menos representativa, ocupando um espaço agrícola total entre 16,40 a 30,12%.

Cascavel abrange as microrregiões de Cascavel e Foz do Iguçu. A produtividade média do município de Cascavel é superior a esse valor citado, de acordo com dados levantados pela CNA na safra 2010/2011, a média por hectare em Cascavel chegou a 3,471 toneladas.

Mapa 10: Área ocupada pela agricultura familiar na mesorregião Oeste do Paraná



O último censo agropecuário do IBGE realizado em 2006 demonstra que as propriedades com menos de 100 hectares na região Oeste do Paraná registraram um total de

128.399 pessoas ocupadas. O extrato de área de 100 até 1000 hectares emprega apenas 16.491 pessoas. Na classificação de tamanho de propriedades do módulo fiscal para a região Oeste, minifúndio equivale a menos de 18 ou 20 hectares; a pequena propriedade varia de 18 até 80 hectares; a média propriedade de 80 até 300 hectares e a grande, acima de 300 hectares.

Apesar da pequena propriedade concentrar o maior contingente de pessoal ocupado no campo na Mesorregião, ela ocupa a menor porção da área. O gráfico abaixo apresenta os dados de ocupação da área nas Microrregiões do Oeste segundo os segmentos: agricultura familiar e agricultura não-familiar, e este último segmento geralmente concentra as médias e grandes propriedades rurais.

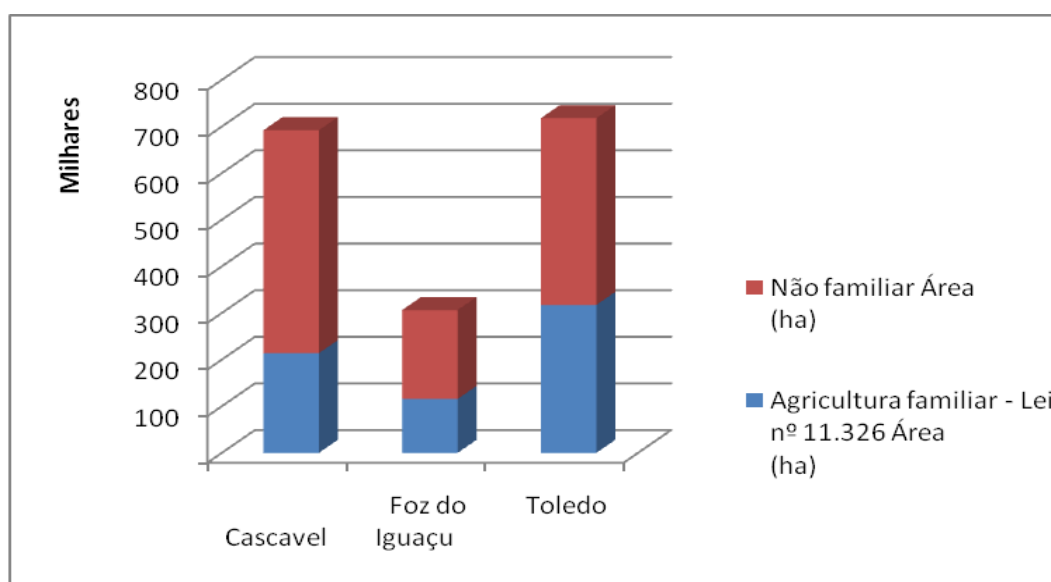


Gráfico 11: Área ocupada em hectares nas Microrregiões do Oeste do Paraná, segundo o tipo de exploração. (IBGE, 2006)

Organizado pelo autor.

Das 3 Microrregiões que compõem a Mesorregião Oeste do Paraná, Cascavel e Toledo são aquelas que se destacam em relação ao tamanho da área ocupada e à produção agropecuária. Entretanto, em ambas as microrregiões há predominância da área ocupada pela agricultura patronal, embora o total de estabelecimentos seja maior no segmento da agricultura familiar. Apesar da área total de terras ser menor na Microrregião de Foz do Iguaçu, nela se localizam municípios com grande representatividade agropecuária; é o caso de Medianeira, Matelândia e São Miguel do Iguaçu.

A concentração de terras tem relação direta com o processo de mecanização da agricultura, com o crescente cultivo das monoculturas de exportação. Neste sentido, o uso do solo é condicionado para as lavouras temporárias, como se observa no gráfico 12.

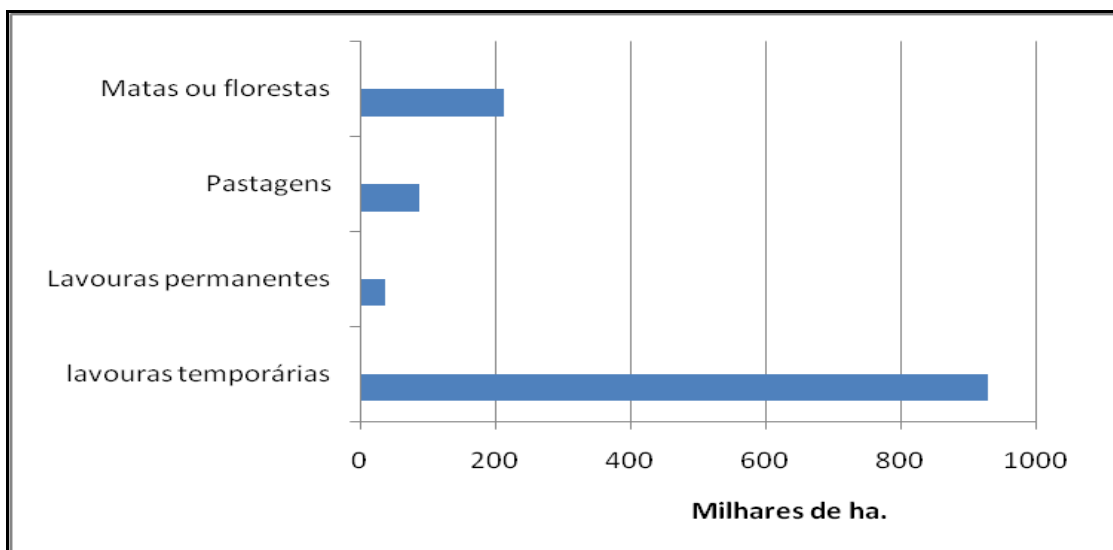


Gráfico 12: Utilização das terras nos estabelecimentos da Mesorregião Oeste do Paraná. (IBGE, 2006)

Organizado pelo autor.

Os dados do censo agropecuário de 2006 do IBGE registraram 928.971 hectares de terras utilizadas para as lavouras temporárias na Mesorregião. Ocorre nessa área uma especialização do território voltada para a produção de alimentos tanto para o mercado internacional como para o nacional. A tabela 15 traz dados comparativos entre as Mesorregiões do Paraná.

Tabela 15: Comparativo de produção agropecuária – Mesorregião Oeste em relação às demais Mesorregiões do Paraná (2012)

Mesorregiões e o Paraná	Produtos agropecuários selecionados				
	Soja (em toneladas)	Milho (em toneladas)	Rebanho de aves (Galos, frangos, pintos)	Rebanho de Suínos	Leite (mil litros)
Oeste	1.774.532	4.099.341	69.039.490	2.602.299	974.993
Centro Ocidental	1.496.872	1.960.743	11.616.463	118.884	140.966
Centro Oriental	1.514.307	1.213.685	10.675.130	576.821	550.359
Centro Sul	1.197.309	1.245.157	2.654.627	366.101	439.886
Metropolitana	232.659	981.504	9.876.693	169.738	85.076
Noroeste	310.786	604.388	32.794.690	110.501	351.434
Norte Central	1.971.571	3.036.871	42.617.869	302.904	222.253
Norte Pioneiro	1.014.914	1.811.664	17.656.69	163.032	203.341
Sudeste	738.761	776.366	2.343.430	300.217	85.727
Sudoeste	686.185	825.611	33.479.388	808.430	914.472
Total Paraná	10.937.896	16.555.330	232.754.476	5.518.927	3.968.506

Fonte: IBGE- Sidra 2012. Organizado pelo autor.

Os dados da tabela 15 demonstram o volume da atividade agropecuária da Mesorregião Oeste em relação às demais mesorregiões (nove) do Paraná. A Mesorregião Oeste é maior produtora de milho, de suínos, de aves e de leite do Estado. Já na produção de soja ocupa o segundo posto.

No setor agrícola destaca-se a produção de soja e de milho e no setor pecuário, frangos, suínos e leite. Os principais produtos destinados para a exportação são a soja e seus derivados, frangos e suínos. O milho abastece a própria cadeia produtiva interna, ou seja, é a principal matéria-prima da ração para a produção de frangos e suínos. Já a produção de leite é destinada ao mercado interno.

Devido à boa qualidade do solo, em geral apresentando um grande teor de argila associado ao clima subtropical, ocorre na região uma grande variedade de cultivos, embora não dominante na paisagem rural; esse é o caso da mandioca, trigo, aveia, feijão, algodão, tomate, café, abacaxi, fumo, entre outros.

Os cultivos e a produção agropecuária se organizam de acordo com a forma de exploração do solo, como se observa no gráfico 13.

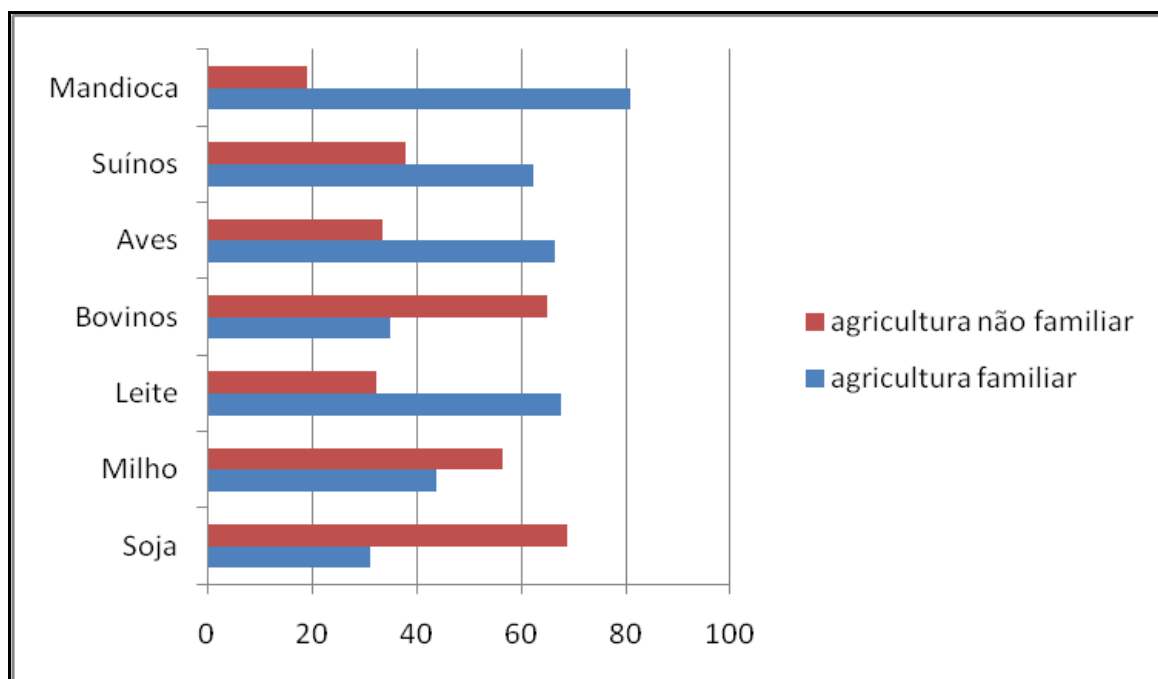


Gráfico 13: Produção segundo o tipo de exploração agrícola na Mesorregião Oeste-PR (IBGE, 2006)

Organizado pelo autor.

Embora os dois segmentos sociais sejam representativos tanto na pecuária quanto na agricultura, nas médias e grandes propriedades predomina a produção de soja e de bovinos. A produção de soja exige grandes investimentos na mecanização e adubação do solo. A produção do bovino pode cumprir dois papéis: o de produção intensiva para a exportação e o de produção extensiva, em que a terra é utilizada como reserva de valor e especulação.

A agricultura familiar presente de forma mais significativa no extrato de área da pequena propriedade concentra as atividades na produção de mandioca, suínos, aves e leite. A mandioca e o milho têm diversos usos nas pequenas propriedades; além da comercialização direta, elas servem para a subsistência da família e para o trato dos animais. Devido à lógica econômica dominante, o cultivo de soja também está presente nas pequenas propriedades.

A participação da agricultura familiar na produção de suínos e aves ocorre pela integração com as indústrias de carnes, geralmente cooperativas de capitais da própria região. Do total de 5.384 integrados na produção de aves, 4.630 possuem menos que 50 hectares de área. Já na integração de suínos, do total de 4.368 integrados, 3.838 são agricultores que possuem menos de 50 hectares. (IBGE, 2006). Este dado demonstra que a maior parte dos produtores rurais integrados com a indústria de carnes são pequenos e médios proprietários de terras.

A integração tem sido uma das saídas encontradas pelos pequenos agricultores e minifundiários para continuarem no campo. Além da integração, surgem formas alternativas de reprodução da pequena agricultura, onde parcela destes agricultores fabrica queijos, doces, compotas que, junto com a produção de leite, hortaliças e mandioca, são comercializados geralmente nas casas, feiras e mercearias locais (BEM, 2010).

Uma porção reduzida desenvolve a agricultura orgânica, principalmente no município de Marechal Cândido Rondon, onde existe uma organização não governamental, o CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, ligado à Igreja Luterana que procura auxiliar, orientar e estimular a produção saudável de alimentos³⁰.

A seguir, tratamos a agricultura num contexto amplo, ou seja, de sua integração com a economia global.

4.2 Reestruturação produtiva do capital e agroindústria na Mesorregião Oeste

A Mesorregião apresenta uma peculiaridade na forma da integração agricultura-indústria, que é o domínio de agroindústrias cooperativas, que como destacado, surgiram nas décadas de 1960 e 70, como forma de viabilização da integração da agricultura ao capital internacional, mediante a mecanização agrícola e o conseqüente aumento do consumo de insumos agrícolas.

A base histórica da colonização de terras da Mesorregião em pequenas propriedades agrícolas, se por um lado dificultou o processo de mecanização do solo nos anos de 1960 e 1970, de outro lado foi viabilizado pela experiência dos agricultores provindos do Rio Grande do Sul que tinham trabalhado no cultivo da soja (IPARDES, 2008). Este sistema de pequenas propriedades também serviu como fator produtivo para o desenvolvimento da indústria de carnes, fato similar ao que aconteceu no Oeste catarinense nos anos de 1950.

A década de 1970 representou profundas transformações na dinâmica produtiva do espaço agrário da Mesorregião. A policultura muito presente nas paisagens agrárias da época, com presença de algodão, amendoim, feijão, batata-doce, milho, criação de porcos e galinhas

³⁰ “O Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, entidade não governamental que nasce da ação social da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB, passa a atuar no Oeste do Paraná na segunda metade da década de 1990, e torna-se um parceiro dos pequenos agricultores que resistiram ao cerco da modernização...” (VANDERLINDE, 2002, p. 136)

soltos no pátio, passaram a dar lugar num primeiro momento às lavouras temporárias de trigo e de soja, e atualmente, de milho e soja.

De acordo com o IPARDES (2008, p.34) a articulação agropecuária da Mesorregião com a escala internacional foi se desenhando desde a década de 1960, passando por sucessivos processos de integração, condicionando a especialização do setor. “O processo de especialização da agropecuária da [região Oeste] está articulado à expansão dos mercados mundiais de soja, milho e de carnes, e às transformações e avanços tecnológicos nas técnicas de produção desses produtos primários”.

Atualmente na região Oeste ocorre a “integração entre os processos produtivos, onde as cadeias de frango e de suínos geram a demanda para milho e soja, criando assim um ciclo virtuoso” (SEAB, 2012, p. 23). O gráfico abaixo deixa nítida essa integração da produção agropecuária da Mesorregião.

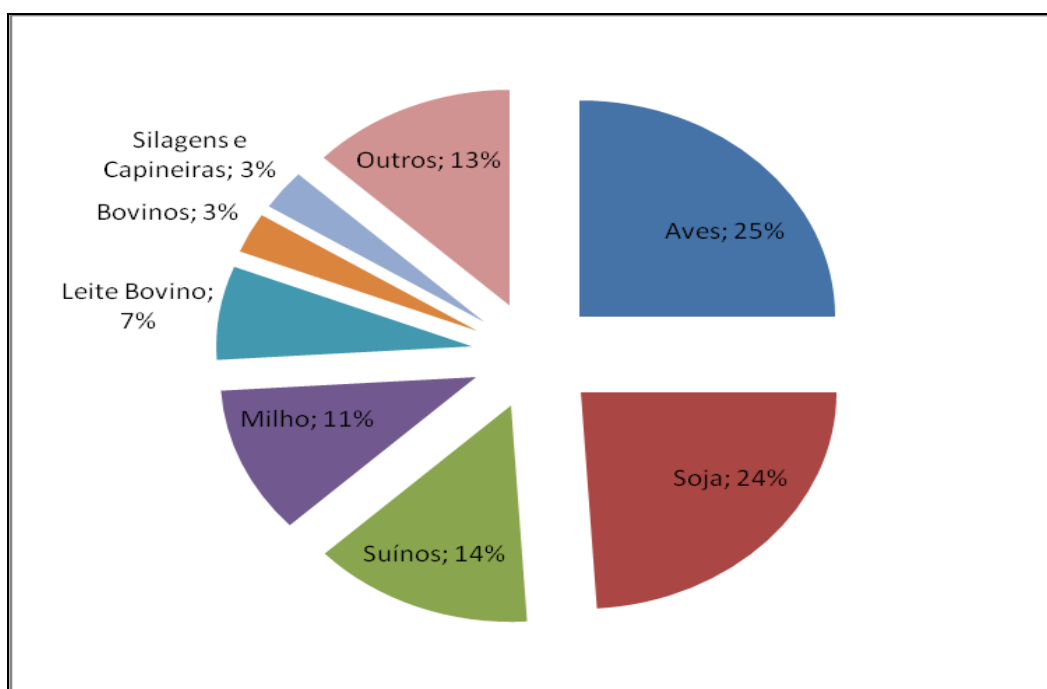
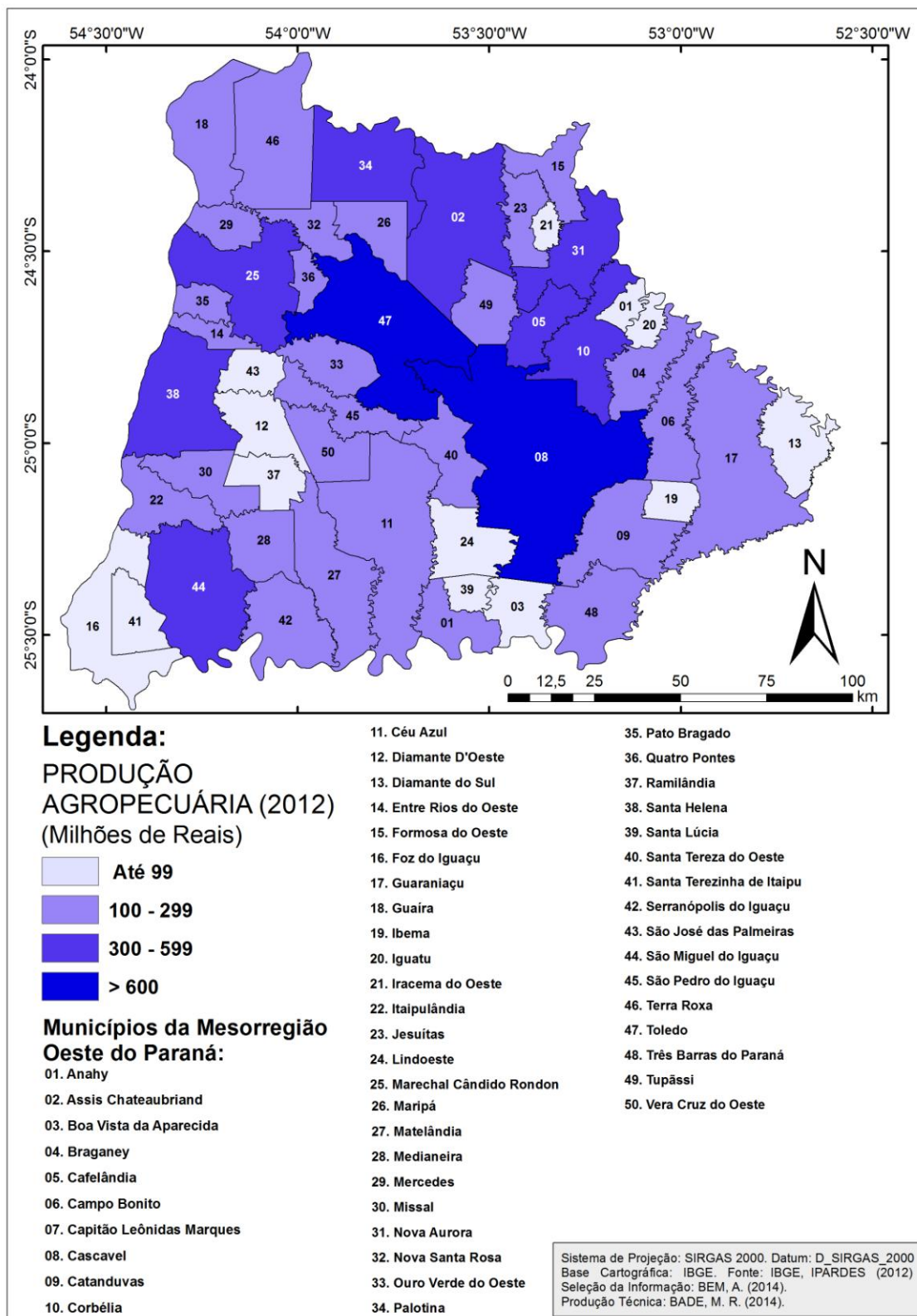


Gráfico 14: Mesorregião Oeste: Valor Bruto da Produção Agropecuária por produto (2011)

Fonte: SEAB, 2012. Organizado pelo autor.

Com exceção de Foz do Iguaçu, os municípios da mesorregião têm sua economia vinculada à agropecuária. Toledo e Cascavel estão entre os maiores PIB agropecuários do Paraná. Nos outros municípios o setor agropecuário também é representativo, conforme se observa no mapa a seguir.

Mapa 11: PIB agropecuário dos municípios da Mesorregião Oeste do Paraná (2012)



O município de Toledo registrou em 2012 o maior PIB agropecuário do Paraná totalizando 1,1 bilhões de reais. Merece destaque ainda Cascavel com 883 milhões, Marechal

Cândido Rondon com 541 milhões, Assis Chateaubriand e Palotina com 450 milhões de reais. Em outros municípios com pouca tradição agrícola, o PIB agropecuário é modesto; a exemplo: Foz do Iguaçu com 53 milhões, Diamante do Sul com 41 milhões e Iracema do Oeste com 37 milhões de reais, o menor da mesorregião Oeste do Paraná.

Essa riqueza gerada pela agropecuária tem relação direta com as cooperativas agroindustriais da região Oeste, que estão entre as maiores empresas exportadoras do Paraná, competindo com outros segmentos da economia do Estado. A tabela 16 apresenta alguns dados referentes às exportações no período de janeiro a março de 2014.

Tabela 16: Valor das exportações de empresas selecionadas do setor do agronegócio da Mesorregião Oeste do Paraná (2014)

Posição	Empresa	Valor exportado em US\$ (Jan/Mar) 2014	Participação % no total das exportações do Paraná
1	BRF S.A	224.466.106	6,06
10	C.VALE	62.203.464	1,68
13	COPACOL	49.590.325	1,34
19	LAR	38.320.327	1,03
31	COOPAVEL	22.982.414	0,62
39	COPAGRIL	19.200.732	0,52

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior. Organizado pelo autor.

A BRF S.A possui outros parques industriais espalhados pelo território paranaense. As demais empresas selecionadas na tabela acima concentram a maior parte de suas atividades econômicas na região Oeste do Paraná. O processamento de carnes (aves e suínos) e a soja in natura respondem pela maior fatia do montante das exportações dessas empresas.

Na Mesorregião Oeste, com exceção da instalação da SADIA (atual BRF) em Toledo desde 1960, o desenvolvimento da indústria de carnes, em especial a de aves, é um processo recente que se intensifica na década de 1990.

Para Belik (1994), a reestruturação produtiva do capital na indústria alimentar ocorreu a partir da década de 1970, com a introdução da informática e das biotecnologias. O Just-in-time da produção no setor agroindustrial passou a ser incorporado de forma mais intensa nos EUA na década de 1980, resultando no aumento do número de produtos da indústria alimentar norte-americana de 800 para 10.000 produtos. (BELIK, 1994)

Cabe ressaltar que até 1970 predominava o regime fordista de produção. No Brasil, o período de 1960-70, foi marcado pela formação e consolidação das agroindústrias com financiamento e subsídios estatais, dado empírico manifestado na mesorregião Oeste do Paraná pela instalação de uma indústria da Sadia em Toledo e pelo surgimento das cooperativas.

No caso específico da indústria de carne de frango no Brasil, Espíndola (2012), identifica a primeira fase da produção com a importação de matrizes selecionadas na década de 1940. Todavia, é a partir dos anos de 1980 e inícios da década de 1990 que ocorre um processo de modernização das agroindústrias brasileiras de carnes. Nesse contexto:

...as empresas intensificaram a instalação de equipamentos automatizados (abate, desossa, processamento, resfriamento, congelamento, embutimento); estimularam a absorção de novos insumos químicos nos processos de mistura e maturação; implantaram técnicas de melhoramento genético que alteraram as etapas de alimentação, manejo e processamento industrial; introduziram novos equipamentos nas áreas de recepção da matéria-prima e novas técnicas de alimentação animal; instalaram novas técnicas de acondicionamento e conservação dos produtos e criaram uma gama de produtos altamente diferenciados entre si. (ESPÍNDOLA, 2005, p.8)

As indústrias de carne de frango da Mesorregião Oeste do Paraná surgiram nesse contexto de modernização da avicultura industrial brasileira. A tabela abaixo demonstra esse processo recente de criação.

Tabela 17: Agroindústria e implantação de unidade industrial de Aves na Mesorregião Oeste do Paraná (2015)

Ano de fundação	Empresas selecionadas	Implantação da indústria de aves	Local
1963	COPACOL	1982	Cafelândia
1970	COOPAVEL	1996	Cascavel
1963	C.VALE	1997	Palotina
1964	LAR	1999	Matelândia
1970	COPAGRIL	2005	Marechal Cdo. Rondon

Fonte: Organizado pelo autor.

Belusso e Hespanhol (2010, p. 45), em pesquisa na região Oeste do Paraná, constataram que parte considerável dos avicultores exercia profissões liberais: “... uma

parcela de avicultores pesquisados (31%) exerce profissão liberal (farmacêutico, fotógrafo, engenheiro agrônomo etc.) ou dono de padaria, por exemplo, que visualizaram a implantação de aviários como um investimento rentável”. Os autores destacaram ainda a presença de aviários instalados em pequenas, grandes e médias propriedades. Essa questão havia sido destacada também por Espíndola (2005), quando analisou a expansão da agroindústria de frango no Mato Grosso, demonstrando que o novo perfil de agricultor integrado é aquele dispõem de grandes quantidades de capital a ser investido na produção, pois os custos dos aviários climatizados e automáticos são elevados.

No caso da Mesorregião Oeste do Paraná, a integração com as cooperativas é a principal forma de obtenção de financiamento para a construção de aviários, geralmente realizado no Banco do Brasil. Embora o custo seja oneroso, cerca de 300.000,00 R\$, existe uma demanda mundial grande pela carne de frango, fazendo com que as cooperativas busquem pequenos e médios agricultores que estejam dispostos em investir na avicultura.

A paisagem rural da Mesorregião Oeste do Paraná vai sendo moldada por essas conjunturas econômicas da reestruturação do capital e seus impactos na agropecuária, essa característica de modificação da paisagem agrícola era enfatizada por Pierre George no livro *Geografia Rural*, edição publicada no Brasil em 1982.

As lavouras temporárias de milho e soja nas áreas mais planas e a presença da pecuária leiteira nas áreas com topografia acidentada, vão sendo pontilhadas pela presença de granjas de suínos e dos aviários.

A configuração da paisagem rural é comandada pelo ritmo dominante da agroindústria, que avança por todos os cantos da Mesorregião Oeste do Paraná. As manchas de café existentes ainda em Jesuítas, testemunhas de outro tempo, vão dando lugar para o avanço das lavouras temporárias e a instalação de aviários. Em 2012, a COPACOL inaugurou no referido município uma moderna indústria de rações.

4.3 A especialização da região e a política educacional

As cidades de Cascavel e Toledo concentram os serviços e atividades relacionadas às formas e técnicas de se produzir no campo. Elas polarizam as demais cidades da Mesorregião e dão o tom da funcionalidade espacial, esta articulada pela lógica da produção de alimentos

em escala mundial. A exceção à regra fica por conta dos municípios que não são dependentes estritamente da agropecuária, este é o caso de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu considerada como sua cidade dormitório, e por último, Guaíra, influenciada pelo turismo de compras de Salto Del Guairá no Paraguai.

As variações econômicas regionais, salvo as exceções dos municípios supracitados, são interdependentes da produção agrícola e sua lógica internacional e nacional. As crises locais ocorrem pela depreciação dos preços dos produtos agropecuários, que pode ser ocasionada por diversos fatores: perda de mercados internacionais, problema de sanidade dos animais, super safras em lugares concorrentes, entre outros.

A indústria de carnes diminui a taxa de desemprego regional e faz crescer as migrações pendulares. Os pequenos municípios próximos às indústrias de carnes possuem considerável taxa de população ocupada na indústria de transformação. Nas áreas mais deprimidas e longínquas, como São José das Palmeiras, Ramilândia e Diamante do Oeste, os trabalhadores são transportados até os frigoríficos de ônibus, que é contratado pelas Cooperativas Agroindustriais.

Desde 2014, as indústrias de carnes de Marechal Cândido Rondon, Medianeira e de Cascavel³¹ têm recrutado imigrantes haitianos para o trabalho nos frigoríficos. A entrada dos imigrantes amenizou o problema da mão de obra nos frigoríficos. As baixas temperaturas e as tarefas repetitivas no interior da fábrica têm gerado uma grande rotatividade de trabalhadores neste segmento produtivo. É comum na região anúncios em rádios e jornais impressos ofertando vagas de auxiliar de produção nos frigoríficos.

A dinâmica regional corrobora a afirmação de Santos (1994, p.68): nas “regiões agrícolas é o campo que, sobretudo, comanda a vida econômica e industrial do sistema urbano”. O processo de urbanização da Mesorregião Oeste tem sido condicionado pela funcionalidade econômica, na qual a região se especializa na exportação de alimentos.

Para mensurar a urbanização na Mesorregião selecionamos alguns municípios que possuem entre 10.000 e 50.000 habitantes e confrontamos os dados com os da indústria de carnes. Os dados estão expressos na tabela a seguir.

³¹ Segundo dados de pesquisa recente da UNILA, em 2014 a Coopavel e a Globo Aves juntas, receberam 500 imigrantes haitianos para trabalharem nos frigoríficos de abate de frangos. (MARTINS, 2014)

Tabela 18: Grau de urbanização de municípios da Mesorregião Oeste -PR (2010)

Grau de urbanização: Municípios selecionados					
Municípios que possuem indústrias de carnes			Demais municípios		
Município	População total	% urbana	Município	População total	% urbana
Palotina	28.683	85,9	Santa Helena	23.413	53,8
Mal. Cdo. Rondon	46.819	83,6	Missal	10.474	51,8
Cafelândia	14.662	84,2	São Miguel do Iguaçu	25.769	64,0
Medianeira	41.817	89,4	Guaraniaçu	14.582	53,5

Fonte: IBGE. Organizado pelo autor.

Os municípios que possuem maior taxa de urbanização, como é o caso de Palotina, Medianeira, Cafelândia e Marechal Cândido Rondon possuem indústrias de carnes. Já Santa Helena e São Miguel do Iguaçu, mesmo tendo mais de 20 mil habitantes possuem uma taxa de urbanização modesta. Pode-se concluir que em geral, na Mesorregião Oeste a urbanização é comandada pela indústria de carnes e também pela lógica em geral da agroindustrialização. De acordo com Elias (2006) a gestão da agropecuária moderna necessita de espaços urbanos.

É possível identificar várias áreas nas quais a urbanização se deve diretamente à consecução do agronegócio globalizado. Como é notório, a modernização e expansão dessas atividades promovem o processo de urbanização e de crescimento das áreas urbanas, cujos vínculos principais se devem às inter-relações entre campo e cidade. Estas se desenvolvem atreladas às atividades agrícolas e agroindústrias circundantes e dependem em graus diversos, dessas atividades, cuja produção e consumo se dão de forma globalizada. (ELIAS, 2006, p.73)

Neste contexto, Elias (2006) destaca ainda que pode-se utilizar a expressão “cidades do agronegócio”, nos espaços em que a agricultura científica e globalizada determina as formas de produção material e condiciona o processo de urbanização. No caso da Mesorregião Oeste quem polariza as relações da agricultura regional são as cidades de Toledo e Cascavel, que são espaços urbanos que concentram atividades econômicas destinadas ao setor agroindustrial. No município de Cascavel acontece anualmente, no mês de fevereiro, o maior evento do agronegócio regional que é o “Show Rural Coopavel”. Este espaço é

utilizado para divulgar novas tecnologias, técnicas em geral, produtos e serviços, de empresas multinacionais e de pequenas e médias empresas regionais do setor agroindustrial.

O espaço da Mesorregião é concebido como uma região agrícola e não apenas como um espaço rural. Santos (1994, p. 67), destaca muito bem essa questão quando afirma que a:

...região agrícola tem sua unidade devida à inter-relação entre mundo rural e mundo urbano, representando este por cidades que abrigam atividades diretamente relacionadas às atividades agrícolas circundantes e que dependem, segundo graus diversos dessas atividades.

Essa concepção tem implicações diretas na política educacional que foi desenrolando-se historicamente no Brasil e também que se verifica na Mesorregião Oeste do Paraná.

No caso específico da mesorregião em análise, a noção de espaço agrícola traz consequência na implementação de políticas públicas, pois estamos diante de um modelo econômico regional baseado na agroindústria e na exportação de alimentos.

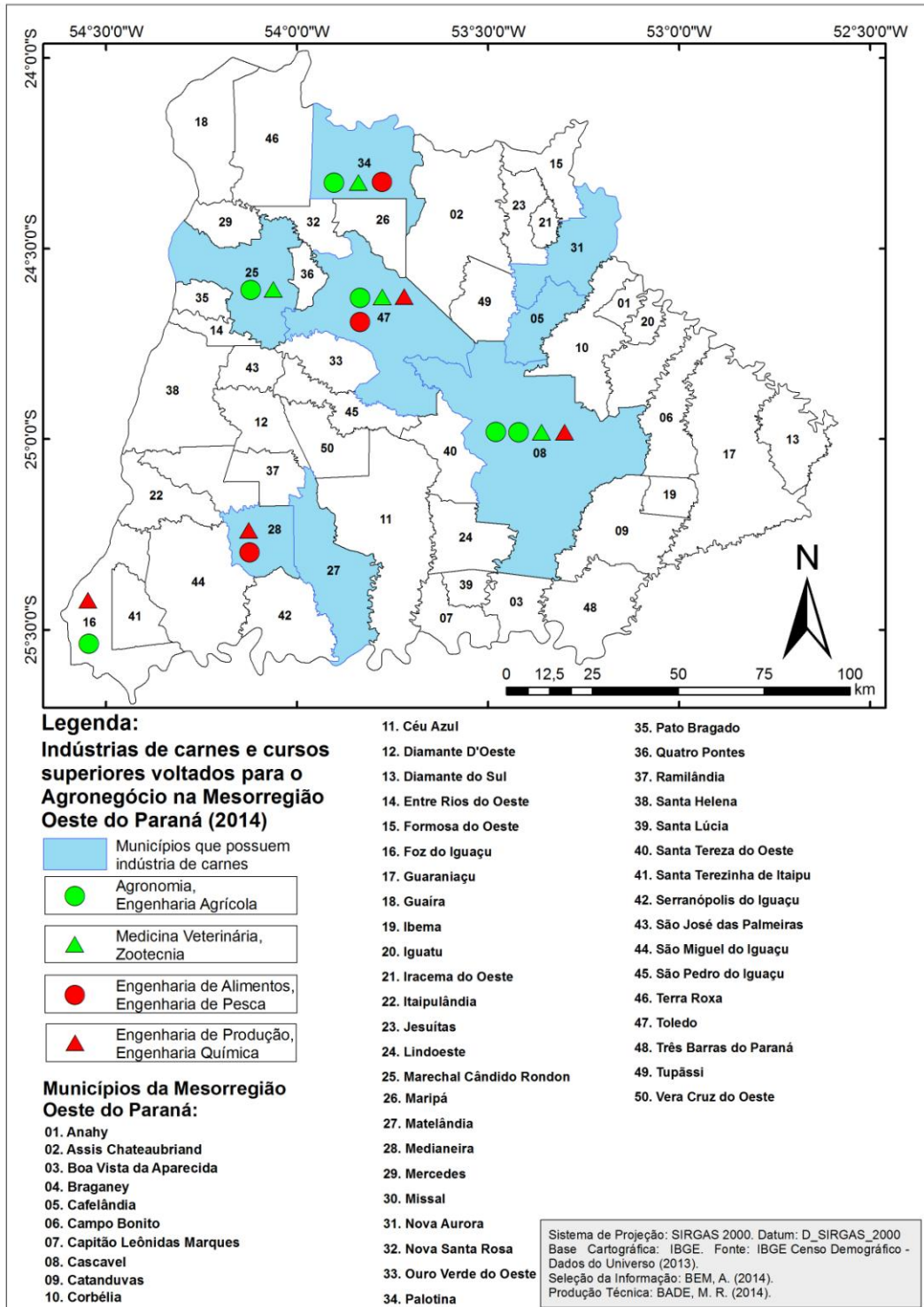
Os pequenos agricultores em grande parte estão integrados a esse sistema. Todavia, o conteúdo social de reprodução da pequena propriedade não recebe a atenção devida, ao contrário, se desprestigiam as relações sociais tecidas no campo em prol de uma racionalidade econômica que tem como lócus o espaço urbano.

Em linhas gerais, o que se observa na mesorregião, é que a agroindústria comanda o espaço agrário, determina o que será produzido e o tempo de produção. Ela também condiciona o processo de urbanização e direciona as políticas educacionais para atender os seus reclames. No jogo das escalas geográficas, a razão global se impõe sobre as condições materiais de existência do local. Esse fato corrobora com a afirmação de Santos (2001, p. 92), ao se referir ao novo cenário da globalização econômica, onde “as áreas agrícolas se transformam agora no lugar da vulnerabilidade”.

Na Mesorregião Oeste do Paraná, a política educacional para o espaço rural é feita no espaço urbano para atender os interesses e anseios da Agroindústria em detrimento das necessidades da Educação Básica e de Nível Técnico que deveria ser destinada aos filhos dos pequenos proprietários de terras.

O mapa a seguir demonstra a estreita relação entre a indústria de carnes e a localização dos cursos superiores na Mesorregião Oeste do Paraná.

Mapa 12: Indústria de carnes e cursos superiores voltados para o Agronegócio na Mesorregião Oeste-PR



Cafelândia e Nova Aurora são os únicos municípios da Mesorregião que possuem indústria de carnes e não foram contemplados com uma infraestrutura pública de Ensino Superior.

Em Foz do Iguaçu surgiram cursos privados voltados para as atividades agroindústrias. Este fato tem relação com a fronteira com o Paraguai, país que necessita de mão-de-obra qualificada para o trabalho nas grandes propriedades e também para a expansão da agroindústria. Como salientado no capítulo anterior, verificou-se uma grande presença de estudantes paraguaios no curso de Técnico em Agropecuária, do Colégio Agrícola do referido município.

Tabela 19: Cursos superiores privados e públicos voltados para o agronegócio na Mesorregião Oeste do Paraná (2014)

Cursos selecionados	Instituição de Ensino Superior	Ensino	Local
Engenharia Agrícola	UNIOESTE	Público	Cascavel
Agronomia	UNIOESTE	Público	Mal. Cdo. Rondon
Agronomia	PUC	Privado	Toledo
Agronomia	UFPR	Público	Palotina
Agronomia	UDC	Privado	Foz do Iguaçu
Agronomia	FAG	Privado	Cascavel
Medicina Veterinária	UFPR	Público	Palotina
Medicina Veterinária	FAG	Privado	Toledo
Medicina Veterinária	PUC	Privado	Cascavel
Zootecnia	UNIOESTE	Público	Mal. Cdo. Rondon
Engenharia de Pesca	UNIOESTE	Público	Toledo
Engenharia de Aquicultura	UFPR	Público	Palotina
Engenharia de Alimentos	UTFPR	Público	Medianeira
Engenharia de Produção	UTFPR	Público	Medianeira
Engenharia de Produção	ANHANGUERA	Privado	Cascavel
Engenharia de Produção	UNIAMÉRICA	Privado	Foz do Iguaçu
Engenharia Química	UNIOESTE	Público	Toledo

Fonte: Organizado pelo autor.

Nota-se na tabela 19 a predominância de cursos superiores públicos na Mesorregião Oeste. Do total de 17 cursos com estreita relação com o agronegócio, apenas 7 são privados, entre os quais dois estão localizados em Foz do Iguaçu.

Os cursos de ciências agrárias em instituições públicas são mais numerosos do que os ofertados pelas instituições particulares de Ensino. Este fato demonstra uma correlação com o comportamento desta área do conhecimento no nível nacional, onde o investimento público é maior do que o privado, como já foi destacado no primeiro capítulo deste trabalho. Como esses cursos são mais onerosos, pois necessitam de uma infraestrutura física com laboratórios de pesquisa, estações experimentais e áreas de cultivo, o investimento privado tem sido mais lento do que o público. O processo de extinção da Escola Rural em marcha demonstra o direcionamento da política educacional. Quem mais necessita da Escola no meio rural são os pequenos agricultores. Como já foi registrado, quase 130 mil pessoas estão ocupadas em atividades agropecuárias nas pequenas propriedades da mesorregião.

No entanto, esse segmento social do espaço agrário, os pequenos proprietários de terras, não é levado em conta pela política educacional, e é por isso que no caso da Mesorregião Oeste, os municípios que possuem expressiva população rural como São Miguel do Iguacu, Guaraniaçu, Missal e Santa Helena, dentre outros, não possuem Colégios Agrícolas.

As médias e as grandes propriedades com uso de métodos mais avançados de produção, praticam uma agricultura científica poupadora de mão de obra no meio rural que exige outro modelo de educação, a qualificação profissional, ou seja, uma formação técnica e superior em ciências agrárias e áreas afins. Essa infraestrutura, geralmente pública, se levanta no espaço urbano.

A política educacional efetivada na Mesorregião buscou atender os reclames da moderna agricultura e da expansão da agroindústria. Assim, foi sendo criada uma infraestrutura pública de ensino superior e técnico como forma de prover recursos humanos que fosse capaz viabilizar esse modelo de desenvolvimento pautado na exportação de alimentos.

4.4 A Produção agrícola e a formação profissional

As relações que podem ser estabelecidas entre a produção e a formação profissional são muito estreitas e também perceptíveis a um olhar mais atento do pesquisador.

A formação do espaço agrário da região Oeste é um episódio histórico recente, sendo que a conquista do solo e sua incorporação mais intensa ao sistema capitalista de produção pode ser datada a partir da década de 1950, momento de comercialização intensa de lotes agrários pelas Companhias Colonizadoras, principalmente particulares, fato este que modificou e reordenou o espaço geográfico da Mesorregião, do ponto de vista da produção e da densidade demográfica, como já demonstrado nos capítulos anteriores.

Gregory (2002) destacou a questão da colonização da região Oeste com base em pequenas propriedades agrícolas como forma de recriação do espaço colonial, onde a migração de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul possui o sentido de recriação de práticas agrícolas e sociais típicas da pequena agricultura comercial estabelecida no Brasil pelos descendentes de europeus. A passagem a seguir demonstra o comportamento da pequena agricultura na década de 1960, na Mesorregião Oeste do Paraná:

A produção dos colonos para o mercado baseava-se, fundamentalmente, na suinocultura e nas colheitas de milho, mandioca e soja. Os suinocultores produziam em torno de 2/3 do milho necessário, tendo que comprar o resto de outros colonos ou dos intermediários, que às vezes, o traziam de fora da colônia. Os suínos eram comercializados com cerca de 11 meses, sendo transportados de caminhão para abate nos frigoríficos da região de Ponta Grossa. (GREGORY, 2002, p. 193)

Os colonos inicialmente reproduziram sua forma de produção baseada no sistema de policultura, sendo os produtos principais destinados à comercialização. As famílias numerosas garantiam o equilíbrio na relação trabalho e consumo. Como já haviam também experimentado a educação formal primária nos estados de origem, reclamaram à Companhias Colonizadoras a construção de Escolas Rurais, e muitas vezes, o fizeram mediante mutirão, com seus próprios braços.

A agricultura colonial praticada pelos pequenos proprietários de terras na Mesorregião, até inícios da década de 1970, exigia uma formação educacional mínima, de que a própria escola unidocente em sua simplicidade dava conta. O professor muitas vezes possuía laços de descendência cultural e afinidades religiosas com a comunidade em que estava inserido. Aprendia-se a ser agricultor no interior das relações tecidas na própria unidade de produção familiar, ou seja, com conhecimentos e práticas seculares, transmitidos de geração a geração, oralmente.

Na década de 1970, a Mesorregião Oeste do Paraná experimentou a transição do modelo de agricultura tradicional para o modelo de agricultura moderna. Os pesados investimentos do Estado Nacional e o uso do rádio,³² como disseminador do discurso do progresso, foram responsáveis pela viabilização do processo de tecnificação e a tendência de especialização produtiva da agricultura regional. (SCHLOSSER, 2001)

A agricultura moderna não deve ser vista apenas por uma simples opção de adesão dos agricultores ao novo. Além do discurso do progresso da civilização, instala-se um padrão agrícola hegemônico e também ocorre a dinamização de técnicas agrícolas, onde as técnicas são “valorizadas economicamente por seu maior grau de lucratividade”. (MOREIRA, 1997, p. 56)

A intensificação da mecanização do solo produziria impactos na política educacional no final da década de 1970, período em que as Escolas Rurais unidocentes passam a ser fechadas. Para a disseminação de técnicas agropecuárias modernas foram recrutados técnicos agrícolas do Rio Grande do Sul. A figura do técnico agrícola passou a ser peça central na introdução das inovações industriais na agricultura. Queda e Szmrecányi (1976, p. 228-9) afirmam que a assistência técnica e a educação escolar no Brasil devem ser visualizadas como “instrumentos de modernização do mundo agrário. Ambas têm por objetivo (...) transmitir à população rural valores, técnicas de produção, padrões de comportamento e de consumo...”.

As décadas de 1970 e 1980 marcaram uma mudança na dinâmica produtiva da agricultura regional, mediante a consolidação da mecanização do uso do solo e a especialização produtiva com o binômio soja/trigo e crescente integração com a indústria. Dentre algumas consequências desse período, pode-se destacar o êxodo rural e o uso indiscriminado dos agrotóxicos, o que agravou a contaminação das águas e do solo.

Essa transição da agricultura colonial para a moderna provocou uma crise das Escolas Rurais unidocentes na Mesorregião Oeste do Paraná, pois a política agrícola colocada em prática pelo Estado brasileiro favorecia o êxodo rural, o que por sua vez induzia a extinção das escolas nas zonas rurais.

A especialização da produção agrícola regional condicionou e exigiu um novo perfil profissional que se tornou mais nítido na década de 1990, período em que ocorre a

³² O rádio teve papel central para a efetivação da política agrícola nacional na Mesorregião Oeste do Paraná. O “rádio foi o caminho utilizado para informar e repetir determinados valores aos agricultores, incitando o desejo de mudanças que permitiu a promoção das novas idéias e a incorporação das novas técnicas do campo”. ((SCHLOSSER, 2001, p. 27)

reestruturação das Cooperativas Agroindustriais em nível regional. A criação de cursos técnicos e superiores surgiu paralelamente às novas necessidades, definidas pela indústria de alimentos e pela incorporação do uso da ciência e da tecnologia na produção vegetal e animal.

A redução do tempo da produção e o controle maior da indústria sobre a agricultura provocaram mudanças estruturais nas formas de se produzir no campo. Os animais antes criados soltos, como os porcos e as galinhas, algo muito comum nas pequenas propriedades, foram alvo de um severo controle: genético, nutricional e sanitário, impulsionado pelo avanço das pesquisas científicas no setor agropecuário.

Apesar da diminuição significativa das pequenas propriedades agrícolas na Mesorregião, boa parcela deste segmento social foi integrada à nova dinâmica produtiva da agricultura. Benko e Pecqueur (2001, p.31) sublinham que “os territórios oferecem recursos específicos (...) [que] diversificam os espaços e estabilizam as localizações das atividades econômicas”. Assim sendo, a abundância de recursos hídricos, os solos de boa fertilidade, o clima subtropical e a tradição agrícola dos pequenos proprietários de terra, se levantam como recursos do território que, associados à criação de uma infraestrutura educacional pública de nível técnico e superior voltada para a agroindústria, são fatores que impulsionam o desenvolvimento da indústria na Mesorregião Oeste do Paraná.

O conteúdo de ciência e tecnologia produz uma reorganização do espaço geográfico “rompendo os equilíbrios preexistentes e impondo outros, do ponto de vista da qualidade e quantidade da população, dos capitais empregados, das formas de organização, das relações sociais etc.” (SANTOS, 1997b, p.127)

O novo perfil profissional na Mesorregião Oeste do Paraná foi sendo pautado nas demandas e necessidades da agroindústria. Os cursos técnicos em Química, Eletromecânica, Lácteos, Carnes, Agropecuária, Resíduos Indústrias, bem como os cursos superiores de Agronomia, Engenharia Agrícola, Zootecnia, Engenharia da Pesca, Engenharia Química, entre outros, promoveram uma qualificação da mão-de-obra, provendo este espaço geográfico com recursos humanos dotados de conhecimentos capazes de promover a inovação do modelo de desenvolvimento econômico regional.

Neste contexto, a política educacional para o espaço agrário foi se desenhando no espaço urbano com base no modelo de desenvolvimento regional, este fortemente ligado à demanda internacional de alimentos e ao padrão hegemônico de produção agrícola

mundializado, adotando rígidos padrões de ordenamento econômico e sanitário da produção agroindustrial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas educacionais para a educação rural no Brasil foi pensada a partir da grande propriedade agrícola. Dentro dessa perspectiva, historicamente no país foram se constituindo duas políticas sociais para a educação rural: uma para a grande propriedade agrícola e outra para a pequena propriedade agrícola.

Se por um lado, os baixos índices de escolaridade e a precária estrutura física e de recursos humanos das Escolas Rurais demonstraram um descaso das políticas públicas para o espaço rural; de outro lado, ocorreu a proliferação de cursos técnicos: agrícola e agropecuário, bem como a criação de cursos de Zootecnia e de Agronomia pelo investimento público, em geral, localizados no espaço urbano, com intuito de atender as demandas da grande propriedade agrícola.

Mennucci (2006) foi um dos primeiros teóricos brasileiros a demonstrar ainda na década de 1930, a necessidade de pensar a Escola Rural a partir do espaço rural. As críticas deflagradas a ele pelos escolanovistas serviram para consolidar um modelo urbano de educação para a sociedade brasileira.

No Paraná, a proposta das Escolas Consolidadas, iniciada em 1976, propunha o fortalecimento das comunidades rurais mediante a nucleação escolar a partir do meio rural. Todavia, de acordo com Pereira (2002), essa política educacional não teve continuidade, sendo abandonada em 1983, momento em que o Paraná passava por uma intensa urbanização, esta condicionada pela modernização da agricultura paranaense e sua articulação com as escalas nacional e internacional.

Como destacado por Bareiro (2007), o processo de criação e expansão das escolas rurais no Paraná teve relação direta com as frentes de ocupação, ou seja, a colonização das terras. Nesse contexto, mais especificamente entre 1930 e 1960, a política educacional voltada para o Espaço Agrário paranaense foi a construção de Escolas Rurais unidocentes e multisseriadas.

No caso específico da Mesorregião Oeste do Paraná, o processo de colonização das terras iniciou-se com intensidade na década de 1950. As primeiras escolas rurais surgiram nas

zonas rurais e vilas recém criadas mediante mutirão de pequenos agricultores ou das Companhias Colonizadoras que viam essa iniciativa como uma propaganda para atração de migrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Após a emancipação dos municípios, em geral na década de 1960, a construção de Escolas nas zonas rurais passou a ser uma política educacional dos próprios municípios, que foram obrigados pela a edição da LDB de 1961, a arcar com as responsabilidades pelo Ensino Fundamental.

A desativação das Escolas Rurais na Mesorregião Oeste iniciou-se na década de 1970, momento de intensa mecanização do uso do solo e se acelerou nas décadas posteriores _ 1980 e 1990 _, período de intenso êxodo rural. Mesmo tendo uma população rural expressiva, a maior parte dos municípios da Mesorregião não possui mais Escola Rural.

A década de 1970 foi marcada por um contexto peculiar, pois ao mesmo tempo em que se construía novas escolas, outras estavam sendo desativadas. Essa ambiguidade pode ser compreendida por dois fatores: a existência de um grande contingente populacional na zona rural e a intensificação da mecanização agrícola. Enquanto algumas áreas reclamavam a necessidade de construção de novos prédios escolares, outras sofriam com a diminuição de estudantes e sinalizavam para a nucleação escolar no espaço urbano, mediante o transporte escolar.

Ao passo que foi sendo desativada a maioria das escolas nas zonas rurais na Mesorregião Oeste do Paraná, verificou-se a criação e expansão de uma infraestrutura pública de ensino técnico e superior voltada para atender as demandas do agronegócio regional. Essa política educacional para o espaço agrário se torna mais nítida na década de 1990, período de reestruturação produtiva das agroindústrias mediante a expansão de suas atividades, principalmente a indústria de carnes.

Em alguns municípios da Mesorregião, este é o caso de Medianeira, Palotina e Marechal Cândido Rondon, observou-se de forma mais clara a relação entre o desenvolvimento do agronegócio em nível local-regional e sua articulação com a política educacional. A própria formação espacial dos municípios citados se confunde com a história de empresas relacionadas com o setor agro-industrial.

Os Colégios Agrícolas da Mesorregião Oeste do Paraná atendem mais uma demanda econômica do que uma demanda social. O curso de Técnico em Agropecuária de nível Médio Integrado é um fator que dificulta a entrada de estudantes filhos de pequenos agricultores _ esta hipótese embora polêmica, pois carece de mais dados empíricos _ pode ser constatada

quando foram aplicados os questionários com os estudantes residentes da zona rural do Colégio Agrícola de Toledo, momento em que foi destacada a diversidade de atividades agropecuárias desenvolvidas no campo. A demanda econômica também pode ser atestada na manutenção do Colégio Agrícola de Foz do Iguaçu, município que atualmente possui taxa de população rural de apenas 0,8%. Cabe destacar que em 26 dos 50 municípios da Mesorregião, a população rural supera a taxa de 30% do total (Ver Anexo). Fato este que demonstra o descompasso entre a realidade demográfica do espaço rural e a política educacional. Por que não se construir um Colégio Agrícola em Santa Helena, Missal ou São Miguel do Iguaçu, onde a população rural é mais expressiva? Será que é por que onde se concentra parcela considerável de pequenos agricultores?

As evidências empíricas da pesquisa foram demonstrando que a Educação Rural não está em crise. O que houve foi à manifestação de dois fenômenos distintos:

- 1) A involução das escolas primárias nas zonas rurais mantidas pelos municípios e pelo Estado do Paraná que passa a ocorrer já no final da década de 1970 e se acentua nas décadas seguintes devido às novas conjunturas econômicas e suas implicações na agricultura, e conseqüentemente, na política social dirigida para o espaço rural;
- 2) A Criação e expansão de uma infraestrutura pública de ensino com cursos de nível técnico e superior mantidos pelos governos: federal e estadual, preferencialmente no espaço urbano, voltada para atender as demandas do agronegócio regional, este assentado num modelo exportador de alimentos.

A política educacional para o Espaço Agrário na Mesorregião Oeste do Paraná também pode ser dividida em dois períodos:

- 1) Fase de colonização e implantação do sistema de pequenas propriedades agrícolas (1950-1970), manifestada na construção de Escolas Rurais unidocentes e multisseriadas;
- 2) Fase de implantação de cursos técnicos e superiores voltados para o Agronegócio (1990 até 2014), materializada na construção de uma infraestrutura

com investimentos públicos federal e estadual que se processa em geral no espaço urbano.

Em ambos os períodos a conjuntura econômica foi o fator determinante para a elaboração das políticas sociais. No entanto, na primeira fase, marcada pela colonização de terras, a pequena propriedade foi beneficiada não em sua totalidade, mas teve a mínima reivindicação atendida, no caso, a construção de Escolas no espaço agrário. A segunda fase demonstra de forma evidente um investimento vultoso e com direcionamento nítido, que é uma política educacional voltada para as necessidades da agroindústria e também da grande propriedade.

Essa mudança nos caminhos da política educacional na Mesorregião deve ser entendida num contexto mais amplo das escalas geográficas: nacional e internacional. O modelo de desenvolvimento regional vai demonstrando a especialização do território no contexto da globalização econômica (SANTOS 1997b).

A política educacional atual para o espaço agrário da Mesorregião Oeste acompanha os reclames da agroindústria regional, que dá o tom ao modelo de desenvolvimento econômico, condicionando o processo de urbanização e determinando em linhas gerais o que vai ser produzido no campo.

A evolução da produção agrícola e sua crescente integração com a indústria foi definindo o novo perfil profissional. Assim, foram sendo criados cursos técnicos e superiores com intuito de prover recursos humanos qualificados capazes de promover a inovação do modelo econômico implantado.

No modelo de desenvolvimento regional, a indústria detém um controle técnico e científico da produção agropecuária, ou seja, da forma e do tempo de produção, o que induz ou obriga o pequeno agricultor a modernizar-se.

Já a política educacional para a pequena propriedade agrícola também é clara e sentida pelos filhos dos agricultores que esperam o ônibus e vão observando o percurso até a reta de chegada: que é a Escola Urbana.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. C. O processo de criação de municípios no Paraná: as instituições e a relação entre o executivo e o legislativo pós 1988. In: **Revista paranaense de desenvolvimento**. Curitiba. n. 111, p.47-71. Jul-dez.2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AGRÍCOLA SUPERIOR. **Guia das Instituições de Ensino Superior de Ciências Agrárias**. Brasília: ABEAS, 1995. 144p.

AUGUSTO SOBRINHO, A. **Histórias da região Del Guahyrá, lendas e vida de Frei Pacífico**. Guaíra. [s.d.].

BAREIRO, E. **Políticas educacionais e escolas rurais no Paraná 1930-2005**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação para a Pesquisa e o Ensino de Matemática. Universidade Estadual de Maringá. 106p.

BELIK, W. Agroindústria e reestruturação industrial no Brasil: Elementos para uma avaliação. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v.11, n.1, Brasil, 1994. pp. 58-75.

BELUSSO, D. **A Cooperativa C.Vale e as perspectivas dos agricultores integrados à Agroindústria em Palotina – PR**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2006.

_____, HESPANHOL, A. N. A evolução da avicultura brasileira e seus efeitos territoriais. In: **Revista Percurso**. V.2, n. 1, Maringá: 2010. pp. 25-51.

BEM, A. Os camponeses produtores informais de leite na Microrregião de Toledo-PR. In: **Revista Pantaneira**. v. 12, Aquidauana-MS, 2010. pp.13-19

BENKO, G; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. In: **REVISTA GEOSUL**. Revista do Departamento de Geociências do programa de Pós-Graduação em Geografia, v. 16, n.32, Florianópolis-SC: jul/dez.2001.

BRASIL. Ministério da Educação e cultura (MEC). **II Plano Setorial de educação e cultura (1975-1979)**. Brasília: DF, Departamento de Documentação e Divulgação. 1977. 62p.

_____. Lei de Diretrizes e Base da Educação. **Lei 9.394 de 20 de Agosto de 1996**. 9e. Brasília: Câmara dos Deputados. Edições Câmara, 2014. 45p.

CANABRAVA, A. P. A grande lavoura. In: HOLANDA, Sérgio (org.) **História geral da civilização brasileira**. O Brasil monárquico. Vol. IV. Tomo II. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 7e. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G. da. STOLCKE, V. (orgs.) **A Questão Agrária**. Tradução de Edgard Malagodi, Sandra Brizolla e José Bonifácio de S. Amaral Filho. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CIMINO, M. de S. S. **Iluminar a terra pela inteligência: Trajetória do Aprendizado agrícola de Barbacena, MG (1910 – 1933)**. Tese de doutorado (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Educação). Rio de Janeiro, 2013.

COLODEL, J. A. **Obrages e Companhias colonizadoras: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960**. Cascavel: Assoeste, 1988.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 8e. São Paulo; Ática, 2007.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 – 1985**. Campinas: SP, ÍCONE / UNICAMP, 1985.

DOLFUS, O. **O Espaço Geográfico**. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: DIFEL, 1972.

ELIAS, D. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. In: **Revista Scripta Nova**. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. X, nº218, Ago, 2006. pp. 59-81.

EMER, I. O. Um pouco da história da educação no Oeste do Paraná. In: **Revista HISTEDBR on-line**. Campinas- UNICAMP. Número especial, p. 34 – 48, mai. 2012.

ESPÍNDOLA, C. J. Reestruturação agroindustrial e as principais estratégias empresariais nos anos 90. In: **Cadernos Geográficos**, n. 9, Florianópolis, mar. 2005. pp.7-42.

_____. Trajetórias do progresso técnico na cadeia produtiva de frango do Brasil. In: **Geosul**, v. 27, n.53, jan-jun, Florianópolis: 2012. pp.89-113.

GEORGE, P. **Os métodos da geografia**. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: DIFEL, 1972.

_____. **Geografia Rural**. Tradução de Elza Trassi Mariano et. al. São Paulo: Difel, 1982.

_____. **Geografia Agrícola do Mundo**. Tradução de Octavio Mendes Cajado. 3e. São Paulo, 1978.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GREGORY, V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-70)**. Cascavel: Unioeste, 2002.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras regionais: Mesorregião Oeste do Paraná**. Curitiba: IPARDES /BRDE, 2003.

_____. **Oeste Paranaense: o 3. Espaço relevante: especificidades e diversidades** Curitiba: IPARDES, 2008.

- LEITE, S. C. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**: São Paulo: Cortez, 1999. LAR – Cooperativa Agroindustrial Lar. **Revista da LAR**. nº 44 Ano VIII. Mar/Abril. Medianeira, 2014.
- LIMA, M. das G. de. O debate clássico da questão agrária _ uma contribuição à compreensão do espaço agrário paranaense. In: ENDLICH, A; MENDES, C.(org.) **10 anos do PGE/UEM: construindo o saber geográfico**. Maringá: Eduem, 2011.
- MACCARI, N. S. K. **Migração e memórias**: A colonização do Oeste paranaense. Dissertação de Mestrado (Universidade Federal do Paraná- Programa de Pós-Graduação em História), Curitiba, 1999.
- MAIA, E. M. Educação rural no Brasil: O que mudou em 60 anos? In: **Em aberto**, ano 1, nº 9 set. INEP/MEC, 1982.
- MARTINE, G; BESKOW, P. R. O Modelo, os Instrumentos e as Transformações na Estrutura de Produção Agrícola. In: MARTINE, George & GARCIA, Ronaldo (org.). **Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola**. São Paulo: Caetes/Hucitec, 1987. p. 19-39.
- MARTINS, J. R. V. et.al. **A diáspora haitiana**: da utopia à realidade. NILA/USP/Friedrich Ebert Stiftung. Foz do Iguaçu-PR: Grapel, 2014.
- MENDES, J. T. G; PADILHA JÚNIOR, J. B. **Agronegócio uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice hall, 2007.
- MENDONÇA, S. R. de. **Estado e educação rural no Brasil**: alguns escritos. Niterói-RJ: Vício de leitura/FAPERJ, 2007.
- MENNUCCI, S. **A crise da educação brasileira**. São Paulo: Piratininga, 2006.
- MOLINA, R. S. Primeiras escolas agrícolas no Brasil: Limites e falências (1877 a 1936). **Revista HISTBR On-line**. n. 46, p309-324, jun, Campinas, 2012.
- MONBEIG, P. A paisagem, espelho de uma civilização. In: **GEOgraphia** – Revista de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Ano 6 vl. 11 , Dez 2004 Rio de Janeiro. (pp. 109-117)
- MOREIRA, R. J. Agricultura familiar e sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das técnicas. In: **Revista de Estudos de Sociedade e Agricultura**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nº 8, Abr. 1997. Rio de Janeiro. (pp. 51-69)
- OLIVEIRA, M. C. M. de. Organização escolar no início do século XX: o caso do Paraná. **Educar**, n. 18, pp. 143-153. Curitiba, 2001.
- OLIVEIRA, M. R. P. Civilizar e modernizar: o ensino agrícola no Brasil republicano (1889-1930). In: **Revista História da Educação**. nº 15, abr, pp. 129-142, Universidade Federal de Pelotas: Pelotas-RS, 2004.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.** São Paulo: HUCITEC / IPARDES: Curitiba, 1981.

PARANÁ. **Plano Estadual de Educação e Cultura do Estado do Paraná 1976 -1979.** Secretaria de Educação do Paraná: Curitiba, 1975.

PASSADOR, C. S. **A educação rural no Brasil: o caso da escola no campo no Paraná.** São Paulo: Annablume, 2006.

PEREIRA, R. E. **A consolidação de escolas unidocentes como política de educação para a zona rural do Paraná.** São Paulo: Annablume / Fundação Araucária, 2002.

PIERUCCINI, M. A; TSCHÁ, O. da C.P; IWAKE, S. Criação de municípios e processos emancipatórios. In: PERIS, Alfredo F. (Org.) **Estratégias de desenvolvimento regional: Região Oeste do Paraná.** Cascavel: Edunioeste, 2003.

QUEDA, O; SZMRECSÁNYI, T. O papel da educação escolar e da assistência técnica. In: **Vida rural e mudança social.** São Paulo: Editora Nacional, 1976.

REGINATO, P. **História de Palotina (1954 – 1979).** Santa Maria-RS: Palloti, 1979.

RIPPEL, R; LIMA, J. F; BORGES, R. G. Cadeias produtivas no desenvolvimento regional: o caso de Toledo no Oeste do Estado do Paraná. In: V Encontro de Economia Paranaense. **Anais...** Curitiba: UFPR, p.1-21.

SAATKAMP, V. **Desafios, lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon.** Cascavel: Assoeste, 1984.

SANTANA, E. **Escolas Rurais de Cascavel: ascensão e declínio.** Monografia de Especialização em História da Educação Brasileira. Cascavel: Unioeste, 2006.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado.** 5e. São Paulo: HUCITEC, 1997a.

_____. **Técnica, espaço e tempo.** 3e. São Paulo: HUCITEC, 1997b.

_____. **Espaço e sociedade.** 2e. Petrópolis- RJ: Vozes, 1982.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 6e. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Brasil urbano e Brasil agrícola e não simplesmente Brasil urbano e Brasil rural. In: **A urbanização brasileira.** São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. SILVEIRA, Maria L. **O Brasil: território e sociedade no século XXI.** São Paulo: Record, 2001.

SCHLOSSER, M. T. S. **Nas ondas do rádio: a viabilização da modernização agrícola no Oeste do Paraná (1960-1980)**. Dissertação de Mestrado (Universidade Estadual de Maringá – Departamento de Pós-Graduação em Geografia), Maringá, 2001.

SCHELBAUER, A. R. Da roça para escola: institucionalização e expansão das escolas primárias rurais no Paraná (1930-1960). In: **Hist. Educ.** v. 18, n.43, maio/ago. Porto Alegre, 2014.

_____; GONÇALVES NETO, W. Ensino primário no meio rural paranaense: em foco as escolas de trabalhadores rurais e de pescadores entre as décadas de 30 e 50 do século XX. In: **Cadernos de história da educação**. Vol. 12, n1, jan/jun. 2013.

SEAB – Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná. **Valor Bruto da Produção Rural Paranaense-2011**. SEAB/DERAL, Curitiba, 2012.

_____. **Soja – Safra 2009-10**. SEAB/DERAL, Curitiba, 2010.

SILVA, O; BRAGAGNOLLO, R; MACIEL, C. F. **Toledo e sua história**. Toledo: Prefeitura Municipal de Toledo, 1988.

SILVA, H. L; MORAIS, T. C; BOF, A. M. Educação no meio rural no Brasil: revisão de literatura. In: **Educação no Brasil Rural**. INEP/MEC. Brasília, 2006.

TEUBAL, M. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. E. (Orgs.) **Campesinato e territórios em disputa**. 1 e. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 492 p. p. 139-160.

VANDERLINDE, T. **Estratégias de vida: agricultura familiar e formas associativas: um estudo de caso – CAPA – núcleo Oeste**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2002.

WACHOWICZ, R. C. **Obrageros, mensus e colonos: história do oeste-paranaense**. Curitiba: Vicentina, 1982.

WEREBE, M. J. **Grandezas e misérias do ensino no Brasil**. 4e. São Paulo: Difel, 1970.

_____. **Grandezas e misérias do ensino no Brasil**. 30 anos depois. São Paulo: Ática, 1994.

WESTPHALEN, C; PINHEIRO MACHADO, B; BALHANA, A. P. Ocupação do Paraná. **Cadernos de Migração**. Vol. 3. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, 1988.

ZANIN, T. **A história da escolarização de Guaraniaçu: da colonização aos nossos dias**. Especialização em História do Brasil. Cascavel: UNIOESTE, 2010.

Sites

BRASIL Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. **Estatísticas de Comércio Exterior**. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/>>. Acesso em 21/04/2014.

CANCIAN, Natália. Brasil fecha, em média, oito escolas por dia na zona rural. **Folha de São Paulo**. 03 mar. 2014. Acesso em 28/04/14. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/2014/03/1420332-pais-fecha-oito-escolas-por...

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Demográficos e Agropecuários**. Disponível em: www.ibge.gov.br/

INEP – Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censos da Educação Básica e Superior**. Disponível em: www.inep.gov.br

JORNAL DO OESTE. BRF Brasil Foods oferta vagas de emprego em diversos setores. **Jornal do Oeste**. Toledo – PR, 4 jan. 2012. Acesso em: 02/07/14 Disponível em: <http://www.jornaldooeste.com.br/cidade/brf-brasil-foods-oferta-vagas-de-emprego-em-diversos-setores-15026/>

UTFPR _ Universidade Tecnológica Federal do Paraná. **Projeto Político Pedagógico do Curso Superior de Engenharia de Alimentos**. Campus de Medianeira, 2014. Acesso em: 01/07/2014. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/medianeira/cursos/bacharelados/Ofertados-neste-Campus/engenharia-de-alimentos/legislacao/ppc-do-curso-de-engenharia-de-alimentos-utfpr-md-1/view>

_____. **Curso Superior de Gestão em Tecnologia Ambiental**. Campus de Medianeira – PR, 2006. Acesso em 08/07/14. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/medianeira/cursos/tecnologias/Ofertados-neste-Campus/gestao-ambiental/doc-curso-gestao-ambiental/projeto-do-curso-de-tecnologia-em-gestao-ambiental>

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia em Processos Químicos**. Campus de Toledo- PR, 2007. Acesso: 04/07/14 Disponível em: http://www2.td.utfpr.edu.br/processos_quimicos/arquivos/ppc.pdf

ANEXOS

QUESTIONÁRIO Nº _____

Data: __/__/__

IDENTIFICAÇÃO

1- Idade: _____

2- Gênero: () masculino () Feminino

LOCALIZAÇÃO/PROCEDÊNCIA

4- Município de residência: _____ 5- Estado: _____

6- País: _____ 7- Localização geográfica: () Zona Rural () Zona Urbana

8- Naturalidade: _____ UF: _____

ZONA RURAL

9- Condição do PAI DO ALUNO ou responsável, produtor:

() Proprietário

() Arrendatário

() Trabalhador rural

() Parceiro

() Agregado

() Outros: _____

10- Tamanho da propriedade:

() Pequena propriedade (até 100 hectares)

() Média propriedade (de 100 até 500 hectares)

() Grande propriedade (+ de 500 hectares)

11- Qual é o tamanho da área aproximado em hectares? _____

12- Principais atividades econômicas desenvolvidas na propriedade:

() produção de leite () cultivo de soja () cultivo de milho

() cultivo de mandioca () criação de bovinos () criação de suínos

() cultivo de uva () criação de aves () produção de ovos

() cultivo de hortaliças () criação de peixes () Produção de queijo

() Outros: _____

13- A propriedade é chamada de:

() chácara () lote () colônia () sítio () fazenda

ZONA URBANA

14- Localização: () Centro () Bairro () Distrito ou Vila

15- Profissão dos pais ou responsáveis: _____

COLÉGIO AGRÍCOLA

16- O que o motivou a estudar num Colégio Agrícola?

17- Quais conhecimentos relacionados à agricultura você já adquiriu no Colégio Agrícola?

18- O que se aprende no Colégio Agrícola é discutido com a família?

() Sim, quase sempre () Sim, às vezes () Sim, eventualmente () Não.

19- Algumas técnicas aprendidas no Colégio Agrícola já foram colocadas em prática na propriedade dos pais ou responsáveis, ou de outros:

() Sim () Não

Caso seja sim, comente:

20) Em relação ao conteúdo ensinado, existe alguma vantagem em estudar num Colégio Agrícola em relação ao Colégio de Ensino Regular?

() Sim () Não

Comente:

21) Após formado o que pretende fazer?

- Aplicar os conhecimentos na propriedade dos pais ou responsáveis.
- Trabalhar em alguma empresa do ramo agropecuário.
- Trabalhar em algum órgão público.
- Outros: _____

22) Qual a avaliação que faz da política agrícola brasileira?

- Ótima Boa Regular Insuficiente Péssima Não tenho opinião formada sobre o assunto.



Escola Rural desativada na Vila de São José do Pacuri no Município de Santa Helena-PR. De acordo com moradores da localidade, o espaço físico é utilizado nas aulas de catequese e para realização de reuniões da comunidade.



Escola Rural desativada na Vila de Santa Terezinha no município de Santa Helena-PR.



Colégio Agrícola de Foz do Iguaçu. O prédio é uma construção antiga, data de 1952 e foi ampliado e reformado nas décadas seguintes. Oficialmente é denominado de Centro Educacional Professor Manoel Moreira Pena. Todavia, a comunidade escolar (estudantes, pais, funcionários, professores) denomina-o de Colégio Agrícola.



Imagem de Satélite com vista parcial da Linha Jacutinga no município de Missal-PR. Demonstra o sistema de pequenas propriedades agrícolas. Fonte: Google Earth, data das imagens 24/04/2013, ponto de elevação 1,84 km. Long. 54°10'40''-47''O, Lat. 25°08'24.42''S.

População Rural dos Municípios da Mesorregião

População rural: Municípios da Mesorregião Oeste do Paraná - 2010							
Município	População rural	% em relação à população total	População total	Município	População rural	% em relação à população total	População total
Município com menos de 15% de população rural							
Assis Chateaubriand	4.012	12,1	33.025	Cascavel	16.156	5,6	286.205
Corbélia	2.336	14,3	16.312	Foz do Iguaçu	2.126	0,8	256.088
Guaíra	2.498	8,1	30.704	Medianeira	4.427	10,6	41.817
Palotina	4.037	14,1	28.683	Santa T. de Itaipu	2.004	9,6	20.841
Toledo	11.054	9,3	119.313				
Município com 15 até 29,9 % de população rural							
Anahy	766	26,0	2.874	Cafelândia	2.314	15,8	14.662
Capitão L. Marques	3.480	23,2	14.970	Céu Azul	2.645	24%	11.032
Ibema	1.125	18,5	6.066	Iracema do Oeste	576	22,3	2.578
Marechal C. Rondon	7.672	16,4	46.819	Matelândia	4.465	27,8	16.078
Nova Aurora	2.826	23,8	11.866	Ouro V. do Oeste	1.653	29,0	5.692
Santa Tereza do Oeste	2.297	22,2	10.332	Terra Roxa	3.958	23,6	16.759
Tupãssi	1.711	21,3	7.997	Vera Cruz do Oeste	2.110	23,5	8.973
Município com mais de 30 % de população rural							
Boa Vista da Aparecida	3.011	38,1	7.911	Braganey	2.318	40,4	5.735
Brasilândia do Sul	1.029	32,1	3.209	Campo Bonito	1.827	41,5	4.407
Catanduvas	4.860	47,6	10.202	Diamante do Sul	2.105	60,0	3.510
Diamante do Oeste	2.446	49,0	5.027	Entre Rios do Oeste	1.284	32,7	3.926
Formosa do Oeste	2.571	34,1	7.541	Guaraniaçu	6.778	46,5	14.582
Iguatu	796	35,6	2.234	Itaipulândia	4.285	47,5	9.026
Jesuítas	2.931	32,6	9.001	Lindoeste	2.977	52,9	5.361
Maripá	2.442	42,6	5.684	Mercedes	2.607	51,7	5.046
Missal	5.054	48,2	10.474	Nova Santa Rosa	2.311	30,3	7.626
Pato Bragado	1.829	38,0	4.822	Quatro Pontes	1.366	36,0	3.803
Ramilândia	2.091	50,6	4.134	Santa Helena	10.827	46,2	23.413
Santa Lúcia	1.389	35,0	3.925	São José das Palmeiras	1.419	37,0	3.830
São Miguel do Iguaçu	9.284	36,0	25.769	São Pedro do Iguaçu	2.436	37,5	6.491
Serranópolis do Iguaçu	2.246	48,8	4.568	Três Barras do Paraná	5.729	48,4	11.824

Fonte: IBGE (2010)- Organizado pelo autor.